

**Características da Representação do Apego em Adolescentes Institucionalizadas e
Processos de Resiliência na Construção de Novas Relações Afetivas**

Juliana Xavier Dalbem

**Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em
Psicologia sob orientação da Prof^a. Dr. Débora Dalbosco Dell'Aglio**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento**

Porto Alegre, abril de 2005

*Dedico este estudo às crianças
e adolescentes institucionalizados e
às minhas figuras de apego*

“Não somente para crianças pequenas, agora isto está claro, mas para seres humanos de todas as idades se constata que a alegria pessoal e a disposição e confiança para empregar os talentos individuais para um aproveitamento positivo, têm por trás a existência de uma ou mais pessoas em quem o indivíduo confia e lhe apóia em momentos de dificuldades. A pessoa de confiança fornece uma base segura pela qual o outro pode funcionar.”

(Bowlby, 1973/1984, p. 359)

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos aqueles que colaboraram diretamente e indiretamente neste trabalho. Contudo, a lista de agradecimentos se tornaria muito extensa, dado que incluiria as pessoas com as quais desenvolvi relacionamentos afetivos e de apego, desde a mais tenra infância até os dias de hoje.

Desejo, entretanto, salientar a minha gratidão e admiração à orientação dada pela Prof^ª. Dr. Débora Dalbosco Dell’Aglio, que durante todo o processo de escrita desta dissertação foi extremamente atenciosa, incentivadora e perspicaz nas valiosas sugestões durante as supervisões, fundamentais para a realização deste estudo. Quero também agradecer às contribuições, comentários críticos e encorajamentos dados pela relatora e participante da comissão examinadora da defesa desta dissertação, Prof^ª. Dr. Silvia Koller, que serviram de estímulo constante para o aperfeiçoamento e enriquecimento deste estudo.

Agradeço também aos componentes da comissão examinadora Prof^ª. Dr. Maria Ângela Mattar Yunes, Prof^ª. Dr. Vera Ramires e, novamente, Prof^ª. Dr. Silvia Koller que, desde o primeiro momento em que entraram em contato com este trabalho, forneceram trocas, instigações e sugestões importantes ao desenvolvimento deste trabalho. As suas participações e os seus pareceres garantiram maior qualidade e relevância a esta pesquisa.

Expresso minha gratidão às adolescentes abrigadas que colaboraram imensamente com seus relatos para a realização deste estudo. Agradeço também as instituições de abrigo que, literalmente, abriram suas portas afetuosamente, permitindo que esta dissertação se tornasse viável.

Por fim, foi gratificante efetivar o mestrado gratuitamente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento do Instituto de Psicologia da UFRGS, que é reconhecido por sua excelência. A realização do mestrado e desta pesquisa teve apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
Capítulo I	
INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Teoria do Apego.....	10
1.1.1 Definições Básicas.....	12
1.1.1.1 Apego.....	13
1.1.1.2 Comportamento de Apego.....	15
1.1.2 Modelos Internos de Funcionamento.....	16
1.1.3 Padrões de Apego.....	19
1.1.4 Apego e Padrões de Apego ao longo do Desenvolvimento.....	22
1.1.5 Medidas de Avaliação do Apego.....	25
1.2 Desenvolvimento da Organização do Apego em Adolescentes.....	28
1.2.1 Características Gerais da Adolescência.....	30
1.2.2 Características Discursivas dos Padrões de Apego em Adolescentes.....	33
1.2.2.2 Padrão Seguro/Autônomo.....	34
1.2.2.3 Padrão Evitativo/Desapegado.....	35
1.2.2.4 Padrão Preocupado/Ansioso.....	36
1.2.2.5 Padrão Desorganizado/Desorientado.....	36
1.2.3 Adolescentes em Situação de Risco Social.....	37
1.2.4 Adolescentes Institucionalizados.....	40
1.2.5 Processos de Resiliência em Adolescentes e Apego.....	42
1.3 Objetivos do Estudo.....	44
Capítulo II	
MÉTODO.....	46
2.1 Delineamento.....	46
2.2 Participantes.....	46
2.3 Contextualização.....	47
2.4 Instrumentos.....	49

2.5 Procedimentos.....	49
------------------------	----

Capítulo III

RESULTADOS.....	51
3.1 Caso 1.....	53
3.1.1 Dados Gerais da Participante.....	53
3.1.2 Dados do Prontuário e da Equipe Técnica.....	53
3.1.3 Dados e Análise da Entrevista do Apego.....	55
3.1.4 Análise Geral do Caso 1.....	68
3.2 Caso 2.....	73
3.2.1 Dados Gerais da Participante.....	73
3.2.2 Dados do Prontuário e da Equipe Técnica.....	74
3.2.3 Dados e Análise da Entrevista do Apego.....	76
3.2.4 Análise Geral do Caso 2.....	87
3.3 Caso 3.....	92
3.3.1 Dados Gerais da Participante.....	92
3.3.2 Dados do Prontuário e da Equipe Técnica.....	93
3.3.3 Dados e Análise da Entrevista do Apego.....	95
3.3.4 Análise Geral do Caso 3.....	108

Capítulo IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	122
ANEXOS.....	136
Anexo A.....	137
Anexo B.....	139
Anexo C.....	140

RESUMO

Este trabalho investigou características da representação do apego em adolescentes institucionalizadas por medidas de proteção, através de estudos de caso. As participantes do estudo foram três adolescentes, entre 12 e 15 anos, que vivem em abrigos governamentais de proteção e que experienciaram separações da figura materna na primeira infância. Os dados foram coletados junto às instituições, através da inserção ecológica, da análise dos prontuários, entrevistas com profissionais da equipe técnica e entrevistas semi-diretivas individuais com as adolescentes. As entrevistas, elaboradas a partir de questões adaptadas de instrumentos contemporâneos de medida e avaliação de aspectos ligados ao apego, tinham por objetivo examinar as percepções das participantes sobre suas relações com os cuidadores citados como principais durante a infância, a relação atual com essas figuras, vivências de separações ou perdas, qualidades atribuídas às suas relações e percepção das experiências da infância. Através de eixos temáticos centrais relativos ao apego, as entrevistas foram analisadas em seu conteúdo, classificando-se as respostas em categorias descritivas. Os dados foram discutidos, considerando-se todas as informações coletadas, procurando-se identificar os aspectos mais característicos atribuídos aos padrões de apego, descritos como seguro/autônomo, preocupado/ansioso, evitativo/desapegado e desorganizado/desorientado. Embora os aspectos observados não possibilitem uma classificação das adolescentes nos padrões de apego, este estudo permitiu uma compreensão das características apresentadas, discutindo-se os processos de resiliência na construção de novas relações afetivas estabelecidas após a institucionalização. Os resultados indicam que o contexto institucional, vivenciado pelas adolescentes participantes, possibilitou a formação de novas relações afetivas que contribuíram para a representação de apego e para o desenvolvimento de competências. Este estudo sugere ainda a viabilidade do uso de entrevistas para avaliação e compreensão da representação mental do apego na adolescência.

Palavras-chave: apego, representação mental, adolescência.

ABSTRACT

This study investigated characteristics of attachment representation of institutionalised adolescents through case studies. The participants were three adolescents, ages 12 to 15 years old, who lived in public shelters and who were separated from their mothers since early childhood. The data were collected in the institutions, through the ecological insertion, the analyses of their files, interviews with the staff members and semi-directed interviews with the adolescents. The interviews, elaborated from questions adapted from current instruments of measurement and assessment of the aspects related to attachment, aimed to examine the participant's perception of the care keepers chosen by them as the most important ones during their childhood, as well as investigated the current relationships with these figure(s). The interview also investigated experiences of loss or separations during childhood, the attributed evaluation of their relationships, present as well as past ones, and the perception of the experiences lived during childhood. Through thematic parameters connected to attachment, the content of the interviews were analysed and the answers were classified in descriptive categories. The data were discussed, considering all the information collected, trying to identify the most significant aspects that were related to the patterns of attachment, which can be autonomous, anxious-preoccupied, avoided-dismissing and disorganized-disoriented. Although the signals were not enough to classify the adolescents in a specific attachment pattern, this study made it possible to understand the identified characteristics presented by them, discussing the resilient process in the building of new emotional relationships established after the institutionalisation. The results pointed out that the institutional context lived by the adolescents allowed the formation of new affective relationships that contributed to their attachment representation and to the development of their competences. Moreover, this study pointed out the viability of the use of interviews to assess and understand the mental representation of attachment during adolescence.

Key words: attachment, mental representation, adolescence.

Capítulo I

INTRODUÇÃO

Muitas das alegrias e pesares nas vidas das pessoas são causadas pelas interações com outras pessoas. Ao longo do ciclo vital, os seres humanos formam e rompem laços afetivos com diferentes padrões vinculares. Neste sentido, as primeiras vinculações na vida de um indivíduo são apontadas, em vários estudos, como cruciais para a definição dos tipos de padrão de vinculação que serão edificados em seu desenvolvimento (Bowlby, 1951/2002; Bowlby, 1979/2001; Cassidy, 1999; Klaus, Kennel & Klaus, 2000).

Estudos sobre os cuidados na primeira infância tiveram expressivo avanço no início do século XX, principalmente, sobre as crianças sem lar, ou seja, as órfãs ou separadas de suas famílias, que necessitavam dos cuidados de lares substitutos, como de instituições ou outro tipo de assistência (Bowlby, 1951/2002). Depois da Primeira Guerra Mundial, os surgimentos das neuroses de guerra ativaram o debate sobre as origens traumáticas dos distúrbios psíquicos e sobre o tratamento das delinqüências. Nas décadas de 30 e 40 do século passado, as pesquisas sobre o desenvolvimento psicológico se direcionaram para as observações dos efeitos patológicos no desenvolvimento da personalidade, decorrentes de cuidados institucionais prolongados ou de trocas freqüentes da figura materna, durante os primeiros anos de vida (Bowlby, 1989).

As observações sobre o cuidado inadequado na primeira infância e do desconforto e ansiedade de crianças pequenas frente à separação dos cuidadores levaram o psiquiatra, especialista em psiquiatria infantil e psicanalista inglês, John Bowlby (1907-1990), a estudar os efeitos do cuidado materno nos anos iniciais de vida. Bowlby impressionou-se com as evidências de efeitos adversos no desenvolvimento atribuídos ao rompimento na interação com a figura materna, na primeira infância, nos casos em que bebês e/ou crianças maiores vivenciam períodos prolongados em instituições de abrigo (Ainsworth & Bowlby, 1991).

Bowlby, então, direcionou-se para a pesquisa em desenvolvimento humano, com a colaboração de colegas interessados na psicologia do desenvolvimento e na psico-sociologia, de maneira distinta das conceituações freudianas, annafreudianas e kleinianas da época, na sociedade psicanalítica inglesa. A intenção de seus estudos era desenvolver medidas profiláticas que pudessem diminuir, a curto e a longo prazo, as influências adversas decorrentes das inadequações nos cuidados infantis e nas implicações decorrentes da remoção de crianças para lares substitutos (Bowlby, 1979/2001). Seu enfoque privilegiava a realidade social e a maneira pelas quais as crianças eram educadas.

Em 1950, Bowlby tornou-se assessor da Organização das Nações Unidas - ONU, onde suas teses tiveram fundamental relevância para a adoção de leis mundiais sobre os direitos da infância (Roudinesco, 1998) e foram usadas no desenvolvimento de programas para o cuidado emocional de crianças que viviam em instituições de abrigo (Bretherton, 1992). As idéias originadas dos estudos de Bowlby também tiveram repercussão mundial sobre o tratamento da depressão anaclítica, das carências maternas e nas prevenções de psicoses. Bowlby (1960a) apontou que experiências de abandono precoce, perdas, ou alta rotatividade de substituição da figura do principal cuidador primário podem implicar inabilidades na formação de relações interpessoais profundas.

Nesta dissertação são abordados alguns dos principais aspectos e conceitos das idéias de Bowlby que deram origem à Teoria do Apego (TA). Nas últimas décadas, as pesquisas baseadas na TA enriqueceram amplamente essa teoria com novas formulações e novos conceitos, acompanhados de um aprimoramento metodológico significativo (Crowell & Treboux, 1995). É principalmente nessas contribuições recentes à TA que este estudo é fundamentado.

Primeiramente, foram expostas algumas idéias iniciais de Bowlby, as influências teóricas e conceituais da TA, os principais contribuintes à teoria e as pesquisas clássicas, que formaram a base da TA. Em seguida, foram explorados os principais conceitos da TA, como o apego, o comportamento de apego, os modelos internos de funcionamento e os padrões de apego. Também foram abordados como estes conceitos aparecem ao longo do ciclo vital, desde a mais tenra infância até as idades mais avançadas da vida adulta.

Como neste estudo objetivou-se investigar e compreender a organização do apego em adolescentes que tiveram rupturas em seus vínculos primários, durante os primeiros cinco anos de vida, e que vivem em instituições de abrigo, foi dada maior ênfase ao desenvolvimento da organização do apego na adolescência. Em função disso, aspectos gerais característicos da adolescência também foram explorados, assim como os fatores interacionais e contextuais, dentro de uma perspectiva ecológica do desenvolvimento.

O plano deste estudo englobou a participação de adolescentes que vivem em abrigos de proteção e, nesse sentido, foram expostas algumas considerações sobre adolescentes em situação de risco social e que vivem em instituições. Por fim, essa exploração dos aspectos ligados à organização do apego em adolescentes também abrangeu um exame das medidas de avaliação que vêm sendo utilizadas no estudo do apego e de seus padrões, nas diversas fases do ciclo vital.

1.1 Teoria do Apego

A partir dos primeiros estudos de Bowlby (1940, 1944), além dos trabalhos de outros

pesquisadores proeminentes que o influenciaram, como René Spitz (1945, 1946), Goldfarb (1943), Anna Freud (1942, 1944), Harlow (1965), Lorenz (1937) e Hinde e Spencer-Booth (1967), foi dada origem às primeiras formulações e pressupostos formais da Teoria do Apego (Bowlby, 1989; Bretherton, 1992). Os primeiros conceitos de Bowlby foram construídos com baseados na etologia e na psicologia do desenvolvimento e estão presentes em três estudos clássicos de sua autoria: *The nature of child's tie to his mother* (1958), *Separation anxiety* (1960b) e *Grief and mourning in infancy and early childhood* (1960a). Estes estudos representaram a base teórica da TA (Bretherton, 1992).

De acordo com Bretherton (1992), os aspectos metodológicos instaurados por Bowlby tiveram avanço através de vários movimentos e perspectivas teóricas, sendo que a disseminação e o conhecimento da TA foi incorporado no pensamento e nas orientações empíricas de diversos estudiosos reconhecidos como, por exemplo, Stern, Emde, Lichtenberg e Eagle. Os contribuintes mais notáveis (Ainsworth, 1963, 1967; Hinde, 1988) levaram a TA a ser largamente considerada como uma das melhores teorias disponíveis para dar suporte à compreensão do desenvolvimento emocional.

Para Cortina e Marrone (2003), as idéias de Bowlby representaram o ponto de partida para o desenvolvimento de uma nova teoria da motivação, que inclui afeto, cognição, sistema de controle e de memória, além dos aspectos envolvidos no desenvolvimento, na sustentação e no provimento dos laços de apego. A TA também aborda os processos de informação para a compreensão dos mecanismos psicológicos utilizados frente à vivência de um trauma ou uma perda, ou, ainda, frente à experiência de negligência ou rejeição pelas figuras de apego.

Cortina e Marrone (2003) consideram que a TA contempla os processos normais de desenvolvimento e a psicopatologia humana. A proposta dessa teoria organiza o comportamento em termos de um sistema motivacional, sendo que as experiências de pesquisas etológicas apóiam seus argumentos e, em função disso, a TA pode ser considerada uma teoria da motivação humana. Além disso, o movimento individual de uma pessoa com a sua psique em direção a múltiplas pessoas e suas psiques convergem para que a TA também seja considerada uma teoria relacional das interações sócio-psicológicas. Assim, essa abordagem teórica oferece uma boa base, na qual se podem desenvolver estudos sobre os afetos e as emoções dos seres humanos, proporcionando um suporte empírico coerente dos processos de desenvolvimento normal e patológico, ao integrar aspectos da biologia moderna no embasamento de seus estudos (Cortina & Marrone, 2003).

O primeiro estudo empírico do apego (Bretherton, 1992) foi realizado por Mary Ainsworth (1963), sob a supervisão e apoio de Bowlby. Ainsworth estava interessada na investigação dos fatores determinantes da proximidade-intimidade expressos no comportamento de interação de

crianças com suas mães. Após a publicação do seu estudo realizado em Uganda (Ainsworth, 1963, 1969), houve uma forte colaboração intelectual entre Ainsworth e Bowlby.

Assim, as reformulações da TA sugeridas por Bowlby (1969/1990) influenciaram os estudos de Ainsworth, que, por sua vez, contribuíram para as formulações de Bowlby sobre a ontogênese do apego humano (Bretherton, 1992). Além disso, os estudos sobre o desenvolvimento sócio-emocional durante os primeiros cinco anos de vida, desenvolvidos por Ainsworth (1978, 1985), evidenciaram que o modelo de apego que um indivíduo desenvolve durante os anos de imaturidade – primeira infância, infância e adolescência – são profundamente influenciados pela maneira como os cuidadores primários (pais ou pessoas substitutas) o tratam.

Neste sentido, a TA vem sendo muito influente na psicologia do desenvolvimento, com contribuições, principalmente, às idéias correntes sobre as experiências precoces e às diferenças individuais. Crowell e Treboux (1995) salientam que as pesquisas nessa abordagem vêm tomando diversas direções, examinando, por exemplo: a relação entre as experiências de apego da infância e o comportamento parental; a transmissão intergeracional dos padrões de apego; o impacto das experiências de apego da infância nos relacionamentos de adolescentes e adultos; o papel do apego entre adultos, tanto na parentalidade, como nas relações românticas e em seus pensamentos, percepções e comportamentos; as relações do apego da infância e continuidade na adolescência; o apego entre o bebê e seu cuidador e analogias com as patologias e suas evoluções. Recentemente, pesquisas baseadas na TA estão sendo desenvolvidas com interesse em eventos, que ocorrem durante o ciclo vital, que podem mudar o estilo de apego de um indivíduo (Davila, Burge & Hammen, 1997; Main, Kaplan & Cassidy, 1985).

Os principais conceitos usados por Bowlby na TA para se referir ao desenvolvimento da personalidade são os de sistema de controle comportamental, de caminho desenvolvimental, de comportamento de apego, de apego e de modelos de funcionamento interno. Todos esses conceitos foram, desde suas primeiras utilizações (Bowlby, 1958, 1960a, 1960b), amplamente clarificados e ampliados.

1.1.1 Definições Básicas

As idéias de Bowlby foram lançadas em meio a um desafio em que ele se encontrava frente às teorias tradicionais da época. Bowlby buscou a compreensão do desenvolvimento humano apoiando-se nos campos da biologia evolucionária, da etologia, da psicologia do desenvolvimento, nas ciências cognitivas e na teoria dos sistemas de controle.

Bowlby procurou identificar alternativas embasadas cientificamente para se defender do

reducionismo teórico, dando ênfase aos mecanismos de adaptação ao mundo real, assim como nas competências humanas e na ação do indivíduo em seu ambiente (Waters, Hamilton & Weinfield, 2000). As principais conceitualizações de Bowlby são pertinentes ao vínculo humano, que é o que dá sentido ao seu modelo teórico de motivação através do apego e do comportamento de apego.

1.1.1.1 Apego

Bowlby (1989) considerou o apego como um mecanismo básico dos seres humanos, ou seja, o apego é um comportamento biologicamente programado, como o mecanismo de alimentação e da sexualidade. Assim, o apego é considerado como um sistema de controle homeostático, que funciona dentro de um contexto de outros sistemas de controle comportamentais. O apego se desenvolve numa amplitude extraordinária de ambientes, sendo o ser humano geneticamente predisposto à sua formação. Bowlby (1958) também apontou que o apego é uma predisposição instintiva que leva a um padrão comportamental, observado em diversos ambientes e espécies de animais.

De acordo com Bowlby (1973/1984), o relacionamento da criança com os pais ou cuidadores é instaurado por um conjunto de sinais inatos do bebê de demanda por proximidade. Com o passar do tempo, um verdadeiro vínculo afetivo se desenvolve, o qual é garantido pelas capacidades cognitivas e emocionais da criança em desenvolvimento, assim como pela consistência dos procedimentos de cuidado, sensibilidade e responsividade dos cuidadores. Por isso, um dos pressupostos básicos da TA é de que as primeiras relações de apego, estabelecidas na infância, afetam o padrão de apego do indivíduo ao longo de sua vida (Bowlby, 1989).

O papel do apego na vida dos seres humanos envolve o conhecimento de que uma figura de apego está disponível e oferece respostas, fornecendo um sentimento de segurança que é fortificadora da relação. Cassidy (1999) salienta que o apego é considerado uma característica normal e saudável dos seres humanos e um fenômeno presente ao longo do ciclo vital. Klaus, Kennel e Klaus (2000) fazem uma distinção entre o vínculo e a formação do vínculo, assim como entre apego e a conduta de apego. Estes autores entendem o apego como os sentimentos que vinculam uma pessoa à outra, em ambas as direções. Já o vínculo é considerado como um relacionamento específico, único e duradouro entre duas pessoas.

Ainsworth (1989) ressalta que os vínculos e as relações de apego são estados internos. Para esta autora, o vínculo afetivo é considerado como uma ligação relativamente duradoura, no qual o parceiro é importante como um indivíduo único, não podendo ser trocado por outro, existindo um desejo de manutenção da proximidade. Já o apego é uma sub-variedade do vínculo emocional em

que a sensação de segurança de uma pessoa está, inseparavelmente, ligada à relação, sendo que a figura de apego pode ser usada como uma base segura a partir da qual o ambiente pode ser explorado (Ainsworth, 1969).

Em relação ao apego do adulto, Main (2001) faz uma distinção em contraposição ao da criança. Durante a primeira infância, o apego se caracteriza como: um interesse insistente em manter proximidade com uma ou com algumas pessoas selecionadas (usualmente, familiares biológicos); uma tendência em usar esses indivíduos como uma base segura de referência para a exploração do desconhecido; e, refúgio, na figura de apego, para busca de segurança em momentos de medo. Neste sentido, na infância, o apego é considerado seguro ou inseguro com relação à figura de apego. Já a segurança em adolescentes e em adultos não se identifica com nenhuma relação em particular, ou seja, com nenhuma figura de apego específica, nem do passado e nem do presente. O que se investiga são as diferenças individuais do estado mental com respeito à história global do apego. No entanto, Main (1996) aponta que tanto adultos, adolescentes e crianças têm figuras de apego como referência, isto é, pessoas às quais, provavelmente, se dirigem quando estão frente a situações de estresse.

Assim, para uma criança o sistema do apego leva ao aumento da proximidade a uma segunda pessoa (geralmente uma das figuras parentais, principalmente a mãe, ou outro adulto cuidador), presente na sua vida, que é provavelmente selecionado por ela por lhe ser mais atrativa que outras do seu ambiente e, principalmente, por lhe proporcionar segurança e garantia de sua sobrevivência (Main, 1999). O relacionamento entre a figura de apego e a criança, durante a infância, é necessariamente assimétrico, no sentido de que a figura de apego significa uma fonte de solução para as demandas e necessidades infantis, e não vice-versa. Além disso, não existe relação entre apegos inseguros e falta de apego, pois todas as crianças que tiveram oportunidades de formar um apego são apegadas, mesmo sendo o apego seguro ou inseguro (Main, 1999).

Com o desenvolvimento, a criança vai se tornando apta a formar novos apegos a figuras particulares e selecionadas no contingente de suas interações sociais. A partir da adolescência, gradualmente, o apego vai deixando de ser assimétrico e assumindo uma função mais integrada nos relacionamentos. Em adultos, se observa que o apego aparece simétrico, sendo cada parceiro fornecedor de uma base segura para o outro, quando a interação é caracterizada por um bom funcionamento afetivo (Main, 1999).

Waters, Kondo-Ikemura, Posada e Richeters (1991) enfatizam que a organização do apego, principalmente, durante a infância, tem importância direta no desenvolvimento da consciência pessoal, na auto-observação, na consistência do *self* nas relações de apego, assim como nos resultados sociais. Desta forma, a ênfase da TA nos apegos desenvolvidos na infância é consistente

com a posição de que experiências de relacionamento e compromissos na adolescência e vida adulta podem ser influenciados pela conduta de apego dos adultos, tanto pela parentalidade como em outros relacionamentos.

1.1.1.2 Comportamento de Apego

Um dos aspectos de maior importância da TA é a base biológica sobre o comportamento de apego (Cassidy, 1999). Através do comportamento de apego a criança obtém resultados de aproximação à sua figura de apego (usualmente a mãe). Deduz-se a presença do apego pelo comportamento de apego que pode ter formas ativas, como a procura ou seguimento do cuidador; formas aversivas, como o choro; ou aparecer sob formas de sinais comportamentais que alertam o cuidador para o interesse de interação da criança, como o sorriso e verbalizações diversas. Todas essas formas são observadas em crianças, adolescentes e adultos ao buscarem a aproximação a outras pessoas às quais são apegados. É o padrão desses comportamentos, e não sua frequência, que revela algo acerca da força ou qualidade do apego ou vínculo afetivo (Ainsworth, 1989).

Bowlby (1969/1990), baseando-se na etologia, propôs que o comportamento de apego pode ser entendido em termos de um sistema de comportamento, no caso o de apego, que envolve uma motivação inerente aos seres humanos. Além disso, evidências de que as crianças se apegam a figuras abusivas sugerem que o sistema do comportamento de apego não seja conduzido apenas por simples associações de prazer. Ou seja, as crianças intencionam e buscam o desenvolvimento do apego tanto quando seus cuidadores respondem às suas necessidades fisiológicas ou não (Cassidy, 1999). O objetivo é a manutenção de uma homeostase relacional com a figura de apego para a regulação das emoções.

O comportamento de apego é qualquer forma de comportamento que resulta da ação de uma pessoa alcançar ou manter proximidade com outro indivíduo, claramente identificado e considerado como mais apto para lidar com o mundo (Bowlby, 1989). O comportamento de apego é mais óbvio na primeira infância, quando, por exemplo, uma criança está assustada, fatigada ou doente e para se confortar busca a aproximação de uma figura de apego (geralmente os pais). Contudo, durante todo o ciclo vital, essa forma de conduta está presente com variadas intensidades. A função principal atribuída a esse comportamento é biológica e corresponde a uma necessidade de proteção e segurança (Bowlby, 1973/1984).

Golse (1998) ressalta que os pressupostos de Bowlby sobre o comportamento de apego estão fundamentados na idéia de comportamento instintivo, que tem a função de promover um benefício para o indivíduo ou para uma dada espécie. Neste sentido, o comportamento instintivo evolui ao

longo do ciclo da vida, sendo que ele não é herdado, o que se herda é o seu potencial ou o tipo de código genético que permite à espécie desenvolver melhores resultados adaptativos, ao longo dos anos, caracterizando sua evolução e preservação. Assim, o comportamento de apego dos seres humanos é resultante tanto de uma necessidade inata quanto de aquisições, no sentido de proteção e de socialização.

O bebê nasce com potencial para ações como a sucção, a visualização, o choro e os reflexos arcaicos, que vão se organizando progressivamente em torno de uma figura, que com o tempo é cada vez mais discriminada (Golse, 1998). Com o crescimento, a conduta se enriquece e, através do comportamento de apego, a criança aproxima-se da figura de apego. Ao longo dos anos, o comportamento de apego se amplia e se diversifica para figuras auxiliares, persistindo por toda a vida, manifestando-se sob formas diversas, muitas vezes, simbólicas, para garantir o contato.

O entendimento de como o sistema do comportamento de apego é ativado de forma a ser incrementado positivamente ou defasado foi um dos maiores interesses de Bowlby (1969/1990). Assim, Bowlby distinguiu duas formas de fatores que podem interferir na ativação do sistema de comportamento do apego. Uma dessas formas é relacionada às condições físicas e temperamentais da criança, a outra é relacionada às condições do ambiente. A interação desses dois fatores é complexa e depende, de certa forma, da estimulação ao sistema de apego. Além disso, o sistema de comportamento do apego tem função direta nas respostas afetivas e no desenvolvimento cognitivo, já que o sistema envolve uma representação mental das figuras de apego, de si mesmo e do ambiente, sendo que elas estarão baseadas na experiência.

1.1.2 Modelos Internos de Funcionamento

Ainsworth (1989) ressalta que se pode pensar em apego como uma subcategoria de um processo mais amplo – a criação dos modelos internos ou *working models*. Pode-se dizer que essa idéia está baseada no pressuposto de que as experiências precoces com o cuidador primário, segundo Bowlby (1989), iniciam o que depois se generalizará nas expectativas sobre si mesmo, dos outros e do mundo em geral, tendo implicações importantes na personalidade em desenvolvimento.

Furman, Simon, Shaffer e Bouchey (2002) apontam que o termo *working model*, modelo de funcionamento, foi usado por Bowlby para descrever as representações ou expectativas que guiam o comportamento e que servem como uma base de predição e interpretação do comportamento de outras pessoas às quais se é apegado. Outros autores têm descrito esse conceito similarmente usando os termos esquemas, *scripts*, protótipos, representação mental, modelo funcional ou estado mental.

O modelo interno de funcionamento surge da representação interna que a criança fará sobre o seu relacionamento com os seus pais ou cuidadores substitutos primários. São as representações cognitivas e afetivas dessas representações ou expectativas que são denominadas de *working models* ou modelos de funcionamento interno. Estas representações ou expectativas estão relacionadas com os sentimentos de disponibilidade das figuras de apego, com a probabilidade de recebimento de suporte emocional em momentos de estresse, e, de maneira geral, com a forma de interação com essas figuras (Bowlby, 1989).

Bowlby (1989) descreveu o processo de construção dos modelos internos de funcionamento em termos de modelo de apego. A criança constrói um modelo representacional interno de si mesma, dependendo de como ela foi cuidada. Mais tarde, em sua vida, esse modelo internalizado permite à criança, quando o sentimento é de segurança em relação aos cuidadores, acreditar em si própria, tornar-se independente e explorar a liberdade. Desta forma, cada indivíduo forma um “projeto” interno a partir dessas primeiras experiências com as figuras de apego. Ainda assim, a noção de Bowlby (1973/1984) sobre os *working models* explicitamente inclui a possibilidade de que os padrões de sentimentos, expectativas, pensamentos e comportamentos podem mudar com a experiência.

Embora estas representações tenham sua origem cedo no desenvolvimento, elas continuam numa lenta evolução sob o domínio sutil das experiências relacionadas ao apego da infância, principalmente, e da adolescência e vida adulta. A imagem interna, instaurada com os cuidadores primários, é considerada a base para todos os relacionamentos íntimos futuros. A sua influência aparece já nas primeiras interações com outras pessoas, afora as figuras de apego, na primeira infância (Ainsworth, 1969; Ainsworth & Eichberg, 1991), na puberdade, na adolescência e na vida adulta, expressas nos padrões ou estilos de apego e de vinculação que o indivíduo apresentará em suas interações interpessoais significativas (Bretherton & Munholland, 1999).

Estudos recentes indicam a existência de padrões de apego distintos em relação ao pai e à mãe (Belsky, Garduque & Harneir, 1984; Main & Weston, 1981). Isto implica questões de porque a mesma criança se sente segura em relação a um dos pais e não ao outro. Main, Kaplan, e Cassidy (1985) sugerem que talvez haja uma figura de apego principal na construção do modelo interno de funcionamento. Contudo, também é relevante a consideração sobre o que define o padrão: a criança ou a relação? Mas as diferenças em relação ao padrão estabelecido com uma figura de apego e outra, parecem refletir mais a relação do que diferenças temperamentais (Lopes & Piccinini, 1992).

Waters, Hamilton e Wienfield (2000) apontam que, com a idade e o desenvolvimento cognitivo, as representações sensório-motoras das experiências de uma base segura na infância é que dão origem à representação mental, através de um processo no qual a criança constrói cada vez

mais representações complexas. Ainsworth (1989) ressalta que o bebê começa a criar pelo menos dois modelos internos significativos, um modelo interno de *self* e outro modelo referente às relações com as outras pessoas e figuras de apego. Desta forma, o modelo interno pode ser considerado como sendo a representação mental do *self* em relação aos outros.

Durante o primeiro ano de vida o bebê, gradualmente, vai organizando internamente suas expectativas sobre a regularidade dos cuidados recebidos e sobre o que acontece consigo. Este processo dá início à construção do *working model*, que envolve as percepções e expectativas da criança sobre o ambiente físico, sobre as figuras de apego e sobre si mesma (Ainsworth, 1989). Fonagy e Target (1997) sugerem que o processo ligado à construção dos *working models* capacita a habilidade de mentalização, ou seja, de representar o comportamento em termos de estado mental, o qual é determinante da organização do *self* e é adquirido no contexto das primeiras relações sociais da criança. Logo, a mentalização ou função reflexiva possibilita que a criança compreenda as atitudes dos outros e aja de maneira adaptada em contextos interacionais específicos.

Como os cuidadores primários diferem no jeito de interagir com suas crianças, essas, por sua vez, terão o desenvolvimento e percepções de seus estados mentais e dos outros, relacionados à observação que farão do mundo mental dos seus cuidadores (Fonagy & Target, 1997). Assim, a mentalização organiza a experiência individual e o comportamento dos outros em termos de construtos do estado mental. As figuras de apego poderão ser particularmente alertas às indicações precoces de intencionalidade de suas crianças, ou poderão necessitar de fortes indicadores antes de perceberem o estado mental delas para agirem de acordo com a demanda infantil. Ainda outros, podem ser extremamente desatentos ao estado mental da criança, o que talvez resulte em deformações no senso de si mesma que está se desenvolvendo.

Nos casos de famílias abusivas, por exemplo, a construção da representação mental infantil tende a ser dada de forma rígida, mal adaptada, inapropriada e, como consequência, o desenvolvimento da função de mentalização ou de reflexão, em que os estados mentais são representados no mundo psíquico elevando a intersubjetividade e a comunicação individual, poderá ser pobre ou aniquilada (Target & Fonagy, 1996). Nestes casos, a confiança da criança de que outras pessoas podem compreender os outros através dos seus próprios sentimentos é destruída. Aumentam, também nesses casos, as possibilidades de que a criança iniba sua capacidade de se envolver em relacionamentos de apego intensos (Fonagy & Target, 1997).

Desta forma, o papel dos modelos internos de funcionamento tem grande importância na modelagem do comportamento, nas capacidades de reciprocidade e nas interações ao longo do ciclo vital, em uma ampla variedade de situações (Pietromonaco, Barret & Feldman, 1997). Algumas são relacionadas à: seleção de um parceiro e construção de relacionamentos de amizade, escolha

ocupacional, parentalidade, formação de expectativas e imagem do *self*. As primeiras representações que formam o modelo interno de funcionamento são construídas e esquematizadas pela organização da memória, em termos do que a criança demanda e é correspondida em obter segurança e conforto, sendo que o reflexo disso será posto na experiência social real, futuramente (Collins & Read, 1994). Além disso, através dos modelos internos de funcionamento ocorre uma tendência de recriação, nas relações atuais do indivíduo, do padrão de modelo interno de apego primário.

Ramires (2003) ressalta a importância da cognição social na formação do modelo de funcionamento interno. O conceito de cognição social inclui o pensar sobre o que as pessoas deveriam fazer, como elas se sentem e a forma como um indivíduo enxerga o seu pensamento sobre os outros. A teoria da cognição social reconhece a criança como ativa e interativa atribuindo a ela um papel construtivo no seu desenvolvimento. Ou seja, a criança possui um papel agente e pensante no e sobre o mundo das pessoas.

Em função disso, é necessário levar em conta como a criança percebe o que se faz a ela e não que só se dê atenção ao que lhe acontece. Através do apego social, os laços com algumas pessoas, carregados de afeto, são decorrentes de uma interação social dual. Ramires (2003) menciona que, por volta do final do segundo ano de vida e do terceiro ano, a criança está habilitada a construir modelos funcionais sobre ela mesma e de suas interações com os outros.

Para Bowlby (1969/1990), um modelo de funcionamento de *self* tido como valorável e competente, é construído em um contexto em que os cuidadores primários têm, eles mesmos, um modelo de funcionamento emocionalmente disponível e responsivo às atividades exploratórias de suas crianças. Por outro lado, um modelo de funcionamento de *self* desvalorizado e tido como incompetente é a contraparte de cuidadores com modelo de funcionamento rejeitador ou indiferente ao comportamento de apego de sua criança e/ou que interferem negativamente na exploração delas em relação ao ambiente.

1.1.3 Padrões de Apego

Ainsworth (1978), baseada na teoria da segurança de Blatz (1966), desenvolveu um sistema de avaliação do relacionamento mãe-bebê, a partir de observações naturalísticas da interação de bebês com suas mães, das quais chegou à identificação de dois grupos de padrão de apego: os seguros e os inseguros. Enquanto as crianças seguras mostravam-se confiantes na exploração do ambiente e usavam seus cuidadores como uma base segura de exploração, as crianças categorizadas como inseguras tinham em comum baixa exploração do ambiente e pouca ou intensa interação com

suas mães (Ainsworth, 1967).

Para melhor investigar essas categorias, Ainsworth criou o método experimental denominado Situação Estranha (Ainsworth, 1978), pelo qual as reações da criança na interação com seu cuidador são observadas em detalhe frente a uma situação de separação. A Situação Estranha (Ainsworth & Wittig, 1969), deu origem ao primeiro sistema de classificação do apego (Ainsworth, 1978) entre o cuidador e a criança. Os resultados desse estudo da Situação Estranha, conhecido como *Baltimore Project*, foram publicados por Ainsworth (1978) no artigo “*Patterns of attachment*”. O pioneirismo de Ainsworth, ao propor um sistema de classificação do apego, foi seguido e expandido por Main, Kaplan e Cassidy (1985), Sroufe (1983, 1985), Bartolomew e Horowitz (1991), entre outros, que se dedicaram ao estudo e à verificação do apego ao longo das diversas fases do ciclo vital.

A partir desse experimento, as categorias dos padrões de apego foram complementadas por mais um padrão distinto de apego inseguro nas interações cuidador-criança. Então, as categorias foram organizadas em padrão seguro, padrão ambivalente ou resistente e padrão evitativo. Posteriormente, um quarto padrão foi identificado por Main e Hesse (1990): o padrão desorganizado/desorientado.

De acordo com Ainsworth (1978), o padrão seguro corresponde ao relacionamento cuidador-criança provido de uma base segura, na qual a criança pode explorar seu ambiente de forma entusiasmada e motivada e, quando estressada, mostra confiança em obter cuidado e proteção das figuras de apego, que agem com responsividade. As crianças seguras inquietam-se quando separadas dos cuidadores, mas não se abatem de forma exagerada. Waters e Cummings (2000) salientam que as características da interação entre o cuidador e a criança são de cooperação, instruções seguras e monitoração por parte do cuidador, ao mesmo tempo em que encoraja a independência da criança.

Já o padrão resistente ou ambivalente é caracterizado por crianças que antes de serem separadas dos cuidadores apresentam comportamento imaturo para suas idades e pouco interesse em explorar o ambiente, voltando suas atenções aos cuidadores de maneira preocupada. Após a separação, a criança fica bastante incomodada, sem se aproximar de pessoas estranhas. Quando os cuidadores retornam, ela não se aproxima facilmente e alterna seu comportamento entre procura por contato e cólera. A sugestão de Ainsworth (1978), é que, em alguns momentos, essas crianças receberam cuidado de acordo com suas demandas e, em outros, não tiveram uma resposta de apoio dos cuidadores, o que pode ter lhes provocado falta de confiança nos cuidadores em relação aos cuidados, a disponibilidade e a responsividade. Assim, elas adotam uma estratégia provocativa para com as figuras de apego.

O grupo de crianças pertencentes ao padrão evitativo brinca de forma tranqüila, interage pouco com os cuidadores, mostra-se pouco inibido com os estranhos e, chega a se engajar em brincadeiras com pessoas estranhas, durante a separação dos cuidadores. Quando são reunidas aos cuidadores, estas crianças mantêm distância e não os procuram para obterem conforto. Ainsworth (1978) apontou que são menos propensas a procurarem o cuidado e a proteção das figuras de apego quando vivenciam estresse. Ainsworth (1967), a partir de suas observações, também sugeriu que essas crianças, identificadas com o padrão de apego evitativo, deixam de procurar os cuidadores após terem sido rejeitadas, de alguma maneira, por eles. Apesar dos cuidadores demonstrarem preocupação, eles não correspondem aos sinais de necessidade quando a criança os indica. Uma hipótese sugerida para a compreensão dessas crianças (Cortina & Marrone, 2003) é que estas tenham sido rejeitadas, justamente, em momentos em que revelaram suas necessidades. Assim, elas tiveram que aprender a lidar de maneira a ocultar suas necessidades de cuidado em momentos relevantes.

Por fim, o grupo categorizado com o padrão desorganizado/desorientado (Main & Hesse, 1990) é composto por crianças que tiveram experiências esmagadoras para o desenvolvimento infantil adaptado. Cortina e Marrone (2003) informam que nesses casos o sistema de *coping* pode ter sido danificado. Este padrão foi identificado por Main e Hesse (1990), através da observação de crianças na situação estranha, as quais apresentavam comportamento contraditório e/ou estratégias de *coping* incoerentes para lidarem com a situação de separação. Na presença dos cuidadores, antes da separação, essas crianças exibem um comportamento constante de impulsividade, envolvendo apreensão na interação, em ambas as direções (cuidador-criança), expressada por fúria ou confusão facial, ou expressões de aflição e perturbação. No entendimento de Main e Hesse (1990), essas crianças vivenciam um conflito, sem terem condições de manterem uma estratégia adequada para lidarem com o que as assusta.

O grupo de crianças correspondente ao padrão de apego desorganizado/desorientado é relacionado a casos de situações de abuso, nos quais o abusador pode ser proveniente de fora do ambiente familiar da criança e significar uma fonte de temor, por lhe fazer ameaças, dificultando sua busca por proteção, ou quando o próprio cuidador é o agente do abuso. Logo, a criança se acha colocada em um paradoxo sem solução e, assim, bloqueia a utilização de estratégias usuais de *coping*, demonstrando sinais de desorganização. Ou seja, o padrão desorganizado/desorientado é associado com fatores de risco e maltrato infantil (Cortina & Marrone, 2003). Fatores adicionais são incluídos na manifestação desse padrão, como, por exemplo, transtorno bipolar nos pais ou uso parental descomedido de álcool (Cortina & Marrone, 2003). Além disso, a prevalência de perdas não resolvidas e elaboradas pelos cuidadores em suas histórias é relacionada a esse padrão nas

crianças (Bartolomew & Horowitz, 1991).

A razão de porquê algumas crianças desenvolvem um apego seguro com os seus cuidadores, enquanto outras estabelecem um padrão inseguro, é um aspecto que vem sendo amplamente investigado, de acordo com Belsky (1999). A qualidade do cuidado primário e dos aspectos temperamentais da criança em desenvolvimento vêm sendo diretamente relacionados com o tipo de padrão de apego que se estabelecerá na interação da criança com os cuidadores primários e, posteriormente, na consolidação de seu modelo interno de funcionamento (Main, 1999).

1.1.4 Apego e Padrões de Apego ao Longo do Desenvolvimento

Bowlby (1969/1990) conceitualizou o apego como um fenômeno que se estabelece ao longo do ciclo vital sob diferentes intensidades. Em um estudo longitudinal desenvolvido por Ainsworth (1978), ao longo de vinte anos – o *Baltimore Project* –, crianças que foram classificadas em seu padrão de apego no primeiro ano de vida, através da Situação Estranha, receberam a mesma classificação na vida adulta inicial (Watters, Merrick, Treboux, Crowell & Albersheim, 1995). Assim, um dos pressupostos centrais da TA de que as primeiras relações na vida de um indivíduo servem de protótipos para as relações futuras foi, de certa forma, confirmado.

Weiss (1991) salienta que em adultos, assim como em crianças e adolescentes, o apego tem uma função crítica para o estabelecimento de relacionamentos e para a continuidade de segurança e manutenção da estabilidade emocional. Ou seja, as relações de apego parecem ter importância especial para a manutenção dos sentimentos de segurança, o mesmo ocorrendo para perpetuação de relacionamentos com uma comunicação efetiva e de apoio.

Main e seus colaboradores (2001) criaram a Entrevista de Apego do Adulto (AAI) com a finalidade de analisar as representações dos modelos internos de apego nos adultos. Essa entrevista explora de maneira minuciosa, através de questões estruturadas, a relação do indivíduo com ambos os pais durante a infância e os efeitos dessas experiências em seu funcionamento atual.

Através de análise dos conteúdos das entrevistas e de um sistema de codificação dos discursos, foram formuladas algumas categorias de padrões de apego em adultos: seguro/autônomo, evitativo/desapegado, preocupado/ansioso ou ambivalente/ansioso e desorganizado/desorientado. De maneira geral, cada categoria ou padrão corresponde a determinadas características individuais de personalidade, à sua forma de interação, aos tipos de resposta afetiva e social apresentadas e ao surgimento de psicopatologias ao longo do ciclo vital (Atkinson, 1997).

A categoria segura/autônoma faz um paralelo com o grupo de crianças de apego seguro. Nos adultos, esse grupo apresenta um relato espontâneo e vívido das experiências de infância, boas

lembranças destas experiências e uma descrição equilibrada de experiências infantis difíceis. Os adultos que se enquadram na categoria de apego evitativo/desapegado apresentam um relato idealizado da infância, falha na reconstrução das memórias infantis e, se dificuldades nessas experiências são relatadas, seus efeitos são negados ou minimizados (Cortina & Marrone, 2003).

A categoria de apego adulto preocupado/ansioso caracteriza-se por um relato marcado por experiências que podem ter sido confusas, vagas ou tempestuosas e conflitantes. Estes indivíduos apresentam uma inabilidade em se colocarem nas situações infantis e apresentarem um roteiro coerente dessas experiências. Isto também acontece no relato de experiências difíceis da infância, o que demonstra uma dificuldade de compreender as origens de suas emoções preocupantes. Os casos relativos à categoria de apego adulto desorganizado/desorientado referem-se aos relatos que possuem sinais claros de desorientação e desorganização, principalmente, quando os entrevistados são questionados sobre eventos traumáticos ou perdas importantes (Cortina & Marrone, 2003).

A necessidade de figuras de apego que proporcionem uma base segura não se limita absolutamente às crianças (Bowlby, 1979/2001). Apesar de que, nos primeiros anos de vida, essa necessidade seja mais evidente, ela está presente em adolescentes e adultos. Assim sendo, os padrões de apego desenvolvidos na infância, através dos modelos internos de funcionamento tendem à continuidade e a serem reforçados nas interações com outros, pois os indivíduos têm uma propensão a se colocarem em situações que reforçam os seus modelos de funcionamento interno precoce (Sperling & Berman, 1994).

Main (2001) considera que apesar da predileção global entre o apego primário e os processos representacionais mais tardios, a segurança não está totalmente fixada ou determinada na infância. Embora descobertas apontem para conseqüências potencialmente duradouras nos padrões de apego e nos modelos internos de relações, é necessário que sejam consideradas as características de temperamento e os aspectos constitucionais do indivíduo como contribuintes prováveis para os estados de segurança frente às inseguranças na idade adulta. Todos são suscetíveis às influências variadas de experiências favoráveis ou desfavoráveis que podem alterar o desenvolvimento evolutivo e, portanto, os estados mentais ligados ao apego (Davila, Burge & Hammen, 1997).

Neste sentido, não obstante o amplo desenvolvimento da TA, prevalecem várias perguntas sem resposta, como, por exemplo, o questionamento apontado por Belsky (1999) sobre o que leva algumas crianças a desenvolverem apego seguro com seus cuidadores, enquanto outras estabelecem um padrão de apego inseguro. Outra questão é sobre porque algumas crianças desenvolvem apego seguro, mesmo que os cuidadores não estejam tão próximos. Ainda que esses questionamentos deixem uma margem sugestiva de lacunas aos conceitos da TA e que demarcam a necessidade contínua de pesquisas para o enriquecimento dessa teoria, os padrões de apego estabelecidos na

infância têm sido compreendidos como duradouros através das diversas fases do ciclo vital, embora sejam menos evidentes em adolescentes e adultos (Bolwby, 1980).

Apesar de existirem controvérsias sobre o aspecto da generalização dos padrões de interação primários para relações futuras, durante o ciclo vital, estudos longitudinais diversos (Fonagy, 1999) têm demonstrado a estabilidade do apego. Waters, Kondo-Ikemura, Posada e Richters (1991) enfatizam que a organização do apego através da infância tem um papel direto no desenvolvimento da consciência pessoal, na auto-observação, na consistência do *self* nas relações de apego, assim como nos resultados sociais. Além disso, as relações parentais e rupturas de vínculos primários por perda ou abandono têm impactos considerados transcendentais ao desenvolvimento individual. Assim, as relações de apego têm uma função-chave na transmissão de características transgeracionais em relacionamentos entre cuidadores e suas crianças. Neste sentido, as relações parentais-filiais, ou cuidadores-criança, em que ocorrem rupturas precoces por perda ou abandono têm uma potência transcendente ao desenvolvimento individual da criança, pelo fato de que instauram um padrão internalizado de funcionamento e de interação, influenciado pela forma como a ruptura se deu, entre outros fatores (Fonagy, 1999).

Lewis (2000) salienta que os laços afetivos crescem e são facilitados quando um forte apego afetivo/emocional é estabelecido com uma figura importante e que rupturas inevitáveis nesse apego, quando ocorrem, possam ser reparadas e elaboradas de alguma forma. Considerando-se que a personalidade amadurece, ao longo do ciclo vital, através das internalizações de características atribuídas às pessoas ou aos relacionamentos significativos, as dinâmicas interacionais estabelecidas dão a essência dos padrões interacionais do indivíduo que as experiencia (Lewis, 2000). Nestes processos, ao longo do desenvolvimento, ocorrem inevitavelmente rupturas de vínculos. Assim, segundo Lewis (2000), a possibilidade de crescimento e a formação de novos laços afetivos dependerão de como estas experiências de ruptura são vivenciadas. Ou seja, a própria ruptura, como experiência vivida, e a sua reparação e elaboração, são os pontos de maior importância e predição das características do desenvolvimento vincular e afetivo na vida de uma pessoa.

Bowlby (1979/2001), através de seus estudos, salientou a incidência de transtornos psiquiátricos relacionados a rompimentos de vínculos de apego, com uma associação alta em relação a perdas na infância e depressão, decorrentes de deterioração familiar geral ou separações. Bowlby (1979/2001) também apontou que os efeitos de apegos desfeitos na infância, tanto com os pais como com as mães, podem ser observados entre os cinco e os 14 anos de idade, como também nos primeiros cinco anos de vida.

Existe uma suposição geral de que crianças que experienciam separação da figura principal de apego, nos anos iniciais de vida, tornam-se mais sensíveis a outras experiências de separação, as

quais são vivenciadas traumáticamente. Contudo, não existe evidência segura sobre esse apontamento (Ainsworth, 1967). O que se sabe é que a forma como essa primeira experiência foi vivenciada, influenciará as expectativas e a ação da criança frente a outros momentos de separação. Fatores como idade, tempo de separação, temperamento, tipo de interação estabelecida antes da separação, ambiente onde a separação é vivida e quem está presente depois da separação, assim como, a natureza das circunstâncias durante a separação, são fatores influentes e modificadores da resposta dada pela criança à separação e no significado e efeitos disto em sua vida (Rutter, 1972).

Com o desenvolvimento, a criança se torna capaz de estabelecer relacionamentos interpessoais complexos sozinha, sem a presença dos cuidadores principais (Bronfenbrenner, 1979/1996). Este fato reflete um princípio característico da ecologia do desenvolvimento humano. Ou seja, conforme o mundo da criança se amplia, ela se torna capaz não só de participar ativamente deste meio ambiente, como também de modificar e aumentar sua estrutura e conteúdos. Assim, o contexto ambiental da criança é agente e consequência do crescimento psicológico que ela vive.

Na ecologia do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1979/1996), as propriedades e princípios envolvidos incluem o contexto social, as relações afetivas, as redes de apoio, os sistemas governamentais, assim como as configurações familiares. Neste sentido, o desenvolvimento humano é facilitado pela interação com pessoas que ocupam uma variedade de papéis, como, também, pela participação num repertório de relacionamentos cada vez mais amplo. Destaca-se que diferentes tipos de ambientes dão origem a padrões distintos de papéis, de atividades e de relação, para as pessoas que se tornam participantes desses ambientes.

Assim, no desenvolvimento do apego, outros fatores implicados no ambiente precisam ser considerados, dentro de uma perspectiva ecológica de desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1979/1996), já que afetam a qualidade do cuidado primário e, por consequência, o bem-estar da criança em desenvolvimento (Belsky, 1999). Desta forma, o bem-estar e a saúde mental parental estão, diretamente, ligados à qualidade de cuidado e ao desenvolvimento de um apego seguro junto à criança. Vários fatores influenciam a qualidade de cuidados e o padrão de apego em desenvolvimento nas relações primárias. Entre estes, a relação marital, o contexto social, o acesso a recursos, a incidência de patologias mentais, o divórcio, as separações temporárias em períodos críticos, como na primeira infância, todos têm relação direta com os padrões de apego. Estes fatores fazem parte do que se entende por fatores de risco social (Davila, Burge & Hammen, 1997).

1.1.5 Medidas de Avaliação do Apego

O crescente interesse pela TA para a compreensão dos laços nas relações humanas e de suas

ações na vida de cada indivíduo pode ser considerado como produto da melhoria metodológica da mensuração e classificação dos estilos de apego. De acordo com Crowell e Treboux (1995), este interesse tem se apresentado tanto na perspectiva teórica como na perspectiva empírica. Inúmeros instrumentos vêm sendo desenvolvidos e validados para avaliarem tecnicamente os construtos teóricos em que a TA se sustenta. Pode-se observar que existe uma tendência recente de se ampliar os estudos dos padrões de apego em faixas etárias além da infância, implicando uma necessidade de determinação do procedimento mais adequado para a faixa alvo, assim como o desenvolvimento de instrumentos para avaliação do apego em diferentes fases do ciclo vital.

Muitos instrumentos foram criados para examinar o apego parental, o apego em adolescentes e o apego em crianças, assim como para identificar sinais característicos dos padrões de apego e inter-relações correspondentes. Basicamente, trata-se de instrumentos que tentam classificar os modelos ou estilos de apego e/ou que identificam características desses modelos. Alguns desses são: *Attachment Interviews* (Bartholomew & Horowitz, 1991); *Adult Attachment Styles – AAS* (Hazan & Shaver, 1987); *Adult Attachment Interview* (AAI; George, Kaplan & Main, 1985); *Current Relationship Interview* (Crowell, 1990); *Adult Attachment Scale - AAS* (Collins & Read, 1990); *Adolescent Attachment Questionnaire* (West, Rose, Spreng, Sheldon-Keller & Adam, 1998) e *The Inventory of Parent and Peer Attachment* (Armsden & Greenber, 1987).

Entre os instrumentos citados anteriormente, a *Adult Attachment Interview* (AAI; George, Kaplan & Main, 1985) tem sido muito importante nos estudos da TA, sendo uma das técnicas de auto-relato mais utilizadas nessa abordagem. Contudo, a sua utilização é restrita pela necessidade de treinamento adequado para o levantamento dos escores e da codificação de suas escalas de avaliação dos relatos. Além disso, o protocolo da entrevista não está publicado, assim como o sistema de escore e de codificação. O acesso a esse material é restrito e só é disponibilizado parcialmente para utilização em pesquisas. Através da descrição dos entrevistados sobre suas relações com seus cuidadores primários, perdas significativas e relações atuais com os cuidadores primários, o escore é focado na fluidez como esses falam sobre suas experiências primárias e na coerência e plausibilidade de suas narrativas (Crowell, Waters, Treboux, O'Connor, Colon-Downs, Feider, Golby & Posada, 1996). Vários estudos (Bartholomew & Moretti, 2002; Hughes, Hardy & Kendrick, 2000; Jacobvitz, Curran & Moller, 2002; Rodrigues, Wais, Zevallos & Rodrigues, 2001), utilizaram a AAI como instrumento, demonstrando que esse é um método de acesso significativo à organização do apego, adaptando-se em diversas culturas, e que pode ser correlacionado com níveis de inteligência, ajustamento social e adaptação individual (Crowell e cols., 1996).

Como os padrões de interação na adolescência têm sido identificados pelo modelo de categorização do apego em adultos, proposto por Main, Kaplan e Cassidy (1985) alguns

pesquisadores (Ammanitti, Van-Ijzendoorn, Speranza & Tambelli, 2000; Carranza, 2000; West, Rose, Spreng, Sheldon-Keller & Adam, 1998) aprimoraram esse modelo, adequando os métodos de avaliação do apego para o uso com adolescentes. Ammaniti e colaboradores (2000) basearam-se na AAI para criarem uma entrevista de medida da representação do apego na adolescência inicial e adolescência propriamente dita – *Attachment Interview for Childhood and Adolescence*. A intenção inicial desses autores era verificar a estabilidade do padrão de apego e os processos de mudança ocorridos no período da adolescência. Em função das diferenças de gênero emergirem fortemente na adolescência, as diferenças da organização do apego em meninas e em meninos foram exploradas amplamente. Contudo, diferenças significativas entre os gêneros não foram encontradas. Foi observada uma tendência dos adolescentes demonstrarem maior rejeição aos pais, nos primeiros quatro anos iniciais da adolescência, dos 12 aos 15 anos, o que sugere um maior uso de estratégias de apego evitativo/desapegado em relação às figuras de apego primário, nessa fase. Isto foi compreendido como uma necessidade de manter distância das figuras parentais para que a aquisição de uma identidade pessoal seja alcançada (Ammaniti e cols., 2000).

As medidas de avaliação do apego em adolescentes, de maneira geral, são utilizadas de forma eficiente para identificarem as estratégias mais utilizadas frente às circunstâncias às quais os sujeitos vivem ou viveram, além de identificarem a maneira como lidam consigo mesmos e com as pessoas significativas em suas vidas (Crittenden, 2001). Entre os instrumentos mais utilizados Crittenden (2001) cita a *Adult Attachment Interview* – AAI (George, Kaplan & Main, 1985) que, através de sua utilização, leva a uma compreensão da forma como o adolescente pensa sobre suas experiências de apego, de maneira integrada e colaborativa. Entretanto, essa entrevista tem sido utilizada com adolescentes mais velhos, já que o método de avaliação do relato foi construído a partir das experiências descritas por adultos. Por isso, os métodos de avaliação do apego em adolescentes têm sido objeto de estudo de diversos pesquisadores, dada a necessidade de medidas confiáveis e adequadas a essa etapa do ciclo vital.

O *Adolescent Attachment Questionnaire* foi construído por West e colaboradores (1998) para acessar as características do apego em adolescentes. Trata-se de um questionário pequeno de auto-relato, tipo *Likert*, com três escalas de três itens: a primeira escala avalia a confiança dos adolescentes na disponibilidade e responsividade das suas figuras de apego; a segunda escala avalia o quanto o adolescente considera e é empático às necessidades e sentimentos das figuras de apego; e a última, avalia os sinais de sofrimento e raiva, explorando a quantidade de raiva/sofrimento na interação do adolescente com as figuras parentais. O adolescente é instruído a responder às questões em relação ao seu relacionamento com a pessoa que ele considera que o criou/cuidou.

Os resultados de West e colaboradores (1998) apontam que a maioria dos adolescentes

(91,5%), com idades entre 12 e 19 anos, de ambos os sexos, identificou suas mães como suas figuras de apego. Para verificar a validade do questionário, os adolescentes também responderam à AAI. O objetivo de avaliar as percepções dos adolescentes sobre a relação com suas figuras de apego, como, por exemplo, disponibilidade, responsividade, companheirismo e estima, foi alcançado, demonstrando que essas escalas podem ser utilizadas em estudos com adolescentes.

Cunliffe, Lee, Bashe e Elliott (1999), através de entrevistas, escalas e questionários, investigaram a influência do relacionamento materno na regulação da emoção em adolescentes. De forma geral, os dados foram analisados pela coerência dos relatos nas entrevistas, acrescidos aos resultados de escalas e de questionários que exploravam a relação de apego com a figura materna. Os resultados apontaram que os relatos de relacionamentos afetuosos e de aceitação com os cuidadores estavam relacionados a situações de menores vivências de experiências negativas ou de estresse, coerência nos relacionamentos e melhores formulações frente a situações problemáticas ou experiências difíceis.

De maneira geral, as medidas de avaliação do apego tem valor significativo por serem capazes de identificar o comportamento de apego ao longo do ciclo vital e sua ação sobre os relacionamentos que o indivíduo estabelece, além de identificar aspectos da representação mental dessas relações e do funcionamento social (Cassidy, 1999). A utilização desses instrumentos possibilita que os resultados obtidos sejam aproveitados para intervenções em âmbitos clínicos ou em programas sociais. Sendo assim, os métodos de avaliação do apego representam recursos valiosos para os profissionais da saúde mental, que podem ser utilizados em contextos diversos e para várias fases do ciclo vital. No caso dos métodos de avaliação do apego em adolescentes, estes têm sido objeto de estudo de diversos pesquisadores, dada a necessidade de medidas confiáveis e adequadas a essa etapa do ciclo vital. No entanto, os instrumentos de medida do apego em adolescentes ainda não foram adaptados e validados para a população brasileira, dificultando estudos com essa população, e tornando necessário o desenvolvimento de métodos de avaliação para essa faixa etária no Brasil.

1.2 Desenvolvimento da Organização do Apego na Adolescência

De acordo com Allen e Land (1999), na percepção de adolescentes, o apego aos cuidadores primários é tratado como um vínculo de contenção e moderação, e não, exatamente, como uma base de apoio e segurança, já que a tarefa principal da adolescência é o desenvolvimento da autonomia. Como as atividades dos adolescentes, geralmente, são distantes das figuras de apego, há uma necessidade menor de dependência e respaldo dos cuidadores, no que se refere à formação de uma

concepção própria do mundo (Allen & Land, 1999). Ainda assim, os cuidadores são considerados, em momentos críticos, como um recurso efetivo e importante de apoio quando a relação é uma base segura e apesar dos adolescentes já disporem de maior liberdade e autonomia para escolherem outras figuras a quem recorrer (Armsden & Greemberg, 1987).

Durante a adolescência, o relacionamento entre o adolescente e seus cuidadores passa por transformações que tornam a configuração simétrica característica do apego da infância mais simétrica, em termos de reciprocidade e de trocas, sendo estas modificações influenciadas pelo padrão de apego estabelecido precocemente (Main, 1999). Neste sentido, o sistema de apego passa a ter um papel integrador para os desafios desta fase.

Há, ainda, na adolescência uma chance de reformulações sobre a organização do apego primário. Isto não quer dizer que os adolescentes consigam distinguir e reconhecer, claramente, as qualidades e defeitos implícitos nas suas relações primárias de apego, mas estes aspectos parecem ser elucidados e moldados na adolescência (Allen & Land, 1999). Por isso, durante a adolescência o sistema de apego é estratégico na configuração do comportamento em relação aos novos laços de apego formados nos futuros relacionamentos (Steele, Steele & Fonagy, 1996; Waters, Merrick, Treboux, Crowell & Albersheim, 1995).

Crowell e Treboux (1995) mencionam que a autonomia e a afinidade nas interações familiares de adolescentes de 14 anos de idade predizem o padrão de apego e/ou a coerência em seus discursos entre as idades de 24 e 25 anos. Os adolescentes mais velhos classificados no padrão desorganizado/desorientado são mais hostis em relação à figura materna, do que os adolescentes classificados no padrão seguro/autônomo. Já os padrões preocupado/ansioso e desorganizado/desorientado em adolescentes são relacionados a inter-relações confusas e restrições na autonomia na interação com a figura materna (Crowell & Treboux, 1995).

Collins e Sroufe (1999) ressaltam que na adolescência as experiências se caracterizam em uma rede social mais ampla que na infância. Habitualmente, os indivíduos, nessa fase, demonstram uma tendência a aumentarem e estabilizarem suas relações íntimas. Desta forma, a relação entre e com amigos é um dos melhores exemplos de um desenvolvimento continuado. Estas continuidades nas relações têm sido ligadas com as experiências precoces e relações correspondentes, sugerindo que as competências sociais transcendem relacionamentos específicos (Sroufe & Fleeson, 1986). Assim, tanto as relações familiares primárias como as experiências entre pares são preditoras das diferenças individuais na adolescência (Collins & Sroufe, 1999).

Harvey (2000) examinou a relação entre os padrões de apego em adolescentes e o funcionamento familiar, apontando que adolescentes que percebem a si mesmos como integrantes de relações familiares coesas são considerados com um padrão de apego seguro/autônomo, sendo

que os valores intelectuais e culturais familiares são adotados para si mesmos. Contudo, é muito simplista dizer que o oposto a esses aspectos é o correspondente aos padrões preocupado/ansioso ou evitativo/desapegado. Os dados de Harvey (2000) sugerem que a forma como o padrão preocupado/ansioso se diferencia dos padrões de apego seguro/autônomo e do padrão de apego evitativo/desapegado situa-se na combinação de conflitos familiares, controle e compreensão.

O padrão preocupado/ansioso de adolescentes está relacionado a relatos de conflitos familiares, alto grau de controle entre os membros da família e falta de compreensão da dinâmica do funcionamento familiar. Além disso, esses adolescentes sentem que a independência é desencorajada e evitam confrontos, mantendo estratégias de *coping* passivas. Nos dados de Harvey (2000), o padrão evitativo/desapegado de adolescentes referiu-se àqueles que se consideram pouco interessados nas relações familiares e apresentam sentimentos negativos em relação à família e ao seu funcionamento.

Crittenden (2001) ressalta que, após a puberdade o apego inclui relacionamentos e estratégias sexuais direcionadas aos pares. Assim, as relações de apego da adolescência são descritas em termos de padrão de relacionamentos, de processamento de informações e de estratégias auto-protetivas, adquiridas nas experiências primárias com os cuidadores, quando se sentiam ameaçados ou desconfortáveis. Além disso, as mudanças físicas e mentais, como a maturação neurológica, associadas a esse período, afetam diretamente as relações de apego. Durante o período entre os 14 anos e os 25 anos, a maturação física afeta prioritariamente as relações de apego, pois as principais aprendizagens e a integração dos relacionamentos dependem do novo estado mental e competência física adquiridas na adolescência que são precedentes dos padrões de autoproteção, interação e reprodução em adultos (Crittenden, 2001).

Considerando-se que as relações de apego são o resultado de uma interação entre uma base genética, processos inatos e experiência, modificados através do tempo, as relações de apego também se modificam. Ou seja, pessoas mais velhas formam relações mais complexas do que as da infância. Por essa razão, as relações na adolescência marcam um período de transição para a idade adulta, no qual as relações com os melhores amigos e as primeiras relações românticas, por exemplo, serão preditivas dos estilos de relacionamentos na adultez (Crittenden, 2003).

1.2.1 Características Gerais da Adolescência

A palavra adolescente tem origem no latim e é derivada do verbo *adolescere*, sendo um dos seus significados o crescimento para o *status* adulto. De acordo com Blos (1994), a adolescência é uma segunda fase de individuação, na qual os relacionamentos são definidos em termos de padrão,

afinidades, diversidade e intimidade. Levisky (1998) acrescenta que a adolescência pode ser entendida como um processo que ocorre durante o desenvolvimento evolutivo do indivíduo, caracterizado por uma revolução biopsicossocial, sendo o biológico, o psicológico e o social, distintos e interatuantes na ação de maturação para a adultez. Assim, a adolescência caracteriza-se por ser um período de transição e pode ser entendida como um construto social (Grotevant, 1998). Na perspectiva da TA, a adolescência se caracteriza por um período no qual a motivação social impera (Brown & Wright, 2001).

Ao longo da história, a adolescência tem sido caracterizada de diversas formas. Esta fase é entendida como um importante estágio do ciclo vital, marcado pela emocionalidade, instabilidade e turbulentos desejos sexuais, que se inicia sob a influência de aspectos biológicos, na puberdade, e termina de acordo com os pressupostos da cultura (Conger & Petersen, 1984). Apesar dessa caracterização da adolescência ser fortemente ligada a estereótipos e estigmas de que essa etapa é marcada por tormentos e conturbações vinculadas à emergência da sexualidade, essa é uma concepção predominante atualmente na psicologia (Ozella, 2002). Como saída teórica a esta visão naturalizante (supremacia dos condicionamentos biológicos) e patologizante da adolescência – *adolescer/adoecer* – essa fase também tem sido compreendida como uma criação histórica do homem, enquanto representação e enquanto fato social e psicológico, em que as mudanças no corpo e no desenvolvimento cognitivo são marcadas, destacadas e significadas pela sociedade (Ozella, 2002).

Zagury (1996) realizou uma pesquisa no Brasil em que entrevistou adolescentes de diversas etnias e classes sociais, derrubando vários mitos acerca do comportamento e do pensamento adolescente sobre diversos assuntos. Os temas tratados abrangeram questões sobre drogas, sexo, felicidade, relação com irmãos, com pais e com amigos. A partir dos resultados da pesquisa de Zagury (1996) pode-se observar o que pensam e sugerem os adolescentes sobre esses assuntos, dando-se alternativas para os radicalismos sobre a etapa de passagem para a vida adulta. No livro *O adolescente por ele mesmo*, que trata sobre essa pesquisa, um relato de um dos adolescentes participantes revela uma excelente descrição da adolescência: “Na adolescência, precisamos de um tempo para pensar, para rever nossas crenças e concepções, antes exercida apenas por conta do modelo familiar. O tamanho desse tempo é pessoal, varia de indivíduo para indivíduo, de jovem para jovem. Aos poucos teremos condições de decidir por nós mesmos se a nossa fé é a mesma do modelo familiar e de que forma queremos professar. Precisamos desse momento para emergirmos como indivíduos...” (Zagury, 1996, p.221).

O desenvolvimento na adolescência envolve uma série de passagens da imaturidade para a maturidade, que podem ser diferenciadas em adolescência inicial, período entre os onze e os catorze

anos; adolescência intermediária, entre os 15 e os 18 anos; e adolescência final, dos 18 aos 21 anos (Steinberg, 1989). Esta divisão consiste em idades aproximadas, que marcam o sistema educacional, alguns ritos de passagem e diferentes aspectos da adolescência. Além disso, Blos (1994) aponta que essas diferenciações são decorrentes do fato de que realmente existe uma seqüência ordenada de desenvolvimento psicológico na adolescência que pode ser descrita em termos de fases mais ou menos distintas. Um pré-requisito para o ingresso na fase adolescente é a consolidação do período da latência, que proporciona à criança um preparo, em termos de desenvolvimento do ego, para os incrementos emocionais desencadeados com a puberdade (mudanças biológicas).

Para Steinberg (1989), existem três mudanças fundamentais na adolescência, que são as mudanças biológicas, as mudanças cognitivas e as modificações sociais. Os contextos em que o adolescente viverá essas modificações são na família, no grupo de pares, na escola e, em alguns casos, no seu local de trabalho. Os aspectos psicológicos e os problemas do adolescente envolvem a formação de uma identidade, de autonomia, de intimidade, da iniciação à prática sexual, de aquisições e a ocorrência de problemas como gravidez, uso de drogas e álcool, delinquência, depressão, entre outros (Steinberg, 1989).

Crittenden (2003) aponta que na adolescência novas competências se fazem presentes servindo de passagem para o mundo adulto. Entre estas, estão incluídas o raciocínio abstrato, as habilidades sexuais e o comportamento reprodutivo. O desejo sexual, com o resultado de reprodução que o acompanha e o conforto ou redução de tensão possibilitada na prática sexual, é um dos aspectos principais da adolescência, já que é nesse período que as escolhas de parceiros serão exercitadas, assim como as primeiras experiências sexuais.

Durante a adolescência é realizada a aprendizagem de como se seleciona uma parceria com a qual possa-se sentir seguro, confortável e desejar-se a realização de planos futuros. Conger e Petersen (1984) argumentam que a aprendizagem de administração de relacionamentos recíprocos e simétricos de apego é uma das tarefas centrais da adolescência. Nesta etapa, a sexualidade configura-se ativamente, implicando uma escolha de gênero, acompanhada pelos ritos de passagem e modificações da puberdade, com a formação de novos relacionamentos entre pares junto à iniciação às relações românticas. Os resultados positivos, nesse processo, geram um aumento na auto-estima, na auto-eficácia e na rede de apoio social, em relação ao seu melhor uso. No entanto, esse processo pode ainda ser influenciado por rupturas e/ou lapsos vividos nas experiências primárias de apego, as quais, nessa fase, estão em ação tanto para a modificação quanto para a repetição de padrões anteriores.

No período desenvolvimental da adolescência, as possibilidades de operações formais aumentadas podem permitir que as representações primárias se modifiquem, através de *insights* e

reflexões, enquanto que na infância mudanças concretas nas experiências são necessárias para que ocorram modificações nos níveis representacionais e subjetivos do indivíduo (Furman, Simon, Shaffer & Bouchey, 2002). Em função dos adolescentes terem um número menor de experiências interpessoais, em relação aos adultos, os modelos de relacionamentos com os cuidadores têm um papel particularmente importante sobre a formação, as expectativas e as demandas nas interações características dessa fase.

As tarefas que marcam a adolescência como o estabelecimento de uma identidade, desenvolvimento da autonomia e formação de relacionamentos íntimos (Cunliffe, Lee, Bashe & Elliott, 1999), abrangem não somente componentes de ideologia ou de domínio ocupacional, religioso ou político, mas também elementos característicos dos relacionamentos interpessoais nos domínios da amizade, relações românticas, papéis e escolhas sexuais, assim como, em atividades recreativas. Toda a exploração nessa fase serve como precursor para a confiabilidade nos relacionamentos íntimos futuros.

Neste sentido, os pais ou cuidadores têm um papel crucial de auxílio para a regulação das emoções dos adolescentes. Entretanto, Crittenden (2001) ressalta que na adolescência as relações com as figuras de apego sofrem mudanças drásticas. Estas modificações habilitam o adolescente para relacionamentos fora do seu círculo familiar, sendo que os novos movimentos interpessoais são influenciados pela forma de interação moldada com os cuidadores na infância. Neste contexto, o relacionamento com os cuidadores pode ser contingente de todas as ansiedades provenientes dessas transformações ou ser um fator de complicação para o desenvolvimento destas mudanças.

1.2.2 Características Discursivas dos Padrões de Apego em Adolescentes

A adolescência tem sido tradicionalmente vista como um estágio no qual separações e diferenciações aumentam, sendo que a continuidade de um apego seguro aos cuidadores tem sido relacionada com um desenvolvimento saudável (Sperling & Berman, 1994). Esta consideração é sustentada pela suposição de que a interdependência com as figuras de apego primárias estão presentes ao longo da vida.

Sperling e Berman (1994) sugerem que existe um *link* entre apego, estilo de disforia (estados de ansiedade, depressão e euforia) e competência social nos adolescentes, que é importante para a formação de novos apegos ao longo do ciclo vital, assim como para as vulnerabilidades emocionais e psicológicas presentes na adolescência. Assim, o estilo de relação de apego desenvolvido com os cuidadores afeta a representação individual do *self* e os relacionamentos entre pares, na adolescência.

Inúmeras investigações sobre os padrões de apego nas diversas fases do ciclo vital vêm sendo desenvolvidas, utilizando-se métodos variados de auto-relatos retrospectivos sobre as relações de apego (Hazan & Shaver, 1990; Kobak, 1993). Existem críticas dirigidas a esses métodos, em função de que as memórias das experiências de apego da infância podem ser distorcidas ou filtradas cognitivamente e afetivamente, além de serem influenciadas pelas experiências de apego ulteriores às relatadas. Contudo, as recordações referentes às relações de apego precoces podem, realmente, fornecer informações valiosas sobre a organização e a representação atual do apego no indivíduo, mesmo que sejam relatadas diferentemente da experiência real vivida, dado que a percepção individual sobre esses fatos é por si só informativa e significativa (Rothbard & Shaver, 1994).

A seguir serão expostas características relacionadas aos padrões de apego observadas nos discursos de adolescentes, segundo os achados de diversos pesquisadores (Armsden & Greenberg, 1987; Cortina & Marrone, 2003; Grossmann, Grossmann & Zimmermann, 1999; Harvey, 2000; Hazan & Shaver, 1990; Hill & Linch, 1983; Kobak, 1993; Kobak & Cole, 1994; Kobak & Sceery, 1988; Lyons-Ruth, Yellin, Melnick, & Atwood, 2003; Murch & Watson, 2003; Ryan & Linch, 1989; Salzman, 1997; Sperling & Berman, 1994; Sroufe, Carlson, Levy & Egeland, 1999), que categorizaram os padrões de apego na adolescência de acordo com as categorias propostas para o apego em adultos.

1.2.2.1 Padrão Seguro/Autônomo

Os relatos de adolescentes, entre as idades de 12-14 anos, que demonstram um padrão seguro/autônomo de apego aos cuidadores primários, foram identificados por Hill e Linch (1983) como sendo valorizadores das figuras parentais, no sentido de respeitarem a opinião parental e obterem um certo grau de aprovação. Ao descreverem suas experiências e relações atuais com os cuidadores é percebida auto-estima e bem-estar pessoal elevados, além de poucos indícios de depressão e ansiedade (Armsden & Greenberg, 1987).

Kobak e Sceery (1988) identificaram que adolescentes com apego seguro/autônomo percebem suas relações com maior resiliência e menos ansiedade. Estes adolescentes reportam uma maior competência social e disponibilidade de buscar apoio a uma rede de suporte emocional. Além disso, o padrão de apego seguro/autônomo em adolescentes é associado com relatos positivos sobre a relação atual com os cuidadores, com comportamento ativo e diligente, socialmente orientado com estilos de enfrentamento de situações estressantes não evitativo (Grossmann, Grossmann & Zimmermann, 1999). Também é observado nesses adolescentes um auto-conceito positivo, auto-

eficácia e maior ego-resiliência, que é uma característica de personalidade relativa a habilidade de responder flexivelmente às situações que demandam mudanças, particularmente frente a frustrações, através de recursos internos (Thompson, 1999; Weinfield, Sroufe, Egeland & Carlson, 1999).

Kobak (1993) constatou que os adolescentes caracterizados no padrão de apego seguro/autônomo são confiantes em seus relacionamentos, generosos e tolerantes em relação a si mesmos e às suas figuras de apego. As relações com as figuras de apego não parecem ser minadas por sentimentos raivosos, mas marcadas por uma interação de confiança e poucas dificuldades para o estabelecimento de autonomia emocional.

Os indivíduos caracterizados nesse estilo de apego são considerados como mais estáveis em suas relações românticas. Uma percepção positiva de si e dos outros é relacionada ao padrão seguro/autônomo de apego, o que nos relatos pode aparecer sob a forma de afirmação do adolescente sobre se sentir confiante para relacionar-se com outras pessoas (Kobak & Sceery, 1988).

1.2.2.2 Padrão Evitativo/Desapegado

Os adolescentes que são identificados como pertencentes ao padrão evitativo/desapegado de apego demonstram em seus relatos os maiores indícios, em relação aos outros padrões, de autonomia emocional e auto-crítica acentuada (Ryan & Linch, 1989). No padrão evitativo/desapegado existe a observação de que há realmente desconforto nas interações com os outros, chegando a sentir ansiedade quando alguém deseja maior intimidade. Neste padrão, os adolescentes podem relatar dificuldades em confiar e se sentirem dependentes de outra pessoa (Hazan & Shaver, 1990).

A autonomia emocional de adolescentes com padrão de apego evitativo/desapegado foi relacionada positivamente com a percepção de rejeição parental, e inversamente correlacionada com coesão familiar, aceitação parental e uma auto-percepção de ser querido (Sperling & Berman, 1994). Ou seja, há uma percepção de que os cuidadores não estão emocionalmente disponíveis como um recurso ao qual podem recorrer. Assim, Ryan e Linch (1989) sugerem que a autonomia em adolescentes não é facilitada pelo desapego, mas pelo apego aos pais. A elevada demonstração de autonomia emocional pode refletir problemas no apego, sendo o senso dos adolescentes demonstrativo de uma falta de confiança no amor de seus cuidadores.

Em relação aos sentimentos que relatam em relação aos cuidadores, estes adolescentes verbalizam uma mistura de admiração, ressentimento e apreensão. Eles descrevem o cuidador principal como uma pessoa competente, forte, dominadora e ambiciosa. Contudo, na descrição da

relação aparecem sinais de evitação de conflitos ou de conflitos não solucionados, perpetuando uma distância emocional (Salzman, 1997).

Em suas relações sociais, os relatos desses adolescentes mostram maior hostilidade nos relacionamentos com pares, pouco suporte familiar e maiores momentos de solidão (Kobak & Sceery, 1988). As competências sociais são pouco relatadas, assim como o uso de uma rede social para apoio emocional. Os adolescentes desqualificam os relacionamentos e, ainda, podem não demonstrar necessidades de confiar em outras pessoas, parecendo desapegados ou não influenciados pelas experiências de apego precoces. Existe uma forte associação da predominância desse estilo de apego com índices elevados de transtornos alimentares (Kobak & Cole, 1994).

1.2.2.3 Padrão Preocupado/Ansioso

Geralmente, os discursos dos adolescentes que são identificados como pertencentes ao padrão preocupado/ansioso de apego demonstram uma auto-percepção repleta de necessidades e carências não supridas pelas figuras de apego (Salzman, 1997). As necessidades e carências são atribuídas como sendo de responsabilidade dos cuidadores e, frequentemente, os sentimentos de raiva são dirigidos ao cuidador principal, em função da não correspondência que os adolescentes atribuem aos cuidadores.

O padrão preocupado/ansioso é caracterizado por adolescentes que têm uma necessidade de relacionar-se com outros indivíduos que, geralmente, é frustrante ou insatisfatória, além de demonstrarem-se angustiados ou confusos em relação aos seus relacionamentos. Este padrão é fortemente associado à depressão, principalmente, em mulheres (Kobak, 1993). Os adolescentes desse padrão preocupado/ansioso demonstram sinais de restrições ao relacionamento, hesitação em relação aos outros em função de acharem que os outros não desejam a proximidade tanto quanto eles desejam, são mais passivos do que ativos, mais introvertidos e revelam um temor latente de não serem queridos, de forma geral.

Harvey (2000) sugere que o padrão preocupado/ansioso de adolescentes está relacionado a relatos de conflitos familiares, alto grau de controle entre os membros da família e falta de compreensão da dinâmica do funcionamento familiar. Além disso, esses adolescentes sentem que a independência é desencorajada e evitam confrontos, mantendo estratégias de *coping* passivas.

1.2.2.4 Padrão Desorganizado/Desorientado

Os adolescentes com padrão desorganizado/desorientado apresentam histórias com vivências

extremamente cruéis ou de relacionamentos caóticos com os cuidadores (Sroufe, Carlson, Levy & Egeland, 1999). Os recorrentes traumas experienciados no contexto familiar primário são descritos de forma inadequada e sem congruência afetiva. As memórias parecem compartimentadas e os afetos ligados a elas parecem ser esmagadores. As falas são desagregadas e desconectadas no sentido e nos tópicos. Os cuidadores são retratados de uma forma ameaçadora e amedrontadora.

Murch e Watson (2003) consideram que os adolescentes caracterizados pelo padrão de apego desorganizado/desorientado apresentam sinais reais de distúrbios psíquicos, como distorções e incoerências graves em seus discursos. Essas características demarcam uma impossibilidade de identificar o predomínio de um padrão claro de apego, relatos marcados pela incidência de experiências extremamente abusivas e de negligência.

As distorções e incoerências são observadas através de falhas na construção do relato, nos lapsos para fornecer informações racionais sobre situações específicas de perdas ou traumas, que demonstram que o indivíduo apresenta-se incapacitado para formular e elaborar essas experiências, além disso, a descrição pessoal é negativa (Lyons-Ruth, Yellin, Melnick & Atwood, 2003). Existem considerações de que esse padrão de apego pode estar relacionado a vivências de risco social ou maltrato na infância (Cortina & Marrone, 2003).

1.2.3 Adolescentes em Situação de Risco Social

Os eventos de vida negativos podem influenciar diretamente a estabilidade do apego e posterior formação de vínculos (Bowlby, 1979/2001). Entre esses eventos, considerados como situações de risco social, estão: morte de um dos pais, divórcio parental, baixas condições econômicas, pais solteiros, desordem psiquiátrica parental, abuso de álcool ou drogas e experiência infantil de abuso físico ou sexual e de institucionalização (Halpern, 1990). Assim, considera-se que a organização do apego e a caracterização do *working model* da criança estão relacionadas com a disponibilidade e a responsividade dos pais/cuidadores, perante esses eventos (Waters & Cummings, 2000). Isto é sustentado pela idéia de que a sensibilidade dos cuidadores primários é influenciada por fatores diversos, externos, oriundos dos seus contextos social e econômico.

Entre os aspectos de risco social, a pobreza aparece como uma das causas de maior exposição aos fatores de risco, segundo Halpern (1990), pois o micro-ambiente familiar é transpassado/influenciado diretamente pelos fatores econômicos que caracterizam o seu contexto. As forças atuantes através da pobreza englobam a impossibilidade de moradia adequada, de aquisição de medicamentos, de nutrição e de um ambiente seguro e adaptado à fase desenvolvimental da criança. Tais eventos são correlacionados com um aumento na distância

emocional, nas restrições e nas punições, menor espontaneidade e menor responsividade parental.

As estratégias adotadas frente à condição de pobreza, geralmente, são severas em função de poucos recursos disponíveis para o manejo parental. As explicações para esse tipo de conduta referem-se a uma maior exposição a riscos, que não são controlados e que exigem dos cuidadores esse manejo mais rígido, como, por exemplo, o pertencimento a uma vizinhança violenta (McLoyd, 1998). Assim, as chances de que situações de risco ocorram são acentuadas na pobreza. Contudo, a utilização da rede de apoio fomenta esses aspectos e possibilita a não ocorrência de situações de risco repetidamente. Halpern (1990) aponta que, neste sentido, as características dos cuidadores têm importância central na condução da exposição, ou não, a maiores fatores de risco, e nas repercussões disso no desenvolvimento da criança. E, sobre esse aspecto, a situação econômica fica em segundo plano, ou seja, as estratégias usadas para lidar com a realidade são mais importantes do que os percalços do mundo real.

Entre as características do funcionamento psicológico dos cuidadores, a depressão, a ansiedade, os distúrbios somáticos, os problemas alimentares e do sono, além dos distúrbios de personalidade, são apontados como exemplos de condições que podem aumentar a exposição e a vivência de situações de risco e desencadear resultados menos adaptativos (McLoyd, 1998). As conseqüências desse funcionamento emocional agem diretamente sobre o desenvolvimento da criança ou do adolescente e nas interações em que estão submetidos. A inter-relação destas condições com as características particulares da criança ou do adolescente pode, por sua vez, significar maior risco ou proteção para o desenvolvimento.

Os fatores de risco que são importantes na consideração da saúde individual na adolescência envolvem os hábitos alimentares, a prática de exercícios físicos regulares, falhas nos cuidados primários com a saúde, história familiar de doenças físicas crônicas e transtornos mentais (Simeonsson, 1994). Entre os transtornos mentais, o déficit de atenção e transtorno de hiperatividade, os desvios de conduta e a desordem desafiante oposicional, são apontados por Short e Brokaw (1994) como distúrbios de externalização. Geralmente, essas perturbações aparecem em casos de rejeição precoce, comportamentos agressivos e hostis nas interações sociais, sendo que o cuidado parental caracteriza-se por uma prática inconsistente e de disciplina punitiva (Short & Brokaw, 1994).

As características pessoais prevalentes na incidência desses distúrbios de externalização envolvem o surgimento precoce de resistência às medidas disciplinares, irritabilidade, dificuldades cognitivas e de linguagem e comportamentos agressivos. Assim, considerações a respeito do temperamento, do funcionamento neurobiológico, da autopercepção e do desenvolvimento social estão relacionados ao surgimento dessas desordens de comportamento (Short & Brokaw, 1994).

Estas características provavelmente estão associadas com um aumento de comportamentos negativos e com características da interação com os cuidadores, professores e pares que, muitas vezes, exacerbam o problema.

Além das desordens de externalização, existem os transtornos de internalização que acometem crianças e jovens, como, por exemplo, solidão, evitação social, desordens depressivas, transtornos de ansiedade, falha escolar, suicídio, entre outros (Bucy, 1994). A incidência desses transtornos está associada a fatores de risco como: pertencimento a minorias étnicas, baixo nível sócio-econômico, nível sócio-econômico elevado, cuidadores com depressão ou transtorno do pânico, ou de ansiedade, ter vivenciado depressão de um dos pais antes de ter 20 anos, doença afetiva materna ou paterna, divórcio parental, problemas gestacionais maternos, residência com outros indivíduos que não os pais naturais, exposição a eventos de vida estressantes (terremotos, pobreza, por exemplo), rejeição entre os pares e apego inseguro, comportamento inibido e atrasos de desenvolvimento (Bucy, 1994). Esses aspectos são freqüentemente considerados como preditores de psicopatologia na vida adulta, de acordo com Bucy (1994).

Sroufe e Fleeson (1986) ressaltam que as experiências de internalização, que resultam nos *working models*, são edificadas em relacionamentos afetados por outros relacionamentos que constituem um todo, que pode ser positivos para o desenvolvimento ou representar riscos. Neste sentido, a identificação de fatores de risco na adolescência requer um exame global de inúmeros aspectos que fazem parte do contexto ecológico do adolescente (Simeonsson, 1994). Isto significa que os relacionamentos são mais do que uma simples combinação de características individuais das pessoas e envolvem o contexto ecológico em que as interações ocorrem. Assim, a incidência de problemas na adolescência como gravidez, crimes e vandalismo, abuso de substância, déficit escolar, acidentes e hospitalização, dependem do nível de saúde do funcionamento familiar, individual e da comunidade em que o jovem está inserido (Simeonsson, 1994).

Conforme teoriza Bronfenbrenner (1979/1996), existe uma importante relação entre o comportamento e os ambientes, sendo que os eventos desenvolvimentais que têm maior influência no desenvolvimento de uma pessoa são as ações que outras pessoas fazem com ela ou em sua presença em um determinado contexto. Pensar que o desenvolvimento ocorre em contextos e que existe uma ecologia da vida diária dos adolescentes, significa que as ações individuais são sempre realizadas em *settings* psico-sociais que, com suas características e peculiaridades, oferecem às potencialidades individuais altas ou baixas possibilidades de serem expressas e desenvolvidas (Ryan & Adams, 1999).

1.2.4 Adolescentes Institucionalizados

Grusec e Lytton (1988) examinaram as conseqüências que uma separação da figura materna, permanente ou temporária, pode causar no desenvolvimento cognitivo e social da criança. Observaram, também, que cuidados diários em instituições, de permanência diária ou de abrigo temporário, são muito variáveis e que, a longo prazo, podem resultar em comportamentos mal-adaptados. No entanto, diferenças nos resultados negativos variam de acordo com a situação pela qual a criança/adolescente é encaminhada à instituição. Separações causadas por morte da figura de apego que trazem como conseqüência a institucionalização, não têm sido associadas, necessariamente, com alguns tipos de comportamento mal-adaptados (Grusec & Lytton, 1988), diferentemente de institucionalização por outras razões, como, por exemplo, instabilidade familiar, abusos ou atos de infração na juventude.

Nos casos de instituições de abrigo permanente, as conseqüências para o desenvolvimento emocional podem ser graves, variando de tendências à delinqüência a problemas de personalidade e desempenho na parentalidade afetado negativamente, apesar de que fatores protetivos, como uma rede de apoio de qualidade, podem melhorar esses aspectos. Por isso, as experiências precoces parecem ser, de qualquer forma, importantes para o estabelecimento de uma personalidade saudável (Grusec & Lytton, 1988).

Dentro do microsistema da instituição estão definidas atividades e papéis sociais, para todos que integram esse contexto e que dão o viés às interações interpessoais desenvolvidas nesse ambiente (Ryan & Adams, 1999). E é nesse microsistema que se operam os processos proximais, que produzem e sustentam o desenvolvimento da criança, através das atividades que ela se envolve, das interações que ela estabelece, seja com adultos ou com pares, da estabilidade nas interações proporcionadas pela instituição, e dos estímulos oferecidos para o seu crescimento (Belsky, 1980; Bronfenbrenner, 1979/1996). Neste sentido, no contexto das instituições de abrigo, a rede de apoio oferecida pelo local pode servir como fator protetivo e desencadeante de processos de resiliência. Contudo, a organização institucional é influenciada diretamente por fatores que englobam a política, a economia e as concepções sociais sobre infância e adolescência, afetando, por conseqüência, a disponibilidade da rede de apoio aos abrigados.

O contexto social brasileiro, no qual as concepções da infância e da adolescência emergiram, ao longo da história, tornou-se uma questão de ordem política-social, de competência administrativa do Estado (Carvalho, 2002). A institucionalização e a assistência, até o final do século XIX, tinham um caráter predominantemente caritativo e/ou de filantropia. A necessidade de construir uma nação competente e digna, nesse contexto, levaram o Estado a intervir, cada vez mais, em questões ligadas

à infância e à adolescência. Inicialmente existiam, e talvez ainda existam, resquícios dessa origem, o modelo de intervenção para crianças abandonadas ou que cometiam atos infracionais era o de internação e segregação, sem suporte familiar e enfatizando a discriminação (Carvalho, 2002).

As características das instituições que configuram este modelo implicam uma série de aspectos relevantes para o desenvolvimento da infância e da adolescência. Um dos pontos de destaque é o da formação de vínculos (Carvalho, 2002). Existe um comprometimento em relação ao estabelecimento de vínculos no contexto institucional, em função da ausência de estabilidade da presença de adultos, que atuam em esquema de rodízio de horários de trabalho e que apresentam elevados índices de absentismo e rotatividade empregatícia. Estes aspectos, por consequência, fragilizam a rede de apoio social e afetiva das crianças e dos adolescentes, colocando-os em situação de risco e vulnerabilidade. Em função da relação com adultos ser instável, o desenvolvimento emocional, da autonomia, da identidade e da auto-imagem é comprometido.

Contudo, nos estudos de Freud e Burlingham (1960) e de Makarenko (1986), entre outros, é salientada a existência do sistema interacional entre pares institucionalizados, presente no desenvolvimento. Ainda que não compense a estruturação deficiente de vínculos com adultos, a vinculação entre pares é um elemento de apoio importante para as crianças e adolescentes que vivem em instituições. Para Carvalho (2002), a importância dos pares é atribuída ao fornecimento de apoio emocional em situações de privação afetiva, de cuidados auxiliares, promoção do desenvolvimento social e reabilitação. Uma vez que o relacionamento com adultos é superficial e restrito, as interações com os pares tornam-se as principais, já que são as mais constantes.

Existe a constatação de que comportamentos intimidatórios e agressivos ocorrem entre pares, mas, ainda assim, predominam ações de cuidado, consolo, auxílio e, até mesmo, de educação de hábitos alimentares e de higiene (Carvalho, 2002). Desta forma, as crianças e adolescentes de instituição provêm apoio social e emocional mútuos, usando umas às outras como figuras de amor substitutas e representando uma situação familiar.

Neste sentido, Carvalho (2002) salienta que a manutenção de crianças de diversas faixas etárias, convivendo em um mesmo ambiente, constitui um aspecto positivo por fornecer uma rede de apoio e estimulação para os habitantes da instituição, principalmente, quando estas crianças tiveram rupturas com as figuras de apego primária, em fases iniciais de suas vidas. Os efeitos dessa estruturação repercutem positivamente no desenvolvimento afetivo, mas, embora apoiadas pelos pares, as crianças e adolescentes abrigados denotam muita carência de carinho e atenção dos adultos.

Yunes, Miranda e Cuello (2004) apontam que diversos segmentos da sociedade têm reconhecido a amplitude das consequências sociais da institucionalização na vida dos abrigados.

Para se compreender essas conseqüências, a abordagem ecológica de Bronfenbrenner (1979/1996), parece ser o referencial mais indicado, pois privilegia não apenas o contexto, mas as múltiplas interações da pessoa com o seu ambiente. Esta abordagem ressalta a importância da formação de múltiplas interações da pessoa no seu ambiente. No sistema das instituições, a disponibilidade e envolvimento de um outro adulto, que também se engaja na atividade conjunta com a criança, além das relações entre pares, é essencial para a manutenção dos complexos padrões de atividade e interação da criança em desenvolvimento. Assim, em instituições de abrigo, a disponibilidade e envolvimento de um outro adulto que também se engaja na atividade conjunta com a criança é importante para a manutenção dos complexos padrões de atividade e interação da criança em desenvolvimento.

1.2.5 Processos de Resiliência em Adolescentes e Apego

Processos de resiliência têm sido observados em adolescentes que foram expostos a situações de risco, durante a infância, e que vivem em instituições de abrigo (Tomazoni & Vieira, 2004; Yunes, Miranda & Cuello, 2004). A resiliência é considerada uma ação interativa entre a pessoa e seu meio e é uma variação individual em resposta ao risco, sendo que os mesmos fatores causadores de estresse podem ser experienciados de maneiras diversas por pessoas diferentes, não sendo a resiliência um atributo fixo do indivíduo, mas uma habilidade combinada com fatores protetivos que desencadeiam processos de resiliência (Rutter, 1987).

Os processos de resiliência podem ser compreendidos como o encadeamento entre disrupção e reintegração através de qualidades resilientes (Richardson, 2002). A disrupção é referente às adversidades e mudanças na vida de uma pessoa que podem desencadear resultados positivos ou negativos. As qualidades resilientes referem-se a componentes de resistência ou vigor individuais que ajudam a pessoa a se reintegrar após vivências adversas. A origem das qualidades resilientes é um dos pontos de maior investigação sobre a resiliência (Richardson, 2002), e vem sendo atribuída, a uma motivação para a aprendizagem e à natureza genética individual. Esta motivação individual é observada em momentos de disrupção no processo de reintegração frente às adversidades, de forma a fortificar, identificar ou enriquecer as qualidades resilientes.

As qualidades de resiliência que ajudam um adolescente, por exemplo, a ser competente face a um ambiente de risco. Estas incluem: responsividade social, adaptabilidade, tolerância, auto-organização, boa auto-estima, temperamento calmo, senso de auto-eficácia, habilidades de planejamento e dispor de um relacionamento caloroso, íntimo, de recebimento de apoio e confortante com alguma pessoa adulta, além de expectativas positivas, habilidades de pensamento

crítico, sentimentos de ser valorizado, bem-estar subjetivo, auto-determinação, abertura, cumplicidade em relacionamentos, condições de humor e criatividade (Benson, 1997; Diener, 2000; Garnezy, 1991; Rutter, 1985; Ryan & Deci, 2000).

A resiliência refere-se a um processo reintegrativo que resulta em crescimento, aprendizagem, auto-entendimento e aumento na capacidade de superação e nos fatores protetivos. Sem a reintegração frente a situações estressantes ou traumáticas experienciadas, a pessoa pode continuar em um processo disruptivo, com a adoção de estratégias desadaptativas e disfuncionais, como, por exemplo, uso abusivo de substâncias psicoativas e comportamentos auto-destrutivos (Richardson, 2002).

O processo de reintegração, além de ser dependente das qualidades individuais de resiliência é favorecido e desencadeado por fatores protetivos do ambiente. De acordo com Pesce, Assis, Santos e Oliveira (2004), a resiliência compreende o conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam uma vida sadia, mesmo quando se vive em um ambiente não sadio. Este processo resulta da combinação entre os atributos da criança ou do adolescente e seu ambiente familiar, social e cultural, sendo por isso, a resiliência um processo interativo, que depende também da resposta da pessoa frente a uma situação de risco.

Assim, a resiliência pode ser entendida como uma capacidade relacionada ao contexto em que a pessoa está inserida, possibilitando a superação de situações de crises e adversidades (Yunes, 2003). Neste sentido, as características que levam os indivíduos a superarem situações adversas dependem de aspectos pessoais associados aos processos psicológicos e perceptivos resultantes das experiências vividas, que levam o indivíduo a fortalecer ou não seus aspectos sadios.

Yunes (2003) ressalta que, através de uma óptica sistêmica, ecológica e de desenvolvimento, pode-se compreender melhor o panorama negativo de experiências de desajuste ou conflitos ligados a situações de risco, fortalecendo-se, assim, os aspectos sadios e de sucesso da condição humana para a superação e o desenvolvimento de processos de resiliência. Além disso, a relevância dos processos de resiliência é de suma importância, já que representa possibilidades de se compreender os problemas experimentados por pessoas que se encontram em situações desfavoráveis, como crianças e adolescentes que experienciaram situações de abandono ou negligência pelas suas figuras de apego primário (Tomazoni & Vieira, 2004).

Por exemplo, no caso de adolescentes institucionalizados, os processos de resiliência podem ser observados na medida em que eles usufruem efetivamente da rede de apoio que os cerca, junto a fatores de proteção que lhe fornecem segurança para a consolidação de laços afetivos positivos, tanto com os membros da equipe como com outras crianças e adolescentes abrigados (Tomazoni & Vieira, 2004). Um dos maiores fatores protetivos e desencadeantes de resiliência, sob essas

condições, é o fato de existirem oportunidades para a formação de novos apegos que possam servir de recursos de apoio e de novas identificações para a reintegração das disrupções nas interações precoces (Howard & Johnson, 2004).

O fato de o indivíduo buscar o contato com figuras de apego às quais sintam-se protegidos indica, segundo Howard e Johnson (2004), um fator protetivo em relação às vulnerabilidades durante o desenvolvimento. Além disso, as estratégias adotadas frente às situações de estresse apontam para processos de resiliência, gerados pelo enfrentamento dessas situações, e a busca por uma pessoa em especial que assegure conforto e proteção, nesses momentos, indica a formação de novos apegos (Simpson, Rholes, Oriña & Grich, 2002).

De acordo com Pianta, Egeland e Sroufe (1990), a qualidade do apego na infância não é em si compreendido como preditor de patologia ou não (Weinfield, Sroufe & Egeland, 2000). Neste sentido, a experiência de apego seguro não é uma garantia de saúde mental, mas sim um fator protetivo. Pianta, Egeland e Sroufe (1990) apontam que relatos de apegos seguros, na infância, são concernentes a uma maior resistência ao estresse durante o desenvolvimento e adoção de atitudes/funções mais adaptativas durante períodos problemáticos. Assim, a resiliência também é vista como uma construção desenvolvimental dentro da perspectiva da TA.

Indivíduos que são resilientes, em momentos de estresse, demonstram maior tendência a buscarem apoio em figuras com as quais podem contar, sendo que as experiências de apego seguro aparecem nesses momentos como parte do processo de resiliência (Sroufe, 1997). No caso de experiências de apegos inseguros a vulnerabilidade recai sobre o fato de que os indivíduos podem ter limitado o uso do apoio social, reduzindo as chances de utilização de um importante recurso frente ao estresse, em decorrência de que as vivências negativas de apegos inseguros podem significar riscos para a confiabilidade e busca por proteção.

1.3 Objetivos do Estudo

Considerando que as primeiras relações estabelecidas na infância afetam o padrão de apego do indivíduo, ao longo de sua vida (Bowlby, 1989), e que processos de rompimento de vínculos de apego tanto na infância, na adolescência quanto na vida adulta, acarretam transformações nas imagens do *self* (Baker, 2001), o objetivo principal deste estudo foi investigar e compreender as características da representação do apego em adolescentes institucionalizadas, que tiveram rupturas com a figura materna durante os primeiros cinco anos de vida. Para isso, procurou-se observar a influência das experiências precoces nas representações atuais de apego, as percepções sobre os relacionamentos atuais e os processos de resiliência na construção de novas relações afetivas

estabelecidas após a institucionalização, discutindo-se o papel do contexto institucional no desenvolvimento de suas capacidades sociais e emocionais.

A maioria das pesquisas sobre a TA, dos aspectos ligados ao apego nas diversas fases do ciclo vital, são desenvolvidas em países que não incluem o Brasil. As pesquisas brasileiras com esta abordagem têm sido restritas, principalmente, ao estudo do apego na infância. Neste sentido, parece ser fundamental, para o avanço das idéias da TA no Brasil e contribuições gerais para essa teoria, que as pesquisas no Brasil envolvam outras fases do ciclo vital, além da infância. Tendo em vista estas considerações, este estudo também teve como objetivo desenvolver uma metodologia para a avaliação da representação do apego em adolescentes, através da utilização de entrevistas. Além disso, quanto mais estudos forem realizados em diferentes contextos, os sistemas de classificação dos padrões de apego mais se beneficiarão, no sentido de que aumentam as chances de comparabilidade entre estudos (Lopes & Piccinini, 1992).

Capítulo II

MÉTODO

2.1 Delineamento

A presente pesquisa teve por objetivo desenvolver um estudo exploratório, a partir do delineamento de estudos de casos múltiplos (Yin, 1994), para descrever as características da organização do apego em adolescentes institucionalizadas. Esse método foi escolhido por permitir a realização de uma exploração contextualizada do tema, o que possibilita a efetivação da pesquisa em ambiente natural, através do estudo de caso particularizado de cada participante e da exploração do maior número de evidências possíveis sobre o fenômeno, a fim de ilustrá-lo de forma completa. Cada participante representa um caso analisado de acordo com suas peculiaridades e com as proposições teóricas e objetivos propostos.

Os estudos de casos múltiplos caracterizam um método que possibilita a inclusão de diversas variáveis para análise, pertinentes ao tema da pesquisa. Dessa forma, a representação do apego se constitui no foco principal de análise, junto às unidades referentes à adolescência, institucionalização, vivências de situação de risco e rupturas na relação com a figura materna nos primeiros anos de vida, além da consideração do contexto do qual as participantes são provenientes. Desta forma, a análise abrange o contexto ecológico dos participantes, dentro de uma perspectiva ecológica do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1979/1996).

De acordo com Yin (1994), o estudo de casos múltiplos é adequado a pesquisas em que o que se procura generalizar são proposições teóricas e não proposições sobre populações. Trata-se de uma estratégia metodológica para pesquisas que investigam fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto real. Nesse sentido, múltiplas fontes de informação podem ser utilizadas, assim como a própria inserção no contexto no qual o fenômeno ocorre. Isto possibilita que a investigação se dê em várias frentes, dando maior apuro às descobertas e às corroborações finais (Yin, 1994).

2.2 Participantes

Participaram deste estudo três meninas adolescentes com idades entre 12 e 15 anos, período da adolescência inicial (Cobb, 1992; Muss, 1996; Steinberg, 1989), que residiam em instituições de abrigo governamental há, no mínimo, seis meses, e que tiveram ruptura com a figura materna biológica nos primeiros cinco anos de vida. Também foi observado, como critério de seleção das

participantes, a série escolar freqüentada, evitando-se atraso escolar superior a dois anos, a fim de garantir, dessa forma, um bom entendimento das questões da entrevista. A seleção dos casos, a partir dos critérios citados, foi realizada conjuntamente com os profissionais da equipe técnica das instituições. Foram excluídos casos de adolescentes com diagnóstico de comprometimento mental. As adolescentes participantes deste estudo estavam abrigadas em unidades residenciais diferentes, sendo duas delas no mesmo núcleo habitacional. Os demais dados de cada participante são descritos na apresentação dos casos.

2.3 Contextualização

Os abrigos, onde foram coletados os dados, fazem parte da Fundação de Proteção Especial do Estado do Rio Grande do Sul – FPERGS. Esta fundação atende crianças, adolescentes e portadores de deficiência com medida de proteção social em abrigos institucionais e residenciais, no interior e na capital do Estado. Esta fundação foi criada em maio de 2002, pelo governo estadual que sancionou a Lei Estadual nº 11.8000, para administrar a execução das medidas de abrigamento às crianças e adolescentes que vivem sob a tutela do Estado.

A Fundação de Proteção Especial consolidou o processo de desmonte do modelo de institucionalização de crianças e adolescentes caracterizado pela ex-FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. Até 2002, a FEBEM-RS prestava atendimento aos adolescentes autores de ato infracional, através de medidas de internação ou de semiliberdade, assim como abrigava crianças e adolescentes abandonados ou em situação de risco social (Ferigolo, 2004). Após maio de 2002 a FEBEM foi extinta, passando a denominar-se Fundação de Atendimento Sócio-Educativo – FASE e Fundação de Proteção Especial – FPE.

A FASE é o órgão responsável pelas medidas sócio-educativas de internação e de semiliberdade, aplicadas judicialmente aos adolescentes e às crianças que cometeram ato infracional. A FPE responsabiliza-se pelas medidas de proteção de crianças e adolescentes que se encontram em risco social ou em situação de abandono. Esta nova configuração possibilitou a construção de pequenas unidades de atendimento às crianças e aos adolescentes, sendo que esses passaram a ser reagrupados com seus irmãos e a não serem discriminados por critérios de ingresso baseados em tipologias como sexo e idade. Além disso, os grandes pavilhões, símbolos dos antigos orfanatos, foram quase que totalmente abolidos com essas modificações (Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul, 2004).

As medidas de proteção compreendem diversas obrigações dos programas de internação de crianças e adolescentes. Algumas dessas medidas são: preservar a identidade e oferecer um

ambiente de respeito e dignidade à criança ou ao adolescente; oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos; propiciar escolarização e profissionalização; proceder ao estudo social e pessoal de cada caso; observar os direitos e garantias de que são titulares as crianças e os adolescentes; entre outras (Projeto de Resolução nº 9/2004, Art. 94).

A Fundação de Proteção Especial tem cerca de 900 funcionários trabalhando em 33 abrigos residenciais e em cinco abrigos institucionais, localizados em Porto Alegre e Viamão, além de outros cinco abrigos localizados nos municípios de Lajeado, Dom Pedrito, Uruguaiana e Soledade (Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul, 2004). Segundo os dados de 2004, a FPE atende aproximadamente 1.261 crianças e adolescentes (Projeto de Resolução nº 9/2004).

Os abrigos atendem crianças e adolescentes de ambos os sexos, com uma faixa etária ampla, que vai dos zero aos 18 anos, possuindo uma lotação aproximada de 12 abrigados por residência, sendo que quase todos foram integrantes de uma mesma zona residencial. Ou seja, a distribuição das residências de abrigo compreende um mesmo núcleo habitacional, sendo que alguns desses abrigos localizam-se em uma área fechada da FPE, bem delimitada, onde várias casas formam uma pequena comunidade de abrigos. Contudo, algumas residências estão fora desses núcleos e localizadas em ruas e bairros próximos desses locais.

A característica principal de cada residência é a de que todas são marcadas por uma ação de promoção ao desenvolvimento em um ambiente de acolhimento que seja o mais semelhante possível ao de uma família. Há um interesse em incentivar a convivência familiar, realizada através do não desmembramento de grupos de irmãos abrigados, do apoio a integração da família de origem ou a famílias substitutas, do acompanhamento social e da inserção em programas de proteção/auxílio à família e da participação nos programas de apadrinhamento afetivo (IPEA-DISOC, 2003).

As instalações físicas dos abrigos participantes do estudo são semelhantes às de uma residência. Todas as casas da FPE seguem um modelo arquitetônico planejado, com aproximadamente três quartos cada uma, uma sala ampla, pátio, uma área de serviço, uma sala pequena de armazenamento de materiais, uma ampla cozinha com mesa de refeições e aproximadamente dois banheiros. Nenhuma das casas possui placas ou faixas externas que a identifique como abrigo, assim elas englobam o tipo de residências comuns aos bairros de classe média baixa.

O atendimento das crianças e adolescentes de cada abrigo é composto por uma cozinheira e por uma equipe técnica de monitores (aproximadamente seis em cada casa), que fazem revezamento de horários e que, por sua vez, é supervisionada por um grupo de profissionais composto por

assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e professores de Educação Física, correspondentes a cada região de abrigos. Além disso, as crianças e adolescentes contam com o serviço médico da comunidade, com o qual o grupo de profissionais dos abrigos mantém um trabalho com enfoque interdisciplinar.

2.4 Instrumentos

Para avaliar as características da organização do apego das adolescentes, foi utilizada uma entrevista semi-diretiva - Entrevista do Apego para Adolescentes - (roteiro no Anexo A), elaborada a partir de questões adaptadas de instrumentos de medida e avaliação dos aspectos ligados ao apego, como a *Adult Attachment Interview - AAI* (Main, Kaplan & Cassidy, 1985), a *Adolescent Attachment Questionnaire* (West e cols., 1998) e a *Attachment Interview for Childhood and Adolescence* (Ammaniti e cols., 2000). Além disso, aspectos relevantes dos estudos de Crowell, Fraley e Shaver (1999), de Waters, Hamilton e Weinfield (2000) e de Collins (1996) foram também considerados na elaboração da entrevista. As questões investigam, basicamente, as relações dos adolescentes com seus cuidadores na infância e como essas interações são percebidas no momento presente.

2.5 Procedimentos

Primeiramente, o projeto foi encaminhado ao Conselho de Ética da UFRGS, para o exame das implicações éticas desta pesquisa. Dada a aprovação pelo Conselho de Ética da UFRGS, foi feito contato com as Instituições de Abrigo e, posteriormente, com os adolescentes, para a obtenção do Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), conforme Resolução CFP N° 016/2000, e descrição dos procedimentos do estudo. O Termo de Concordância da Instituição (Anexo C) foi assinado pelos Diretores dos Abrigos de Proteção, responsáveis formalmente pela guarda dos adolescentes institucionalizados.

Posteriormente, foi realizado um estudo piloto com o objetivo de verificar a adequação do roteiro da entrevista. Após a verificação de que as questões da entrevista eram compreensíveis e atingiram o objetivo proposto, deu-se início a coleta dos dados que compuseram este estudo. A operacionalização da coleta de dados desta pesquisa se deu no ambiente natural das participantes, apoiada pela inserção ecológica (Cecconello & Koller, 2003) da Teoria dos Sistemas Ecológicos, que propõe o estudo do desenvolvimento humano através de um modelo científico envolvendo a interação de quatro núcleos: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo, denominado modelo

bioecológico (Bronfenbrenner, 2004; Bronfenbrenner & Evans, 2000). De acordo com essa teoria, o modelo bioecológico constitui-se em um referencial teórico-metodológico apropriado para a realização de pesquisas sobre o desenvolvimento-no-contexto (Cecconello & Koller, 2003). Dessa forma, a inserção nos abrigos se deu através de várias visitas, observações e contatos informais com a equipe técnica e crianças e adolescentes abrigados. Além disso, foram também realizadas atividades de desenho com as crianças e adolescentes abrigados, procurando-se, dessa forma, uma maior aproximação da pesquisadora com o contexto da pesquisa, assim como uma maior familiarização das participantes com a mesma.

Após esse procedimento, as entrevistas foram realizadas individualmente, em salas adequadas, nas próprias instituições nas quais as participantes residem. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas, para serem analisadas. A coleta de dados envolveu duas entrevistas com as participantes, dado que as segundas entrevistas serviram para complementar as informações das primeiras. Além disso, a segunda entrevista também serviu como um procedimento que legitimou confiabilidade à coleta inicial de informações, pois demonstrou que os dados obtidos na primeira entrevista com as participantes mantiveram-se estáveis.

Além dos procedimentos realizados com as participantes para a obtenção das informações almeçadas, os dados deste estudo também foram compostos por informações retiradas dos prontuários das adolescentes, que foram disponibilizados pela instituição e enriqueceram, além de complementarem, as informações obtidas, primeiramente, com elas. Também foram realizadas entrevistas informais com a equipe técnica de profissionais dos abrigos participantes, como monitores, psicólogos e assistentes sociais. A contribuição dessas pessoas foi de grande importância por possibilitar a integração das informações obtidas, assim como complementação para questionamentos surgidos no contato com as participantes ou dúvidas sobre os registros de seus prontuários, garantindo a validade ecológica do estudo.

Capítulo III

RESULTADOS

Diante dos objetivos e dos fundamentos teóricos já traçados, a seguir, são apresentadas as descrições e as análises dos dados dos três estudos de caso investigados. Os casos são descritos a partir dos dados obtidos nas entrevistas do apego para adolescentes, nos seus prontuários, nos relatos de profissionais membros da equipe técnica dos abrigos, como, por exemplo, assistentes sociais, monitores e psicólogos e, por fim, pelos diversos aspectos observados durante o processo investigativo, na inserção ecológica, como características do ambiente dos abrigos e expressões não-verbais dos participantes. Cada prontuário contém registros do estudo social e pessoal do caso, realizados pela equipe técnica dos abrigos. Além disso, possuem anotações das datas e circunstâncias de atendimentos realizados com os abrigados, assim como de visitas de pais ou parentes e descrição de acompanhamentos ou tratamentos dos quais o adolescente participou ou está inserido.

Os dados relativos às entrevistas do apego são apresentados, enfatizando-se a fala das adolescentes, no que diz respeito aos pontos de interesse da pesquisa, no caso, às características da organização do apego. Foram realizadas duas entrevistas com cada participante, sendo que a segunda entrevista teve por objetivo complementar os dados coletados na primeira. Assim, foram destacadas e analisadas as verbalizações referentes: à percepção das figuras de apego primárias e da relação vivida com elas na infância, separações e perdas, memórias relativas a situações de estresse na infância e tipo de reação ativada, pensamentos sobre o tipo de cuidado recebido durante a infância, lembrança de algum sentimento de rejeição na infância, considerações sobre a repercussão das vivências da infância e valores de vida atuais, estabelecimento de amizades, conflitos entre pares, relação com irmão e pares, escolha ou não de alguma amizade em especial, relações românticas, relação atual com a figura de apego principal e intencionalidade de ação pessoal em relação à possibilidade de exercer a parentalidade.

Apesar das informações serem obtidas sob a forma verbal, para poder trabalhar de forma mais detalhada, as entrevistas foram transcritas para a forma de texto (Gutiérrez & Delgado, 1994). Olabuenaga e Ispizua (1989) ressaltam que a análise de conteúdo se baseia em uma leitura científica da informação e pela utilização de uma estratégia metodológica de análise. Esta leitura científica envolve o sentido manifesto do texto e o seu sentido latente. Assim, a informação necessita ser codificada para que o sentido do que é comunicado seja compreendido em seu conteúdo. No caso de entrevistas, o processo da análise de conteúdo implica múltiplas leituras, para que a

categorização e codificação dos dados sejam efetuadas.

Neste estudo as entrevistas foram analisadas através da análise de conteúdo (Bardin, 1977) dos relatos das adolescentes, procurando-se classificar as respostas em categorias descritivas, relativas aos pressupostos teóricos sobre os padrões de apego, baseando-se nas características de cada padrão descritas nos estudos de Kobak e Sceery (1988), de Hazan e Shaver (1987), de Kobak e Duemmler (1994), de Crowell, Fraley e Shaver (1999) e de Ammaniti, Van-Ijzendoorn, Speranza e Tambelli (2000). Os critérios de categorização seguiram flexivelmente as idéias que Hazan e Shaver (1987) sugerem sobre as características de cada padrão de apego.

As categorias de agrupamento das unidades de significado foram:

1. Relação com cuidador principal
2. Relacionamento com familiares na infância
3. Separações e perdas
4. Memórias de situação de estresse e reação ativada
5. Cuidados recebidos na infância
6. Sentimentos de rejeição vividos na infância
7. Repercussões das vivências da infância
8. Relações com pares e com irmãos
9. Atitudes pessoais e autopercepção
10. Relações atuais com figura(s) de apego
11. Expectativas para parentalidade

Em seguida à análise de conteúdo, propriamente dita, a discussão dos dados considerou o grau de elaboração do discurso da adolescente em relação às suas experiências com as figuras de apego, quanto a uma demonstração de diferenciação pessoal na construção de sua identidade pessoal e, quanto à capacidade de formar relações íntimas, além de aspectos relativos à coerência do discurso. Posteriormente, os dados foram identificados como característicos e pertencentes aos tipos de padrões de apego, descritos na Teoria do Apego – seguro/autônomo, preocupado/ansioso, evitativo/desapegado e desorganizado/desorientado.

Cabe ressaltar que a análise dos casos estabeleceu-se dentro de uma perspectiva conceitual, baseada na TA, na forma de organização do discurso de cada participante, considerando-se o período vital em que se encontram e as características do contexto em que estão inseridos. Assim, procurou-se dimensionar os dados, buscando-se uma compreensão interpretativa de como, porque e de que forma as experiências de apego primárias influenciam e influenciaram em como pensam e vivem suas relações interpessoais, tanto atuais como já vividas.

Além disso, a forma de análise das entrevistas realizadas com os adolescentes enfatizou as

divergências entre as memórias episódicas relatadas, evocadas na entrevista, e os significados atribuídos às mesmas. Por exemplo, se alguma das participantes considerou que a relação com o cuidador principal era ótima, sendo que a experiência relatada para ilustrar isto foi nitidamente discrepante com a atribuição, isto foi focado na análise. O interesse em examinar cuidadosamente essas incongruências decorre do fato de que elas possibilitam observar a coerência ou incoerência dos relatos e dão subsídio para o entendimento da dinâmica das relações de apego.

Estas discrepâncias podem decorrer do fato de que, as experiências precoces são carregadas de expectativas que fazem com que elas não cheguem a ser lembradas de acordo com o exato significado factual que ocorreram. Assim, parte-se do pressuposto que as lembranças dos episódios relatados acontecem sob uma forma de rememoração processualizada e somatizada do contexto das situações em que ocorreram e que disparam memórias implícitas, relacionadas às representações atuais dos relacionamentos interpessoais e a forma de configuração pessoal dos mesmos (Cortina & Marrone, 2003). Tentou-se observar essas memórias implícitas pelas descrições apresentadas nos relatos, que são, por sua vez, uma representação verbal de experiências da infância carregadas de um conhecimento implícito e manifesto ao mesmo tempo.

3.1 Caso 1

3.1.1 Dados Gerais da Participante

Ana é uma adolescente de 12 anos de idade, que aparenta ser mais velha do que realmente é, devido à sua constituição física. Contudo, na medida em que se expressa, mescla características infantis e adolescentes em seus trejeitos e modo de falar. Ela é uma garota magra, de pele mulata, olhos negros e cabelos crespos na altura dos ombros. Demonstra cuidado pessoal com a aparência, mas não parece ser muito vaidosa. Seu modo de vestir é simples e despojado.

Ana é procedente da capital do Estado do Rio Grande do Sul. É a integrante mais nova de uma família desmembrada. Tem três irmãos homens, por parte de mãe, sendo todos filhos de pais diferentes, dos quais Ana não tinha lembranças, até ser reconhecida por um deles no abrigo. Desconhece seu pai biológico.

3.1.2 Dados do Prontuário e da Equipe Técnica

De acordo com seu prontuário, Ana foi para o abrigo de proteção com cinco anos de idade, recolhida pelo Conselho Tutelar por se encontrar sozinha na rua e em situação de risco social,

caracterizado por falta de cuidados. Anteriormente, já havia sido encontrada em situação de risco, mas não havia sido recolhida.

No período anterior à sua ida para o abrigo, Ana residia com sua avó materna, porque sua mãe estava morando com o ex-companheiro que necessitava ser cuidado por estar com doença terminal. Neste mesmo período, a mãe de Ana já vivia com um novo companheiro, na mesma casa do outro que estava doente, sendo que nenhum dos dois era genitor de seus filhos. Ana diz não conhecer seu pai biológico e em seu prontuário consta que ele é alcoolista e não registrou a filha por não saber de sua existência.

Sua mãe é, segundo registro do prontuário de Ana, doente mental, com dificuldades de organizar seu pensamento e de se expressar, além de ser usuária de drogas. Após o abrigamento, a mãe de Ana compareceu à FPE, quase um mês depois, para visitar outro filho, Paulo, que Ana não conhecia e que se encontrava há mais tempo do que Ana abrigado no mesmo núcleo da garota. Ao ver sua filha no abrigo, procurou a diretoria alegando que não havia motivos para tirarem sua filha dela e que a menina só tinha saído para comprar bolachas, por isso estava na rua sozinha. Paulo reconheceu a irmã em uma revisão pediátrica no ambulatório dos abrigos. Quando os dois foram reconhecidos como irmãos, apesar de serem filhos de pais diferentes, ambos passaram a viver na mesma casa. Anteriormente, Paulo encontrava-se no abrigo especial, já que é portador de deficiência mental moderada.

A partir do primeiro contato com a mãe, após a institucionalização, ficou estabelecido que ela viria visitar os filhos quinzenalmente. Porém, essa combinação não se cumpriu e as visitas tornaram-se mensais e, com o tempo, passaram a ser cada vez mais esporádicas. Por mais de uma vez, a mãe demonstrou interesse em desligar os filhos do abrigo de proteção. Foram realizadas avaliação psiquiátrica e análise de suas condições, assim como visitas domiciliares, e foi constatado que ela não possuía condições de cuidar dos filhos. Como medida de proteção, a mãe perdeu a guarda dos filhos, mas pode continuar visitando-os, sendo que os mesmos demonstravam interesse em manter contato com ela.

Um ano após o abrigamento de Ana, mais um dos seus irmãos foi encaminhado para o abrigo, o Luis. Inicialmente, Luis havia sido adotado por um casal de tios maternos, que, após separarem-se, encaminharam o menino para a instituição. Um tempo depois de Luis estar na casa com os dois irmãos, outra tia materna requisitou sua guarda e passou a responsabilizar-se pelo menino. Contudo, também desistiu de cuidá-lo, alegando não ter condições econômicas e físicas para o criar, e entregou-o de volta para a FPE.

Nos primeiros anos de abrigamento, Ana era agitada, desconcentrada na escola e com dificuldades emocionais, segundo descrições de seu prontuário. Iniciou, então, reforço escolar,

atendimento psicopedagógico e psicoterapia. Consta em seus registros que os resultados dessas atividades foram positivos em seu desenvolvimento, contribuindo para sua organização pessoal e melhora em sua auto-estima. Atualmente Ana é medicada com Tegretol®, 200mg/dia, segundo recomendações de neurologista, e está aguardando vaga para dar continuidade ao tratamento psicoterápico, iniciado durante os primeiros anos de ingresso no abrigo. Seu caso é acompanhado pela psicóloga responsável do núcleo em que se encontra, que a descreve como uma garota bem adaptada ao abrigo e com bom relacionamento com os monitores e colegas de sua residência.

No último ano, Ana começou a fazer parte do programa de apadrinhamento afetivo. Tinha bom contato com sua madrinha e durante um ano fez diversas visitas e programas com ela. Porém, manifestou que não queria mais encontrá-la, porque não se sentia à vontade em sua casa e sem afinidades com a madrinha. No momento, Ana quer voltar a fazer contato com a madrinha.

Na escola, Ana vem apresentando um bom aproveitamento, sendo participativa e colaborativa. Apresenta certa dificuldade de leitura, mas com intervenção adequada consegue adquirir segurança e ler alfabeticamente, sem realizar adivinhações. No entanto, às vezes é descrita por alguns professores como “emburrada”, chegando a ter ações de jogar os trabalhos no chão, chorar e brigar com colegas e professores. Está na sexta série do Ensino Fundamental, tendo repetido a primeira e a segunda séries.

3.1.3 Dados e Análise da Entrevista do Apego

A seguir são expostos e discutidos os dados das duas entrevistas realizadas com Ana, considerados relevantes para caracterizar sua representação mental do apego, que foram organizados nas categorias temáticas propostas.

1. Relação com cuidador principal

Ana considerou que a pessoa que a cuidou na infância foi uma das monitoras, a qual a acompanha desde quando começou a viver no abrigo. Quando foi solicitado que Ana descrevesse como era essa monitora, durante sua infância, ela disse:

“Ela era compreensiva.”

Esta menção à característica da monitora foi interrompida e sobreposta à citação de um outro monitor, da seguinte forma:

“Ah, o tio era legal... ele se preocupava, falava mais... ele era mais calmo com a gente... só que não é mais o mesmo... continua um pouco legal, mas não é a mesma coisa. Ele cuida da gente, ainda cuida, mas antes era melhor.”

Ao ser questionada sobre a qual dos dois ela sentia-se mais próxima, disse ser da monitora, porque:

“Ela é que cuidava mais da gente. Ela era legal.”

Quando foi pedido a Ana que descrevesse alguma situação de sua infância em que a monitora tenha sido legal, ela falou de um terceiro monitor e da seguinte situação:

“No meu aniversário... nem sabia que iam fazer alguma coisa, aí veio o tio e me deu uma ovada... depois foi uma festa, todos brincaram comigo... era o tio novo aqui.”

Em outra menção à monitora citada primeiramente como sua cuidadora na infância, Ana argumenta que:

“É porque foi ela sempre quem me ensinou as coisas... dizia como me cuidar, como uma mãe faz com um filho... dizia pra não ficar muito perto e pra não falar com estranhos... ela me arrumava, me dava presentes, conversava comigo, tudo assim como uma mãe... ela me compreendia um pouco mais que os outros... me dava mais carinho do que os outros. Pra mim ela era especial.”

Através das falas citadas, pode-se observar que Ana, inicialmente, apontou como cuidadora principal a monitora que a acompanha desde sua entrada na FPE. Contudo, quando se refere a essa monitora o seu relato é marcado por contradições e falta de coerência. Logo após indicar essa pessoa como a sua cuidadora principal, não conseguiu falar consistentemente a respeito da mesma, intercalando comentários sobre outros monitores, sem deixar claro o porquê disso.

Posteriormente, ela retoma a questão sobre a monitora demonstrando que essa sobreposição em seu discurso não foi decorrente de uma falta de compreensão da pergunta. De alguma maneira isso pode ser um sinal de ambivalência na relação, ou até mesmo de idealização, tendo em vista os aspectos positivos que descreveu. Apesar de Ana destacar que a monitora era compreensiva, carinhosa, proporcionadora de instruções educativas e de monitoração, além de sentir que ela realmente se preocupava com o seu bem-estar, isso pode não estar de fato internalizado em sua representação mental.

Estes apontamentos feitos por Ana parecem evidenciar um tipo de relacionamento baseado na idealização da relação, já que não manteve seu posicionamento inicial em relação à eleição dessa pessoa como sua cuidadora principal. Memórias idealizadas em relação às experiências vividas na infância com a figura de apego são características do padrão de apego evitativo/desapegado, em que as reconstruções dessas memórias são repletas de lacunas (Cortina & Marrone, 2003).

Por outro lado, o fato de Ana não ter mantido sua escolha em relação a uma única figura de

apego pode indicar que múltiplos apegos significativos foram desenvolvidos e por isso mencionou outras pessoas ao falar sobre quem a cuidou quando pequena. Porém, a elaboração do seu relato foi marcada por incoerência, quando lhe era solicitado mais informações sobre as pessoas que mencionou. Assim, pode-se afirmar que Ana não se mostrou capaz de identificar consistentemente alguém como sua figura de apego principal, tendo caracterizado múltiplos apegos significativos, evidenciando ter construído novas relações afetivas com diferentes pessoas, na instituição.

2. Relacionamento com familiares na infância

Ana não tem lembranças de sua mãe antes de vir para o abrigo, muito menos de seu pai, sobre quem ela diz saber apenas que está morto.

“Eu não sei muito dela, a gente se vê muito pouco. A primeira vez que eu vi a minha mãe, depois que eu estava aqui, eu não lembro bem, mas eu fiquei desconfiada... eu fiquei desconfiada, não achei que ela era minha mãe... não consigo achar que ela é minha mãe. Até hoje não sei bem isso... sei lá, ela dizia que queria me cuidar... e ah... é que eu não lembrava nada dela e de repente chegam e dizem que essa é tua mãe e esses teus irmãos... é que, ah... E sabendo disso, eu não sinto nada, se é isso, é isso. É que eu duvido de todo mundo mesmo.”

No relato de Ana observa-se que a sua percepção era de que a pessoa que foi apresentada a ela talvez não fosse sua mãe verdadeira e nem os seus irmãos aqueles que diziam ser. Este fato, mais do que uma simples falha de reconstrução de suas experiências, sugere uma lacuna em sua memória. Assim, isso pode ser considerada uma reação defensiva, baseada na negação de conflitos vivenciados na infância que foram maiores do que as suas condições para enfrentá-los, ou mesmo uma reação dissociativa, já que suas lembranças em relação à mãe foram esquecidas.

Este tipo de reação defensiva de Ana pode ser característica de um padrão de apego evitativo/desapegado, que condiz com o tipo de relato carregado de falhas na reconstrução das memórias infantis com a minimização ou negação de dificuldades experienciadas (Cortina & Marrone, 2003). Além disso, a forma como Ana diz que encara o fato de sua mãe e seus irmãos serem quem dizem que são, parece de indiferença, acrescida por um sentimento reforçado de falta de confiança nos outros. Por outro lado, cabe fazer menção ao fato de que a idade em que Ana foi para o abrigo pode ter favorecido o esquecimento das lembranças relativas à mãe e aos irmãos, pois essa separação ocorreu quando Ana tinha apenas cinco anos de idade.

3. Separações e perdas

Nas entrevistas foi investigada a ocorrência de perdas de pessoas significativas, assim como

as reações desencadeadas frente a essas perdas e, também, em relação a separações. Ana, durante as entrevistas, apresentou dificuldade para relatar suas experiências de separação e perdas vividas na infância.

“Eu não lembro como me senti quando vim pra cá, não lembro da primeira vez que fiquei separada da minha mãe...”

“Depois de eu estar aqui, o tempo que eu fui ver ela pela primeira vez, foi uns três anos depois... foi isso, três anos depois, mais ou menos.”

“Da tia Eva (monitora citada como a cuidadora principal) eu não fiquei separada, ela tem que ir embora sempre, mas ela volta... ela nunca deixou de vir, só assim, se atrasa assim, às vezes, mas sempre vem.”

Conforme dados do prontuário, o primeiro contato que Ana teve com sua mãe no abrigo, na realidade, ocorreu após um mês a sua ida para a FPE. Contudo, Ana tem a lembrança de que isso ocorreu aproximadamente três anos após o seu abrigamento. Além disso, ela não reconheceu a mãe e não recorda desse momento. Isso denota sua desvinculação com as figuras de sua família e uma percepção distorcida de suas lembranças, sugerindo, novamente, um processo dissociativo.

Por outro lado, em relação à monitora, ela demonstra apresentar maior segurança em relação à estabilidade do contato. Ana não menciona ter vivido nenhuma experiência de perder alguém que considerava importante, não fazendo referência nem a seu pai e, nem mesmo, a avó que a cuidava quando pequena.

4. Memórias de situação de estresse e reação ativada

Diversas situações investigadas nas entrevistas remetem a experiências que são consideradas como desencadeantes de estresse, como a ida para o abrigo, por exemplo. Neste sentido, a percepção e as estratégias adotadas para enfrentar essas situações foram amplamente examinadas.

Ana não falou nada quando questionada sobre o que pensa sobre ter sido abrigada, apenas comentou em relação ao motivo pelo qual foi encaminhada ao abrigo, que foi:

“Eu tava na rua jogando bola com as minhas amigas, aí eu sai mais longe porque a bola tinha ido pra longe aí eu me perdi... acho que fiquei pela rua uma hora, duas e fui andando e entrei numa casa e fui parar aqui.”

O que a deixava chateada quando pequena era:

“Apanhar... ainda mais quando eram das pessoas que eu mais gosto. E também das pessoas mudarem de uma hora para outra... de tu só fazer uma coisa sem importância e a pessoa já

vai com agressão.”

Quando descreve uma situação em que isso tenha ocorrido, Ana diz:

“Tinha pedido para sair aqui do abrigo... o tio não deixou... aí ele veio até eu e me deu um tapa na cara... eu fiquei chorando... e deu medo, assim, de uma pessoa que tu não espera.”

Além disso, Ana mencionou a vivência de uma situação de abuso:

“Um tio, quando eu morava lá com a minha mãe, ele tentou se abusar de mim. A minha mãe tentou tirar, só que não conseguiu. Aí a minha vó veio e tirou. Depois, sai, assim, de casa e aí eu fui parar aqui... Minha mãe? Não falou nada, ficou ali... senti medo, aí, depois eu guardei isto para sempre comigo, só que depois eu esqueci um pouco, mas... eu fiquei com mais medo de todos... não fiz nada... senti nojo.”

A resposta de Ana para a questão sobre uma lembrança de ter estado doente ou ter se machucado quando criança foi:

“Teve uma vez que eu não queria dormir... aí uma guria que estava aqui me puxou pelos cabelos, me jogou na cama e me deu um soco no nariz, que sangrou... eu fiquei chorando... tinha a tia, só que ela só botou um gelo no meu nariz e nem botou a guria de castigo... ela nem botou a guria de castigo. Ela era legal, mas não fez nada por isso.”

Ao ser perguntada sobre o que sentiu nessa situação Ana diz:

“Ah, a mesma coisa, nojo. Porque fazem isso comigo, ficam só magoando. Eu não fiz nada pra ninguém. E essa guria, não quero saber dela. Tomara que ela tenha 200 filhos. Não está mais aqui, deve tá se engravidando!”

Sobre ter estado doente, quando criança, Ana lembra de uma situação em que esteve muito mal e foi cuidada pela monitora, que considera a pessoa que a criou. Ela disse:

“Doente, já estive. Quem cuidou melhor foi a tia Eva... Eu estava muito mal, de cama, mas ela estava do meu lado, então eu estava feliz... Ela cuidou de mim, ficou ali, deu comida pra mim... levou no médico.”

A forma como Ana relata fatos estressantes de sua vida, como o motivo que a levou a ser abrigada, por exemplo, sugere que ela, continuamente, de uma certa maneira, minimiza ou nega as experiências difíceis que vivenciou, evidenciando uma característica típica do padrão de apego evitativo/desapegado. Um exemplo dessa minimização de problemas é o motivo que argumenta como causa de seu abrigamento. Ao mesmo tempo, em diferentes momentos de sua fala, Ana faz

menção à ocorrência de uma situação mais pungente que o motivo que apontou, a tentativa de abuso, e a associa ao abrigo, por ter ocorrido antes de vir para a FPE.

A tentativa de abuso sexual, ocorrida antes de ser abrigada, parece ter desencadeado em Ana uma percepção de que o cuidado que recebia era desprovido de um monitoramento seguro e adequado, provocando uma falta de confiança em suas figuras de apego. Infelizmente, ocorreram situações de agressão nos abrigos também, segundo o que Ana conta. Isso pode ter reforçado ainda mais a percepção de que suas demandas não são correspondidas em momentos de estresse, incrementando sua desconfiança e levando-a a evitar a busca por proteção quando necessário. Além de serem sentidas como abusivas e injustificadas, as agressões que viveu parecem não terem sido bem elaboradas, já que o seu relato demonstra que não há uma compreensão clara do que ocorreu.

5. Cuidados recebidos na infância

Esta categoria examina o posicionamento do participante em relação aos cuidados que teve quando criança. Sobre o cuidado que recebeu de sua mãe, Ana disse:

“A minha mãe não me cuidava muito bem”

Sobre a razão do que levou seus cuidadores a cuidarem e educarem do jeito como o fizeram, quando ela era pequena, Ana falou:

“Não sei porquê, não sei... isso eu não sei.”

Apesar de reconhecer que o cuidado que recebia não era adequado, ela não estabelece relações entre a forma que foi cuidada na infância e o fato de ter sido abrigada. Assim, ela parece apresentar uma certa falta de conexão entre sua situação de abrigo e os fatos que vivenciou (tentativa de abuso, situação de risco por abandono, negligência e vivência de rua), considerados como traumáticos por diversos autores (Fonagy, 1999; Shapiro & Levendosky, 1999). Isso demonstra uma certa inabilidade para refletir sobre situações difíceis de sua infância, apresentando lembranças dissociadas.

Outro aspecto interessante observado no relato de Ana é o fato dela, de certa forma, rogar à menina que lhe agrediu no abrigo que tenha vários filhos, como se isso fosse um castigo. Daí pode-se considerar que Ana tem uma percepção negativa de maternidade e de ter filhos. A partir disso, as expectativas de Ana em relação à constituição de uma família, que são aí expressas negativamente, podem ter relação com vivências de violência familiar, o afastamento da família e seu abrigo.

Dado que a percepção dos laços familiares está relacionada à qualidade das relações estabelecidas e às funções atribuídas a cada papel familiar (De Antoni & Koller, 2000), cabendo à figura materna o cuidado dos filhos, a afeição, a proteção, a orientação e a estimulação (Zamberlan,

Camargo & Biasoli-Alves, 1997), observa-se no caso de Ana vulnerabilidade em relação a essa figura. Isto pode não só ser atribuído a possíveis vivências de violência em sua família original (que podem não ter sido dirigidas a ela, mas presenciadas por ela, contra sua mãe, por exemplo), como a uma percepção de que as tarefas maternas são desgastantes e difíceis de serem cumpridas, já que ela própria foi abrigada.

De maneira geral, o seu posicionamento em relação às agressões, que diz ter vivido, denota um sentimento de vitimização e uma inabilidade de assimilação e processamento afetivo do que ocorreu. De acordo com Diamond (2003), experiências traumáticas com relação às inter-relações nos primeiros anos de vida produzem um efeito negativo na ativação de memórias, na capacidade de desenvolver um pensamento conectado às emoções sentidas, assim como no senso de si mesmo e na compreensão de relacionamentos interpessoais. Esses efeitos podem ser considerados característicos dos processos dissociativos, em que as lembranças da experiência traumática são escassas e não estão conectadas coerentemente à emoção sentida (Cortina & Marrone, 2003).

Além disso, Sroufe (2003) aponta que experiências traumáticas ocorridas no domínio de relações de apego inseguras estão relacionadas a sintomas dissociativos na adolescência, mais do que os casos de trauma vividos num contexto de relações de apego seguras. Também, West, Adam, Spreng e Rose (2001) ressaltam que experiências atuais diversas podem adquirir potenciais dissociativos, em função de reativarem o modelo previamente segregado do passado no presente, criando uma identidade representacional entre as experiências, através da dissociação.

No caso de Ana foi observado que algumas de suas experiências negativas, como ter ficado na rua e ter sofrido uma tentativa de abuso, por exemplo, não são relatadas com modulação de sua emoção, indicando a presença de um mecanismo dissociativo. Já em outros momentos, quando fala sobre experiências negativas ocorridas nos abrigos, a intensidade emocional expressada por Ana parece extrapolar a emoção que poderia ter sido desencadeada sobre o que conta, sugerindo que ela pode ter feito um deslocamento emocional de situações traumáticas passadas para suas vivências atuais e, neste sentido, um processo dissociativo.

6. Sentimentos de rejeição vividos na infância

Ana falou que quando criança teve uma experiência em que não se sentiu aceita, da seguinte forma:

“Ah, assim, eu tive piolho quando era pequena, porque a minha mãe não me cuidava... eu já tinha vindo pra cá e já tinha pegado piolho, ah, porque eu fiquei na rua, peguei poeira... peguei poeira... e aí, eles ficavam parece com nojo da minha cara, assim, rindo... olhavam com uma cara... logo

quando eu vim pra cá. Eles me chamavam de feia. Foi muito difícil. Não sei porque fizeram isso... acho que eles sabiam que tavam me provocando isso... e fizeram isso porque não gostaram de mim, eu acho... não sei, não sei porque fizeram isso, não sei... Por quê? Acho que porque eu tinha piolho.”

Para Diamond (2003), a negligência por si só pode ser considerada uma experiência traumática para o desenvolvimento. Uma experiência é traumática quando é percebida como opressiva para o indivíduo. Além disso, a situação é revivida de diversas formas, não parecendo ter sido assimilada e feito sentido para a pessoa. Ou seja, os fragmentos da situação traumática são associados a outros eventos que podem desencadear uma lembrança subjetiva do trauma. Assim, Ana fica sensibilizada a reativar os sentimentos e memórias ligadas ao trauma, ou traumas originais, sem necessariamente dar-se conta disso, em diversas situações cotidianas.

Dessa forma, muitas experiências tornam-se adversas ao indivíduo por serem ligadas às vivências desagradáveis, de forma inconsciente (Diamond, 2003). Através do relato de Ana, pode-se considerar que ela não parece se dar conta de que a situação vivida estava ligada a situações anteriores de rejeição e negligência. No caso de Ana, os seus sentimentos de que as pessoas a agridem sem um motivo palpável podem estar ligados a vivências infantis traumáticas em relação às suas interações primárias, embora ela não tenha consciência disso, na medida em que não estabelece conexões entre seus sentimentos e as experiências vividas.

7. Repercussões das vivências da infância

Em relação à influência da maneira como foi cuidada quando pequena no seu jeito de ser na atualidade, Ana pensa que:

“Sim, influenciou no meu jeito de ser agora... Ah, alguns tios me ensinaram a ser legal, educada, e serem legal eles mesmos, e outros me ensinaram de outro jeito, assim, me batendo, achando que isso é educar... Agora eu... qualquer um que implica comigo, eu dou porrada, não quero nem saber... e isso tem a ver com a maneira como fizeram comigo quando eu era pequena.”

O que considera importante ter vivido na infância, foi:

“Foi ficar perto da tia Eva. Brincar, assim... com ela e com outras duas tias também. Bah, elas brincavam com a gente, tinha que ver!”

Ana demonstra perceber instabilidades na forma como foi cuidada na sua infância, apontando comportamentos contraditórios de seus cuidadores. Atribui a isso o seu jeito de ser atualmente, que é de agir com agressividade quando contrariada. Ela encontra, nessa sua percepção,

uma forma de justificar a sua própria impulsividade.

O fato de Ana considerar que a convivência com a monitora, quando era pequena, ser um dos eventos mais importantes de sua infância, demonstra que Ana atribui a essa relação uma importância significativa, indicando que estabeleceu com Eva uma relação de apego. Apesar dela não apresentar um relato mais elaborado sobre essa relação, a frequência com que fala da monitora salienta a importância dessa figura em sua infância e na sua vida atualmente.

8. Relações com pares e com irmãos

Nas entrevistas buscou-se examinar a configuração das relações de amizade, tendo-se em vista que as relações entre pares na adolescência têm implicações importantes para a organização do apego, por serem capazes de ressignificar as experiências primárias (Furman, Simon, Shaffer & Bouchey, 2002). Além disso, as relações com irmãos também podem ser analisadas sob esse enfoque. Assim, do relacionamento com os irmãos Ana conta:

“Eles estão morando aqui comigo... aquele chato que tava na sala é um dos meus irmãos. Aquele nojento... com eles a relação é... ah, às vezes eu brigo com eles, mas eu não converso muito com eles. Eu tento defender eles, às vezes... mas aí eu é que me dou mal... eles brigam entre eles e o tio vem me dizer que eu estou fazendo eles brigarem... eles mesmos brigam e eu já fico com nojo dos dois, porque eu tento ajeitar e depois acham é que eu estou pondo eles a brigar!... Eu não conto com eles pra resolver os meus problemas.”

“Não consigo achar que eles são os meus irmãos...”

A citação que Ana faz sobre relações de amizade é:

“Tem a Paula... Manu... mais ou menos a Joana... mas quem eu considero que é minha melhor amiga é a Paula... eu gosto nela que ela é legal, mas eu não gosto é que ela seja mandona... ela é mandona às vezes. Esses dias ela disse pro irmão dela que podia bater nele só porque ele era irmão dela... ela é meio mandona. Eu não gosto de agressão!”

“Ela é minha melhor amiga, porque, ah, porque ela conversa comigo, brinca comigo... brinca de boneca, assim, às vezes, a brincadeira é romântica, às vezes, agressiva, assim, boneca chatinha... pega o namorado da outra... mas eu também gosto de rir com ela, olhar tv e sair com ela... às vezes a gente vai ao cinema... às vezes eu tô meio sozinha, sabe? Aí a gente conversa.”

Em relação ao relacionamento entre pares, Ana também apresentou um relato impreciso e pouco elaborado. Após citar o nome de várias amigas, Ana indicou uma delas como sendo a

principal. Contudo, ao argumentar a razão de sua escolha, o seu discurso foi marcado por contradições e ambivalências, não deixando claro porque considerava a menina escolhida a sua melhor amiga. Embora Ana cite aspectos positivos de sua relação com a melhor amiga, a sua representação da amizade com essa menina parece ser permeada pela ambivalência, já que fez também vários comentários negativos sobre a mesma.

Ana referiu-se aos irmãos de maneira nitidamente agressiva, embora tenha demonstrado interesse pelo bem-estar dos mesmos e em manter-se próxima a eles. Contudo, ela percebe a ligação com desconfiança e não os considera como aptos a lhe oferecer segurança em momentos de estresse. Além disso, ela parece atribuir ao fato de ser irmã deles, dificuldades que ela enfrenta na instituição.

9. Atitudes pessoais e autopercepção

Nesta categoria estão agrupados os dados que demonstram como Ana percebe a si mesma e sobre o que ela pensa que os outros percebem sobre o seu jeito de ser. Essas percepções são interessantes porque indicam algo acerca de sua auto-estima e de suas representações.

“Eu presto muito a atenção no que falam de mim, estou sempre ouvindo se falam de mim... mas sei de me acharem do mundo da lua, acho que todo mundo acha isso de mim... e dizem que eu sou rebelde também, porque eu fico reclamando quando não gosto de alguma coisa, posso chegar a brigar. Não digo nome, mas chego a dizer pros tio que não agüento mais isso e pergunto porque eles não vão embora.”

Ana supõe que a monitora que citou como sua cuidadora principal a percebe da seguinte forma:

“Que eu sou uma destrambelhada... acho que ela gosta de mim, mas me acha destrambelhada, porque eu vivo no mundo da lua, estou sempre distraída...”

Ao pensar sobre o que faria se tivesse um problema pessoal que não soubesse o que fazer para solucioná-lo, Ana disse que:

“Tentaria mudar isso... às vezes é difícil mudar uma coisa... eu falaria com alguém... com os meus colegas... Eu tentaria falar pra essa pessoa que agressão não é o caminho, que não traz felicidade e que não faz a pessoa ser educada... a educação não vem da porrada, mas sim vem ensinando, conversando... o problema que eu pensei seria apanhar... e também das pessoas mudarem de uma hora pra outra, isso também é chato.”

Nestes comentários de Ana pode-se entender que ela necessita dos outros para saber que

existe e, ao mesmo tempo, os repele, os desconsidera ou não dá crédito às suas opiniões ou intenções, o que pode ser decorrente das rejeições e decepções por parte de suas figuras de apego, vividas precocemente. Esta dinâmica pode ser a justificativa para a volatilidade observada nos relacionamentos de Ana, assim como na representação interna negativa que tem de si mesma. Isso é identificado quando ela fala sobre a percepção que a monitora, que a criou, deve ter dela. Apesar de achar que esta monitora gosta dela, pensa que ela a percebe como uma “*destrambelhada e rebelde*”, sendo que generaliza isso como uma percepção de todas as pessoas com as quais interage, o que sugere que Ana possui uma noção negativa de si mesma e baixa auto-estima.

Uma forma de compreender a dinâmica da percepção de Ana sobre si mesma, e sobre o que pensa sobre o que os outros pensam sobre ela, pode ser apoiada nas idéias de Bowlby. De acordo com Bowlby (1969/1990), o modelo interno da pessoa é referente às representações internas feitas por ela sobre si mesma, de seu ambiente e de suas relações íntimas, mas que não são cópias passivas da realidade. Essas representações são ativamente selecionadas e esquematizadas, através de componentes cognitivos inconscientes, conscientes, afetivos e experienciais do indivíduo, derivados, significativamente, das relações interpessoais precoces (Levy & Blatt, 2000).

Ou seja, o indivíduo carrega consigo expectativas e atribuições próprias que são ativadas no seu desenvolvimento e que irão organizar-se em relação ao apego, de acordo com a complementaridade e reciprocidade que experienciará em suas relações ao longo de seu crescimento. Mesmo levando-se em conta o período desenvolvimental em que Ana se encontra, que é marcado por mudanças no autoconceito, no qual os próprios defeitos e qualidades são reconhecidos para a consolidação da identidade, parece que os aspectos negativos predominam na sua percepção, o que pode ser ligado às vivências precoces de abandono e negligência.

Sobre a atitude que tomaria se tivesse um problema pessoal para resolver, a partir de sua resposta, pode-se deduzir que Ana não possui consistentemente uma figura a quem possa recorrer em momentos de estresse. Além disso, o seu relato sinaliza uma dificuldade em responder à questão de forma mais objetiva.

10. Relações atuais com figura(s) de apego

Em relação à mãe, Ana diz:

“Eu não vejo muito ela... a última vez que a vi, foi quase um ano atrás... ela veio só e não foi muito bom, porque ela conversou um pouco e depois chorou... porque ela queria nos levar pra casa, mas não pode, porque ela não tem emprego e ela tem problemas... não tem emprego, não mora direito e ela é doente, ela tem problema de cabeça.”

O contato com a mãe é:

“Só quando tem passe livre. Mas eu posso ver. A última vez faz tempo. Foi há um ano... mas eu posso ver ela de 15 em 15 dias, se eu quiser.”

Sobre sua relação com a monitora que elegeu como sua cuidadora principal ela diz:

“Não mudou quase nada... Ah, teve umas brigas entre eu e ela... Ah, aconteceu umas coisas lá. Eu briguei com ela, eu xinguei ela, chamei ela assim... de boba, briguei com ela, xinguei ela e aí, ela gritou comigo. É porque ela não queria me deixar sair com as gurias e eu não queria fazer o que ela queria. Às vezes, eu não quero fazer as coisa, e aí ela brigou... mas agora está tudo bem... O bom hoje é que ela é legal, é brincalhona e compreensiva. Eu converso com ela. E também ela é um pouco séria quando tem que ser. Mas ela tem que ver o que ela fala, porque às vezes ela fala sem saber. Então ela tem que ver bem as coisas pra falar, antes que pense que é uma coisa e não é. Por exemplo, ah, tu tá brincando com um guri e ela pensa que tu está namorando, entende?... Ela me controla, mas não tem nada que não seja bom na relação com ela hoje. Só isso, um pouco, dela me controlar.”

Através destes relatos de Ana, observa-se que ela apresenta capacidade de justificar o comportamento da mãe e de dar motivos significativos para o contato entre elas ser pequeno. De certa forma, Ana parece não se interessar em aumentar o contato com sua mãe, ou até mesmo de manter essa relação. Um pouco desse seu desinteresse pode ser decorrente da fase em que se encontra, em que outros tipos de relacionamentos são mais valorizados e incrementados, como os de amizade. Contudo, tendo-se em vista que a sua relação com a figura materna foi marcada pela negligência e abandono, a atitude de Ana pode estar refletindo mais estes aspectos, do que características da adolescência. Além disso, também se pode pensar que existe um certo desprezo, por parte de Ana, em relação à sua mãe, o que pode ser observado quando ela diz que não acreditava que aquela era sua mãe e que até hoje não tem certeza disso. Isso pode ter sido em decorrência dos rompimentos na interação com sua mãe nos primeiros anos de sua vida, indicando que, de certa maneira, ela estava muito ligada à sua pessoa e, por isso, Ana guarda ressentimentos dessa relação.

Em relação à sua figura de apego principal, a monitora Eva, a relação atual entre elas é descrita por Ana de forma mais detalhada e com características típicas da adolescência. De certa forma, ela transpareceu que sua relação com a monitora possui negociações, como horários para chegar no abrigo e tarefas de casa a serem cumpridas, para que a sua independização seja garantida, assim como seus direitos e deveres. De maneira geral, Ana demonstra conseguir identificar pontos

negativos e positivos na relação e parece equilibrá-los, de forma a beneficiar-se da relação.

11. Expectativas para parentalidade

As expectativas que Ana verbalizou sobre a parentalidade, em relação ao tipo de educação e ao tipo de genitora que deseja ser, foram:

“Quero ser compreensiva, legal, divertida... só que ao mesmo tempo, um pouco... assim... marema¹... é como educa... dá limite. Eu nunca vou bater... mas tiraria o que mais gosta... por um tempo, porque senão ele viraria uma criança solitária e pode achar que nunca teve nada. E criança tem que ser criança, poder brincar... vou ensinar a ser educado, saber conversar com as pessoas, não falar nomes... não falar besteira quando aparece alguém estranho ou tirar sarro de alguém... não falar coisas que possam magoar os outros...”

De acordo com Inhelder e Piaget (1976), o pensamento do adolescente tem características fundamentais para a integração do indivíduo na sociedade dos adultos, e isso se observa pelo que o adolescente pensa do seu futuro. Nesse sentido, o adolescente acrescenta às suas vivências limitadas uma vontade de reforma, para compensar os conflitos anteriores. Assim, o adolescente se volta para a consideração de novas possibilidades através de uma reflexão que ultrapassa o presente e que lhe permite fugir do concreto atual em direção do abstrato e do possível.

Essa empreitada é indispensável para que se chegue a uma concepção individual do mundo adulto que dê ao adolescente a oportunidade de afirmar-se e criar, garantindo, ao mesmo tempo, que terá mais êxito que seus antecessores. Em alguns casos, os projetos dos adolescentes têm uma influência real em seus desenvolvimentos, mas, em muitos outros, parecem uma espécie de idealização com função de compensação, por participarem ou terem feito parte de ambientes inacessíveis (Inhelder & Piaget, 1976).

Neste relato de Ana observa-se um pensamento típico da adolescência, em que apenas o fato de pensar num futuro positivo já possibilita a modificação da realidade, sem que as dificuldades envolvidas na efetivação de suas idéias sejam consideradas. Por outro lado, o fato dela apresentar expectativas positivas em relação ao futuro pode funcionar como um fator de proteção no seu desenvolvimento.

De acordo com De Antoni e Koller (2000), as expectativas de adolescentes institucionalizadas e seus planos futuros em relação à maternidade, quando são idealizados, podem servir para evitar o sofrimento causado pela realidade do abandono e para nutrirem um sentimento

¹ Marema foi a palavra usada por Ana para se referir a condução da educação com um manejo de limites e de comunicação para o esclarecimento da criança.

de esperança de que podem modificar suas situações e suas vidas. Apesar delas estarem em situação de risco, caracterizado pela própria situação da institucionalização, decorrida por motivos geralmente negativos, o fato de apresentarem capacidade de realizar planos com base na esperança de que haja melhoria nas suas inter-relações, serve como fator de proteção, pois apontam idéias de não repetirem formas de relação com base nos maus tratos (De Antoni & Koller, 2000). Assim, no caso de Ana, a sua perspectiva diferenciada da experiência que teve, demonstra uma conscientização que lhe poderá proporcionar o rompimento do ciclo da transmissão intergeracional da violência ou do abandono.

3.1.4 Análise Geral do Caso 1

Considerando-se que Ana foi abrigada por motivo de negligência e exposição a fatores de risco, pode-se considerar que as suas primeiras experiências de vida foram marcadas por uma qualidade de cuidado primário precário. As condições contextuais em que Ana se encontrava, antes de seu abrigamento, remetem a uma situação social de risco, na qual os cuidadores pareciam apresentar um modelo de funcionamento que não correspondia às suas necessidades de cuidado e proteção e a família era marcada pela instabilidade, além de ser formada por laços afetivos fragmentados.

Neste sentido, há indícios de que sua figura materna não esteve disponível e presente em seus anos de vida iniciais, tendo delegado os cuidados da filha à sua mãe, avó de Ana, a quem a menina não fez nenhuma menção. Não necessariamente esse fato teve uma repercussão negativa na configuração das relações de apego de Ana, mas marca a ocorrência de uma ruptura e/ou separação precoce de uma das figuras consideradas como representante dos apegos mais fortes formados na vida de um indivíduo, principalmente nos anos iniciais do ciclo vital.

Além disso, as informações relativas ao funcionamento pessoal da mãe de Ana remetem a um tipo de personalidade que parece não ter condições de formar vinculações afetivas estáveis, incapaz de assumir sua maternidade, pois possui quatro filhos e não criou nenhum, não teve relacionamentos conjugais estáveis e duradouros, apresenta sintomatologia de desordem psiquiátrica e é usuária de drogas. No prontuário consta que a reação que apresentou ao saber que a filha estava na FPE foi a de minimizar e negar as condições de risco às quais Ana estava exposta.

Essas condições parecem ter configurado o cenário daquilo que Bowlby (1969/1990) denominou como situação de privação materna precoce, que é considerada como um dos principais fatores desencadeantes de efeitos adversos no desenvolvimento. Embora o apego principal nem sempre se dê com a mãe biológica e que podem existir múltiplos apegos de intensidades variadas

com outras pessoas, existem associações bem estabelecidas entre distúrbios afetivos variados e separações de crianças pequenas de suas mães (Rutter, 1972). Contudo, como as separações precoces, freqüentemente, estão ligadas a outros fatores adversos, é importante contemplar e pensar a respeito do que mais exacerba seus efeitos negativos.

A ação da institucionalização sobre o desenvolvimento de Ana foi explorada, já que as circunstâncias em que isso aconteceu em sua vida foram em decorrência de exposição a fatores de risco. Assim, pode-se considerar que Ana sofreu um contínuo abandono da família, tendo em vista os fatos descritos em seu prontuário: antes de ir para o abrigo já estava vivenciando o abandono e após o seu abrigamento não houve assistência pelos membros da família. Um dos fatos que sustentam essa idéia, no caso de Ana, é que as combinações quanto às visitas de sua mãe, feitas com a equipe responsável do abrigo, não foram cumpridas e se tornaram cada vez mais esporádicas. Também não houve mais contato com outros familiares, nem mesmo com a avó. Ou seja, não existiu uma continuidade no relacionamento com a família depois da institucionalização, o que caracteriza o abandono (Weber & Kossobudzki, 1996).

Para o entendimento das repercussões de separações precoces, deve-se considerar o período desenvolvimental da separação e a forma como ela ocorreu (Baker, 2001; Bowlby, 1979/2001; Lewis, 2000; Stein, 1997). Outro ponto importante nessa situação é avaliar se a separação significou uma descontinuidade na relação, o que parece ter acontecido no caso de Ana. Também é importante observar se o apego às figuras primárias pode ser mantido mesmo sem a presença delas e se houve substituições efetivas. No caso de Ana isso foi possível, pois ela mantém o contato com a mãe, mesmo que precariamente, e menciona outros cuidadores que parecem ter preenchido os abalos nas relações de apego que viveu precocemente. Acrescenta-se a isso o fato de que, apesar das relações de apego poderem se estabelecer ao longo do ciclo vital, não são claras quais as circunstâncias que favorecem a persistência desse processo e quais os fatores que possibilitam que um novo apego seja intenso, estável e seguro o suficiente para ressignificar aqueles desenvolvidos precocemente.

Alguns dos fatos já comentados podem ter incrementado a percepção de Ana de que seus cuidadores não correspondiam aos seus sinais de necessidade de cuidado e proteção. As características do ambiente em que ela se desenvolveu, o abrigo de proteção, onde há grande rotatividade de pessoas responsáveis pelos cuidados dos abrigados, também podem ter contribuído para uma maior dificuldade no estabelecimento de relacionamentos mais estáveis, que pudessem contribuir mais significativamente para a sua estabilidade emocional. Contudo, dado os fatos que viveu antes de ser abrigada e as características de sua família, pode-se pensar que sua situação no abrigo foi mais favorável para o seu desenvolvimento do que se ficasse sob os cuidados de seus familiares. No caso de Ana, o seu abrigamento pode ser considerado como um evento que

possibilitou e está a lhe fornecer oportunidades de reformular e incrementar suas relações de apego, positivamente.

Pode-se ainda observar que os relacionamentos atuais de Ana parecem ser marcados pela ambivalência e pela agressividade, mesmo considerando-se os aspectos de instabilidade da adolescência. Por exemplo, na experiência de Ana com o programa de apadrinhamento afetivo, observou-se a existência de ambivalência na relação. Nessa situação, pode-se concluir que existe a possibilidade de que Ana tenha tido uma reação evitativa com sua madrinha ao enfrentar alguma situação em que não encontrou a reciprocidade que esperava. Ocorreu que após freqüentar, durante vários meses, a casa da madrinha nos finais de semana, decidiu que não queria mais encontrá-la. Passados alguns meses, Ana deseja rever a madrinha. Contudo, não foi dada continuidade no relacionamento e, quando deixou de encontrá-la, não discutiu essa ação com a própria madrinha. Consta em seu prontuário que o motivo dado por Ana para o rompimento do contato foi o de não se sentir à vontade e não ter afinidades com a madrinha.

Assim, de maneira geral, a partir dos apontamentos sobre os relacionamentos de Ana, pode-se perceber sinais de que a sua representação interna é marcada por uma baixa confiança em si própria e nos outros, por um sentimento de não ser querida e por expectativas negativas sobre si mesma e dos outros. Também o fato de mencionar mais de uma vez em seu relato que não compreendia o motivo das agressões sofridas e sentia como se estivesse sendo injustiçada, denota que existe uma tentativa de elaborar essas vivências, mas que isso vem sendo difícil para ela e tem confluído para uma percepção negativa de si mesma.

De maneira geral, os dados analisados deste caso evidenciaram que a organização de apego atual de Ana tem uma orientação característica do padrão evitativo/desapegado. Esta consideração implica que a sua forma de interagir com outras pessoas é mais defensiva, com tendência à negação, evidências de processos dissociativos na integração de suas experiências negativas de apego e com a adoção de uma estratégia para lidar com as dificuldades de maneira a ocultar necessidades de proteção e atenção. Baldwin (1996) considera que uma pessoa que possui um padrão de apego evitativo/desapegado pode vir a ter dificuldades de experimentar um relacionamento no qual possa confiar no outro sem sentir medo de se ferir emocionalmente. Em relação a isso, pode-se observar que, em mais de um trecho das entrevistas, Ana disse não confiar nos outros e não poder contar com outras pessoas, pelo menos nesse momento de sua vida, embora tenha identificado outras figuras de apego.

Muitas das características apresentadas por Ana, como desconfiança, instabilidade e ambivalência, podem ser consideradas típicas da adolescência, quando em intensidade moderada. No entanto, Ana apresenta dissociação como reação ao estresse vivenciado, sintoma que pode

ocorrer frente a vivências traumáticas nos anos de vida iniciais ou em casos de relações de apego inseguro (Cortina & Marrone, 2003). Segundo Levy e Blatt (2000), o padrão de apego evitativo/desapegado pode apresentar estratégias defensivas, como a negação e a dissociação, que servem para manter uma auto-imagem mais positiva, enquanto a imagem dos outros é negativa, sendo que as relações mais íntimas são permeadas por cautelas e evitações. Contudo, quando há o predomínio de reações dissociativas, existe a possibilidade do indivíduo romper com a realidade, com o desencadeamento de um funcionamento psicótico, o que está relacionado ao padrão desorganizado/desorientado de apego, em que se observa claramente que as atitudes são incoerentes e desajustadas, principalmente quando a pessoa é confrontada com memórias traumáticas ligadas a figuras de apego (Green & Ruth, 2002).

A adoção de estratégias defensivas, pela dissociação e negação, pode ser entendida também como uma maneira de amenizar situações de vivências de separações prolongadas ou repetidas e de maltrato pelas figuras de apego primárias (Cortina & Marrone, 2003). Nestes casos, as crianças aprendem, então, que não podem se arriscar a expressar suas necessidades básicas de conforto e segurança, pois a confiança básica no mundo foi abalada (Cortina & Marrone, 2003). O manejo que as crianças adotam para momentos de maior angústia é afastarem-se de relacionamentos que as fazem sentir vulneráveis ou pelo estabelecimento de relações baseadas no controle, na dominação, submissão ou exploração. Se as condições do ambiente que produzem a representação interna não mudarem substancialmente, o modelo interno do *self* e dos outros continuará imutável.

Na história de Ana constata-se quê, de certa forma, ela está tentando conseguir apropriar-se beneficentemente de suas interações no novo contexto, mas apresenta resistências características dos efeitos traumáticos nas relações de apego primárias, em suas interações atuais. Em função disso, pode-se observar que Ana demonstra dificuldade para assimilar e elaborar as experiências difíceis que viveu, que afetam a forma como a sua organização de apego está representada. Cabe ressaltar que os fatos podem não ter ocorrido da forma como Ana relata, mas o importante é a maneira como ela os percebe, pois o valor de seu relato situa-se na sua percepção e no seu sentimento sobre aquilo que diz ter vivido. Ou seja, é a forma como se pensa sobre o que se viveu o que importa, já que o estado mental da pessoa é reflexo da representação que ela faz dos seus cuidadores e de suas experiências (Fonagy & Target, 1997).

Os relatos de falta de relações de responsividade e reciprocidade, apresentados por Ana, também podem ser devidos ao período da adolescência em que se encontra. Contudo, a forma como ela se referiu às suas relações de amizade, caracterizadas pela desconfiança e ambivalência, reforça um tipo de internalização característico do padrão de apego evitativo/desapegado. Segundo Furmam e colaboradores (2002), é esperado que na adolescência a visão sobre os cuidadores seja de que eles

não são responsivos, caracterizando apegos inseguros, tendo em vista que nesse período essas relações estão sob um estado de transformação. Em contrapartida, as relações de amizade na adolescência assumem um papel central e são, quando o modelo interno é de uma base segura na infância, descritas de forma a se constatar uma representação de apego segura em relação à amizade, e isso não se observou no relato de Ana. De certa forma, todas as suas interações foram marcadas pelas características descritas como pertencentes ao padrão de apego evitativo/desapegado (Furman e cols., 2002).

Observa-se que Ana busca uma justificativa para os desapontamentos afetivos que percebeu ter vivido e a estratégia que adota para explicar isso é culpando-se e não confiando nos outros. A abordagem da TA propõe que a qualidade dos relacionamentos de apego tem relação direta com a capacidade da criança lidar com situações de estresse (Diamond, 2003), e na capacidade de pensar de forma coerente sobre o que lhe acontece, que é também é atribuído, em parte, às relações de apego. Main (1991) acrescenta que o desenvolvimento da capacidade reflexiva, da auto-estima e de um senso de auto-eficácia possibilita a reflexão de experiências traumáticas de apego, de forma que elas tenham um sentido emocional e que não sejam concebidas de maneira culpabilizadora. O fato de Ana sugerir, através de seu relato, sentimentos de culpa e não ter confiança nos outros podem, na verdade, ser uma tentativa sua de compreender sua realidade e de dar sentido aos fatos que lhe aconteceram, como ter sido abrigada em uma instituição de proteção.

A partir dessas considerações, pode-se dizer que Ana encontrou na instituição de abrigo um espaço para reconstruir suas relações de apego. Os dados do caso de Ana indicam que ela conseguiu transpor para a instituição essa reconstrução de forma positiva, pois, mesmo que apresente ambivalências em seus relacionamentos, ela aponta pessoas às quais está vinculada, que caracterizam os seus relacionamentos de apego. Por exemplo, a escolha da monitora Eva como sua cuidadora principal, que é constantemente citada, apesar de não ser apresentada de forma muito intensa em seu relato. Além disso, também cita outros monitores e amigos que construiu no ambiente da instituição, demonstrando que essa transição ecológica, do ambiente familiar para a instituição, foi promotora de benefícios para o seu processo desenvolvimental.

As transições ecológicas são definidas pelas modificações de papéis e ambientes decorrentes das mudanças ocorridas na vida da pessoa. A ida de uma criança para o ambiente institucional exige da mesma o exercício de novos papéis, assim como é exigido do ambiente novas respostas decorrentes do ingresso da criança (Santana & Koller, 2004). As transições ecológicas podem favorecer ou prejudicar o desenvolvimento, dependendo da forma como ocorrem e dos fatores desencadeantes. Assim, no caso de Ana, entende-se que o abrigo pode ser considerado um espaço que foi benéfico para o seu desenvolvimento, por favorecer o estabelecimento de novos

relacionamentos e possibilitar uma estrutura organizada, capaz de inseri-la de uma forma mais positiva na sociedade, no grupo de pares e na escola, em relação às suas experiências anteriores ao abrigo.

Ressalta-se que existem diversos fatores que quando acionados pelo ambiente influenciam a qualidade do cuidado primário (Bronfenbrenner, 1979/1996). Assim, podem-se apontar, como fatores de risco, no caso de Ana, o funcionamento emocional de seus cuidadores antes de ser abrigada, a baixa condição socioeconômica ou estresse econômico e social, o uso parental de drogas e as rupturas nas relações familiares, além de falta de apoio materno. Esses fatores podem ter contribuído para o aumento dos riscos a que estava exposta, levando-a, posteriormente, a ser institucionalizada, já que as condições contextuais de Ana e de seus familiares pareciam caracterizar um grupo em alto risco social. Neste sentido, o desenvolvimento do apego de Ana, numa perspectiva ecológica (Belsky, 1980; Bronfenbrenner, 1977), foi influenciado direta e indiretamente pelos fatores ambientais através do impacto deles sobre seus cuidadores.

Tendo em vista o microssistema familiar de Ana, antes de seu abrigo, pode-se dizer que a instituição de abrigo está lhe oferecendo a oportunidade de desenvolver relações proximais mais abrangentes do que se ela estivesse em sua família de origem. Como a adolescência é marcada pela construção de novas relações sociais, as conexões com outros contextos, além dos abrigos, que a instituição promove, servem como fatores de proteção aos abrigados (Ryan & Adams, 1999). Além disso, há de se considerar que esses fatores servem como contribuintes ao processo de resiliência de Ana, na superação dos efeitos dos riscos aos quais estava exposta antes de ser abrigada. Essa consideração baseia-se no fato de que a resiliência pode ser entendida como o resultado da interação entre aspectos individuais, contexto social, quantidade e qualidade dos acontecimentos no decorrer da vida e dos fatores de proteção encontrados no meio social e familiar (Lindstrom, 2001). Assim, tendo-se em vista as limitações e riscos do ambiente familiar em que Ana estava exposta, a instituição possibilitou-lhe melhores condições para o desenvolvimento de seus potenciais, facilitando as conexões entre os seus microssistemas, na comunidade na qual a instituição está inserida.

3.2 Caso 2

3.2.1 Dados Gerais da Participante

Bruna tem 14 anos, é branca, magra, tem estatura médio-baixa, cabelos longos e castanho-escuro e olhos marrons. A aparência e os traços de Bruna transmitem, num primeiro momento,

uma compostura delicada, sendo que ela se apresenta bastante inibida e contida em sua expressão, falando pouco e necessitando de ser estimulada para expressar suas idéias. Durante as entrevistas, demorava um certo tempo para responder as questões e suas respostas eram breves.

O seu visual parece corresponder à sua idade. Contudo, a forma como se veste remete a uma idade mais avançada, do que a que realmente tem, pela sobriedade que transmite. Parece ser uma menina vaidosa e preocupada com seu aspecto físico. A expressão facial de Bruna é, de uma certa forma, triste e desanimada. Manteve-se cabisbaixa quase todo tempo das entrevistas e não estabelecia um olhar face a face. A sua postura é encolhida e seus ombros são voltados para frente. Ao expressar-se ela não pareceu modular o seu afeto com os fatos que relatava, mostrando-se apática em relação às suas vivências.

Bruna é natural de Porto Alegre. Seus pais vivem juntos e ela é a sexta de onze filhos. Possui cinco irmãos mais novos e cinco mais velhos, sendo que, são cinco meninas e cinco meninos. Dois de seus irmãos menores foram adotados, após serem institucionalizados em abrigo de proteção. Uma irmã, que era um ano mais velha do que Bruna, morreu e o irmão mais novo possui sérios problemas de saúde de origem genética, e, segundo o que Bruna conta, está internado em um hospital geral. Todos os seus irmãos já viveram em abrigos de proteção, mas, atualmente, Bruna é a única que permanece abrigada.

3.2.2 Dados do Prontuário e da Equipe Técnica

Os registros no prontuário de Bruna informam que ela foi abrigada com três anos de idade, junto com seus outros cinco irmãos mais velhos. Os motivos do abrigamento são descritos como vivência de cuidados negligentes e maus tratos pelos pais. A família foi denunciada por vizinhos, os quais presenciavam situações de agressão e exposição das crianças a comportamento promíscuo da mãe.

Pelo que consta em seu prontuário, seu pai é alcoolista, com comportamento violento e negligente com os filhos, apesar de ser ele quem fornecia o sustento para a alimentação da família. A mãe de Bruna é descrita como tendo problemas mentais e ser prostituta. Há o registro no prontuário de que sua mãe levava parceiros para casa, os quais expulsavam o marido, sob ameaça de espancamento, e mantinha relações sexuais na frente dos filhos e, muitas vezes, até do marido, quando esse estava alcoolizado. Quando foi avaliada para reaver a guarda dos filhos, foi visto que ela não conseguia assumir as funções maternas, era incapaz de cuidar da casa e não tinha condições de avaliar a gravidade real de seu estado e dos filhos.

No prontuário está registrado que a mãe de Bruna, que confirmou o apontamento, levava a

filha mais velha consigo quando ia se prostituir. A sua argumentação é que, se deixasse a menina em casa, os homens com os quais mantinha relação poderiam invadir a residência e a estuprar. Mesmo assim, as tentativas de abuso ocorreram contra a filha mais velha na presença dos pais. Os registros apontam que a menina, mais de uma vez, sofreu tentativa de estupro, apesar de ter conseguido fugir dos abusadores. Contudo, não escapou de sofrer agressão física por alguns dos parceiros eventuais da mãe.

Quando os conselheiros tutelares chegaram na casa de Bruna para recolher as crianças, a reação delas, de acordo com o registro do prontuário, foi de felicidade, por saberem que iriam sair dali. Os filhos viviam pelas redondezas da casa, sem cuidados, mendigando e às custas de ajuda de vizinhos. Antes de serem levados para o abrigo, a família já havia recebido advertências do Conselho Tutelar sobre as situações irregulares em que as crianças estavam vivendo, mas não ocorreram modificações na situação caótica da família.

Segundo os dados do prontuário, a reação dos pais à retirada das crianças, num primeiro momento, pareceu ser de conformidade. Foi com o passar dos primeiros meses de abrigamento, que eles começaram a reclamar à instituição a guarda das crianças. As condições para eles reaverem a guarda dos filhos incluíam o tratamento do alcoolismo para o pai, a vinculação da mãe em algum trabalho e busca de tratamento pessoal, assim como procura por apoio de familiares. Contudo, não houve evoluções nesse sentido e eles perderam o Pátrio Poder sobre as crianças e o direito de visitá-las, já que não acompanhavam os procedimentos junto ao abrigo e não compareciam às visitas dos filhos. Além disso, as crianças foram encaminhadas para a adoção.

De acordo com os dados no prontuário de Bruna, ela sempre foi muito vinculada aos irmãos e sofreu muito quando os dois menores foram adotados. Apesar de também estar no programa de adoção, o fato de ser mais velha pode ter dificultado que isso se efetivasse. Há registros de que ela desejava ser adotada e ter uma nova família para crescer e ter uma vida melhor. Bruna é descrita como uma menina meiga, de bom relacionamento, tanto com companheiros de abrigo como com os monitores. Também é mencionada como uma menina carente, passiva, com pouca iniciativa e baixa auto-estima. Na escola, Bruna tem um desempenho descrito como excelente e responsável. Suas notas mantêm-se acima da média e é tida como uma aluna exemplar.

Após os dois irmãos menores serem adotados, Bruna iniciou tratamento psicoterápico, pois, pelo que consta em seu prontuário, a adoção deles deixou-a bastante mobilizada, principalmente, em relação aos seus sentimentos sobre separação e abandono. De acordo com os registros de evolução do tratamento, Bruna vem se beneficiando do mesmo quanto à sua auto-estima e à expressão de seus sentimentos sem tantos receios e inibições. Atualmente, Bruna é a única dos irmãos no abrigo, pois os dois mais velhos, que ainda são menores de idade, evadiram, os dois

menores foram adotados e os outros irmãos pequenos vivem com os pais. Essa situação, segundo registros da evolução do acompanhamento psicológico que faz, lhe deixa bastante triste e com sentimento de abandono.

Nos últimos anos, Bruna reiniciou as visitas à família, sendo que em uma delas, ela não retornou ao abrigo e a assistente social foi buscá-la na casa da família, por ter sido sua saída caracterizada como uma evasão. Na época em que isso ocorreu, Bruna baixou seu rendimento na escola. No momento, Bruna voltou a apresentar bom rendimento, com notas acima da média, e a ter uma conduta bastante responsável nas suas tarefas escolares. Além disso, Bruna, faz aulas de dança e participa do grupo de convívio e discussões dirigidas a adolescentes do abrigo.

3.2.3 Dados e Análise da Entrevista do Apego

Em seguida são expostas e discutidas as verbalizações de Bruna nas duas entrevistas realizadas, através das falas que apresentaram significados relevantes para caracterizar sua representação mental do apego, organizadas nas categorias temáticas propostas.

1. Relação com cuidador principal

Esta categoria refere-se à eleição pelo participante de alguém considerado como a pessoa que a cuidou durante sua infância. Ao responder a esta questão Bruna perguntou se era em relação à família ou ao pessoal do abrigo. Não lhe foi dito a quem se dirigia a pergunta e reforçou-se que era em relação a quem ela considerava que a tinha cuidado quando era pequena. Então ela disse:

“As monitoras.”

Perguntado se tinha alguma em especial, ela respondeu:

“Sim, o tio João, que sempre foi da minha casa.”

A descrição que Bruna fez da relação que tinha com o tio João, quando era pequena, foi:

“Ah, ele nos levava pra passear nos finais de semana, e quando eu tive meningite e fiquei no hospital, ele que me cuidou... ele me cuidava, era amigo. Era como um pai, conversava, se eu precisava ele vinha.”

Ao ser questionada se existe também uma outra pessoa que ela considera que a cuidou quando pequena, falou:

“Sim, a tia Laura, só que ela saiu daqui já. Ela estava até quando eu fiz sete anos, mas eu não vi mais ela. Ela também era amiga e cuidava de mim.”

Quando se perguntou a Bruna a qual dessas duas pessoas, que ela mencionou como seus cuidadores, sentia-se mais próxima, ela respondeu:

“A tia Laura. Porque ela me cuidava.”

Ao ser perguntada sobre porque este sentimento não era o mesmo com o tio João, disse apenas que não sabia.

Apesar de Bruna falar sobre seus cuidadores na infância, pode-se dizer que ela não demonstrou muita abertura, nem muita disposição para caracterizar essas relações. A sua fala foi marcada por uma superficialidade e desinteresse. Segundo Richters e Waters (1991), experiências de apego inseguro são expressas por relatos pouco substanciados, falta de cooperação e pouca reflexão, diferentemente das experiências de apego seguro. Assim, pode-se levantar a hipótese de que Bruna apresenta um modelo de apego inseguro.

De acordo com Levy, Shaver e Blatt (1998), é esperado que indivíduos que possuem uma representação de apego segura aos cuidadores apresentem uma descrição mais positiva e com conceitualizações mais complexas, do que os indivíduos com apego inseguro. Além disso, para esses indivíduos as memórias e as descrições sobre as relações vividas na infância com as figuras de apego são acessadas com facilidade e as situações de estresse na relação são expostas sem desconforto (Collier, 2004). As descrições dos grupos de apego inseguro, em relação a seus cuidadores, são geralmente caracterizadas por poucas atribuições e descrições sucintas (Levy, Shaver & Blatt, 1998).

2. Relacionamento com familiares na infância

Quanto às memórias de Bruna, sobre o relacionamento com seus familiares na infância, principalmente com seus genitores, ela falou poucas palavras.

“Não tenho lembrança disso.”

Questionada novamente sobre o que lembra sobre a relação com os familiares quando ela era pequena, sobre o que era bom e o que não era, disse:

“Eu não lembro, mas a minha mãe falou que uma vez ela estava tomando chimarrão, e eu era muito carinhosa, e aí caiu água quente em mim porque eu queria colo... e ela ficou triste... só isso... e outra vez, quando a minha irmã morreu, foi porque a casa da gente pegou fogo e aí a minha mãe só conseguiu salvar eu e o meu outro irmão, porque a gente vivia atrás dela... acho que a casa pegou fogo porque o gás ficou aberto...”

Bruna não fez mais comentários quando se perguntou seu sentimento sobre essa situação e

sobre o que pensava sobre isso atualmente. Apenas disse que era só isso que sabia e não pensa nada sobre isso. A partir desse seu relato, pode-se pensar que quando Bruna conta sobre eventos em que não tinha condições de avaliar a gravidade e os riscos da situação vivida, mostra-se, de certa forma, preocupada em amenizar o que não pode controlar e denota uma certa responsabilidade sua no desencadeamento dos fatos. Isso é exemplificado pelo episódio em que caiu água quente em Bruna, quando buscava o contato com a mãe, sem que ela tenha atribuído à figura materna a responsabilidade pelo episódio.

Segundo Kobak e Sceery (1988), a benevolência dirigida a cuidadores, que não demonstraram responsividade em momentos oportunos, está relacionada ao padrão de apego preocupado/ansioso. As amenizações ou dificuldades de relatos de episódios ansiogênicos da infância podem ser referentes a uma estratégia que visa a manter o contato com as figuras de apego, já que o estresse ativado pela lembrança desencadeia emoções negativas em relação a essas figuras. Por fim, isso acaba interferindo na capacidade de abertura e na exploração dos relacionamentos sociais. Dessa forma, as estratégias de minimização, além de reprimirem sentimentos, dificultam a habilidade de pensar claramente sobre as experiências vividas (Levy, Shaver & Blatt, 1998).

3. Separações e perdas

Nas entrevistas foram investigadas a ocorrência de perdas de pessoas significativas, assim como as reações desencadeadas frente a essas perdas e, também, em relação às separações vivenciadas.

Sobre a lembrança da primeira vez em que ficou separada dos pais, Bruna relata:

“Eu chorava bastante... foi quando eu vim pra cá, porque eles não tinham condições de me cuidar.”

Em relação ao que percebeu sobre a reação dos pais nessa situação, Bruna disse:

“A minha mãe não reagiu. Eles disseram que depois a gente voltava, mas a gente não voltou. Eu e o Rui pedimos para ir visitar eles, porque a minha mãe ficou sem visitar a gente por mais de um ano, mas eles daqui não deixaram. Eu não sei porque ela ficou sem visitar... acho que é porque nessa época ela teve os dois menores, então ela teve que ficar cuidando deles.”

Questionada sobre o que sentiu em relação a isso, Bruna mencionou:

“... eu achei que eles não gostavam mais de mim, depois que eles pararam de me visitar, ainda mais porque o Rui tinha fugido pra lá. Só tava eu aqui. Mas depois, quando a gente se viu de novo, eu vi que não era isso. Eles gostam de mim... mas não tinham condições... eles falaram que gostavam de mim.”

Quando Bruna foi questionada quanto a alguma experiência de perda de alguém querido na infância, ela disse que não houve nenhuma perda significativa e ao mencionar-se a morte de sua irmã ela não fez nenhum comentário em relação a isso. Por outro lado, nessa mesma questão ela falou:

“Não perdi ninguém, mas foi importante quando o Rui fugiu e aí deixaram ele ficar lá com a minha mãe e agora, os meus irmãos, os que ainda estavam aqui comigo, foram adotados... e ficou só eu aqui, sozinha... mas é melhor pra eles... quando eles foram adotados foi triste... mas é bom que eles vão ter pai e mãe cuidando deles.”

A sua reação à fuga do Rui foi a seguinte:

“Ele não gostava daqui, então que ele vá, né? Não sei... de repente ele fica melhor com a mãe. Por um lado eu fiquei feliz, por ele poder fazer uma coisa que ele quer... ele pediu até pra eu ir junto e eu disse que não... não queria porque eu achava que era melhor não, que aqui eu ia ter um futuro melhor... porque aqui eles preparam melhor... eles dão escola, conseguem cursos... e eu não posso perder essa oportunidade. Agora ele está lá, desempregado, sem estudo... morando com a minha mãe.”

Sobre o que sentiu depois que ele foi embora, Bruna disse:

“Eu me senti sozinha..., e também teve outra vez que eu cheguei a ir pra lá... mas quando eu fiquei em casa eu pensei diferente, eu achei que aqui eu teria um futuro melhor... então... Ele era quem estava comigo desde o início, sempre na minha casa... e eu me sentia bem porque tinha gente da família pra conversar, agora... estou sem nenhum deles... ninguém da família.”

Analisando-se os relatos de Bruna, pode-se deduzir que a percepção que ela tem sobre o que sentem por ela é de insegurança, mostrando-se dependente das atitudes dos outros, dando essa impressão pelo menos em relação aos seus cuidadores primários. Também, pode-se dizer que a experiência da adoção dos irmãos ativou os seus sentimentos de abandono e de não ser querida, deixando-lhe a sensação de falta de controle sobre a situação.

Contudo, ela parece achar recursos para vislumbrar a situação de maneira mais positiva. Além disso, ela considera o abrigo um local que oferece melhores oportunidades do que se estivesse com seus pais, como se pode observar quando fala sobre o seu irmão que fugiu. Essa sua percepção pode ser considerada um fator protetivo para o seu desenvolvimento e uma perspectiva futura de ações diferentes das que experienciou para a sua vida adulta, já que demonstra conscientização dos

problemas e limites que sua família enfrenta.

No caso de Bruna, pode-se observar que as suas reações frente às diversas separações que viveu parecem fazer parte do comportamento descrito no padrão preocupado/ansioso. De acordo com Kobak e Sceery (1988), as relações de apego nesse grupo de adolescentes são marcadas por uma preocupação pessoal constante com as vivências nessas interações, que deixam o indivíduo imerso em atitudes relativas a essas experiências. Assim, observa-se que Bruna tem dificuldade de integrar de uma forma coerente as separações vividas, sem deixar de atribuir a si mesma aspectos negativos na condução desses episódios. Pode-se deduzir a abrangência que essas separações tiveram em sua vida através de seus relatos que são marcados por um sentimento de solidão e abandono.

Os sentimentos de solidão emocional na adolescência estão relacionados à falta generalizada de uma figura de apego, o que é normal ser experienciado em alguns momentos desta fase (Weiss, 1991). Contudo, esses sentimentos também são relacionados a perdas que, conseqüentemente, podem levar a rupturas nas interações sociais. Deste modo, pode-se compreender a importância de que os principais focos no tratamento psicoterápico de Bruna são os seus sentimentos de abandono e os seus sentimentos em relação às separações.

4. Memórias de situação de estresse e reação ativada

As percepções em relação a vivências consideradas como desencadeadoras de estresse foram examinadas amplamente nas entrevistas. Também se investigou as formas de reação a essas situações e os sentimentos desencadeados no momento em que foram vividas, assim como o sentimento atual relacionado a essas experiências.

Assim, em relação à vinda para o abrigo, Bruna conta que tinha três anos de idade e que o motivo de seu abrigamento foi:

“Foi por causa da condição da minha família... não dava pra eles cuidarem da gente. O juizado bateu lá e falaram que aqui eu ia ter o que eu gostava, doce, brinquedo... foram eu e todos os meus irmãos.”

Ao ser questionada sobre como se estabeleceu o abrigamento dela e dos irmãos, ela disse:

“O que tem quase a minha idade ficou desde o início comigo, na mesma casa. Aí, depois vieram os dois menores que foram adotados. Os outros não ficaram comigo na mesma casa... eu gostava que tivesse gente da família na casa. Agora não tem nenhum deles, ninguém da família.”

O que Bruna menciona como motivos que a deixavam chateada quando pequena foi:

“Quando os tios (monitores) brigavam com o Rui (irmão um pouco mais velho que ela)... não queria que brigassem com ele e eu tentava defender... era porque ele não queria fazer as coisas, como limpar a casa, ou quando ele queria fazer coisas que eles não deixavam. Mesmo ele sendo mais velho que eu, eu queria defender.”

Disse que quando isso ocorria, ela ficava triste e chorava. Ao se referir a uma situação específica em que isso ocorreu, ela contou:

“... ele não queria fazer as coisas e queria sair, aí a tia começou a brigar, dizia que ele tinha que fazer as coisas e tinha que obedecer e eu comecei a chorar... não fizeram nada quando viram que eu estava chorando... eu fiquei triste com tudo isso.”

Quando foi pedido que Bruna tentasse lembrar de alguma situação em que ela esteve doente ou machucada quando pequena, ela contou:

“Quando eu estava ainda com a minha mãe, eu quebrei o braço. Foi que o meu irmão me derrubou e aí eu caí no alpendre e me machuquei. Tive que ir pro hospital e disseram que eu tinha quebrado o braço.”

Quem a levou ao hospital, segundo o que conta, foi sua mãe.

Bruna informa que tem várias lembranças, dos momentos em que visitara sua família, de ver seus pais brigando e também de presenciar situações em que seu pai estava alcoolizado. Ela contou que uma vez sua mãe e seus irmãos tiveram que buscar o pai em um bar, porque ele estava muito bêbado, xingando e brigando com todos à sua volta. Atualmente, o pai de Bruna está desempregado e continua bebendo, porém, em menor quantidade, como diz Bruna. Seus pais não estão morando juntos, mas moram em casas no mesmo terreno.

Sobre a repercussão da adoção dos irmãos em sua vida Bruna fala:

“Acho que isso afetou a minha relação com a minha mãe... porque... ah sei lá... não pude fazer nada pelos meus irmãos. Não sei o que eu podia fazer... acho que nada porque não posso fazer o juiz fazer uma coisa que eu quero que seja feita... que eles não fossem adotados. E quando eles foram, eu fiquei triste porque... eu ia me sentir só, sem nenhum irmão aqui comigo, sem ninguém da minha família. Eu até chorei quando eles foram, mas depois passou. A minha mãe não estava aqui quando eles foram. Um dia depois eu até consegui um gatinho. Agora estou criando um gatinho, o pessoal daqui deixou.”

Ainda sobre a repercussão da adoção dos irmãos em sua vida, pode-se observar que ela teve uma sobrecarga emocional com isso. Além de pensar que poderia fazer algo para reverter a situação

da adoção dos irmãos, o que na realidade era inviável, ela atribui à sua inação a abalos na relação com sua mãe, novamente mostrando sentimentos de culpa. Também, em relação aos seus pais e aos motivos de ser abrigada, apesar de Bruna mencionar que eles não tinham condições de cuidar dos filhos, o que demonstra a sua conscientização a respeito da condição familiar, o sentimento que parece ser central é o de abandono, implícito em seu relato.

Os indivíduos que apresentam um modelo de apego preocupado/ansioso demonstram reações emocionais intensas, que podem ser externalizadas ou internalizadas, frente a ameaças de abandono ou rejeição, sendo a concretização ou não dessas ameaças capazes de resultar em comportamentos vigilantes, de maior estresse frente a separações e menor satisfação em relação às figuras de apego (Edelstein & Shaver, 2002). No caso de Bruna, observa-se que a adoção dos irmãos desencadeou algumas dessas reações.

5. Cuidados recebidos na infância

Esta categoria examina o posicionamento do participante em relação aos cuidados que teve quando criança. Sobre a forma como foi cuidada, quando pequena, Bruna mencionou:

“Também não lembro muito, mas acho que isso de eu não lembrar é porque tinham os outros menores... não sei, acho que por causa dos outros irmãos, que eram pequenos, eles tinham que ser mais cuidados... como tinham os outros irmãos menores, a minha mãe tinha que cuidar deles, aí acho que eu ficava de fora.”

Quando se pediu que Bruna explicasse melhor o seu sentimento de ficar de fora, ela apenas disse que:

“... acho que eu ficava de fora... é isso.”

“Como eu tive outros irmãos menores, eles tinham que ser cuidados e aí por eu ser maior, eu ficava de lado... eu não era cuidada por causa dos outros irmãos... é isso.”

Parece que a todo o momento ela tenta achar uma justificativa em si mesma para as razões que levaram os seus cuidadores primários a cuidarem dela do jeito que cuidaram, como, por exemplo, deixar de ser cuidada por ser a mais velha. Talvez isso até possa ser considerada uma reação positiva de Bruna, já que de alguma forma preserva suas figuras parentais.

Contudo, a forma como ela compreende as situações que vivenciou, atribuindo-as a si mesma, as condições dos acontecimentos, remetem a um tipo de internalização com um funcionamento de auto-ataque. Isso é característico dos transtornos depressivos (Sund, 2002), dado que nestes casos o indivíduo direciona os sentimentos agressivos a si mesmo e não às figuras

associadas a isso, em função de seu conflito poder estar relacionado a um medo de perda de amor dessas pessoas ou de abandono.

6. Sentimentos de rejeição vividos na infância

Bruna, quando foi questionada sobre lembranças de ter se sentido deixada de lado quando pequena, disse não ter nenhuma lembrança. Contudo, pode-se observar que na categoria anterior ficou claramente expresso que ela vivenciou momentos em que se sentiu rejeitada ou deixada de lado, em relação aos cuidados que recebeu em sua infância. Essa dificuldade em falar sobre sentimentos de rejeição pode ser entendida como uma estratégia de negação, já que procurando não pensar sobre o assunto, evita enfrentar o que lhe parece ser difícil.

7. Repercussões das vivências da infância

Em relação à influência da maneira como foi cuidada quando pequena, no seu jeito de ser, Bruna pensa que as experiências que viveu na infância influenciaram no seu jeito de ser no presente. Informa como momentos importantes as experiências com as crianças do abrigo, com as quais brincava, e a convivência com os monitores. Não menciona nenhum fato relacionado à família de origem.

Quando se perguntou o porque e no que exatamente essas experiências foram importantes, Bruna não soube dizer os motivos, muito menos citar em que aspectos seus ela observa a influência dessas experiências em sua personalidade, atualmente. Na verdade, nessa investigação ela mostrou-se claramente inibida e receosa de falar sobre suas características. Mesmo quando questionada sobre a qualidade dessas influências, ela não as qualificou nem como boas, nem como ruins, apenas como influenciadoras e importantes para sua vida.

Quanto às suas experiências da infância, Bruna disse:

“Eu vivia solitária, mas tinha pessoas que eu gostava... mas depois elas saem... pessoas que eu me apego e depois me deixam.”

Neste relato observa-se uma certa passividade de Bruna frente às suas relações, nas quais as pessoas que lhe são importantes a deixam, transparecendo a sensação de que ela não pode reverter a situação. Por exemplo, no caso da monitora que citou como a pessoa que a cuidou quando pequena, provavelmente o contato poderia ser mantido se Bruna demonstrasse algum interesse nisso e agisse para que isso ocorresse. Contudo, não houve esta ação.

É válido considerar a fase em que Bruna se encontra, que ainda é marcada pela dependência e comando de adultos, o que pode limitar um pouco suas atitudes. Todavia, o fato mais marcante é a

forma passiva que ela se posiciona, sem nem mesmo insinuar alguma rebeldia em relação a esses afastamentos de pessoas que ela gostava, demonstrando resignação.

8. Relações com pares e com irmãos

As relações de amizade na adolescência têm implicações importantes para a organização do apego, já que fornecem um espaço de elaboração das experiências com as figuras de apego primárias (Furman, Simon, Shaffer & Bouchey, 2002). Além disso, as relações com irmãos também podem ser analisadas sob esse enfoque.

Em relação às amizades, Bruna faz menção a uma menina que considera sua melhor amiga, da seguinte forma:

“É, eu tenho uma amiga... é a Luisa. Ela é legal, mas é um pouco encrenqueira... ela é briguenta com quem ela não gosta. Comigo ela é legal... se precisar ela me ajuda, a gente conversa... agora a gente está fazendo a crisma juntas, então a gente vai junta... eu gosto que a gente conversa, se ajuda uma a outra, quando uma ou outra está triste.”

Ela também falou que possui um amigo que considera importante:

“... não tem mais ninguém que eu possa contar, além da Luisa, mas tem o Pedro, que é um pouco mais velho que eu e eu converso com ele... eu falo sobre o que me acontece, o que eu acho legal, o que eu não acho... o que às vezes eu não gosto e ele escuta o que eu falo. Ele também me conta o que acontece com ele... ele sempre foi lá da minha casinha e a gente é amigo.”

Sobre o relacionamento atual com os irmãos, Bruna diz:

“Eu não vejo quase mais eles... eles já vieram me visitar, mas faz tempo... quando tem passe livre, às vezes eles vêm. A menor é que vem mais, porque vem junto com a minha mãe, quando ela vem.”

No meio desse assunto, Bruna começa a falar sobre outro tema, sem deixar claro o porquê:

“Eu não estou mais sobre o Pátrio Poder da minha mãe, e aí ela nem pode mais brigar pela minha guarda... quando eu sair daqui eu até posso ir pra lá, mas eu acho que eu vou ter a minha própria casa e vou tentar ajudar eles...”

Neste último relato é possível observar que Bruna demonstra um desejo de independização, capacidade de tolerância e determinação em relação ao seu futuro. O estilo de Bruna em relação às suas interações com amigos demonstra que ela se refere a essas relações como proporcionadoras de segurança, quando necessita.

Já em relação aos irmãos, parece que as vivências anteriores não foram integradas de uma forma que Bruna sinta reciprocidade na relação com eles. Apesar de ela ter mencionado uma importância significativa ao seu irmão maior, o fato de ele ter se evadido do abrigo é representado por ela como abandono. Assim, de maneira geral, os desapontamentos e frustrações com os irmãos, que a deixaram sozinha na instituição, desencadearam um recuo na intimidade com eles, incrementado pela não continuidade na relação, que poderia ser mantida por visitas ou outras formas de contato. Como as experiências e as percepções de relações de amizade são capazes de afetar as percepções gerais das relações íntimas (Simon, Bouchey & Furman, 1998), pode-se dizer que a visão positiva que Bruna demonstra ter sobre suas relações de amizade lhe proporciona um fator protetivo para ressignificar suas relações de apego. Ela demonstrou considerar seus amigos como figuras de reciprocidade, mutualidade e apoio.

9. Atitudes pessoais e autopercepção

Foram investigados nas entrevistas a percepção de Bruna sobre si mesma e o modo como ela pensa que os outros percebem o seu jeito de ser. Também foram examinadas as atitudes pessoais frente a problemas e as ações adotadas para os solucionar. Essas considerações são importantes porque fornecem dados acerca da auto-estima e das representações interpessoais. Sobre suas autopercepções, Bruna não demonstrou facilidade de falar sobre si mesma. Já sobre a forma como solucionaria um problema pessoal em sua vida, ela disse:

“Buscaria primeiro desabafar e depois encontrar um modo de resolver esse problema, procuraria uma amiga pra desabafar, como a Luisa e acho que ela tentaria me ajudar, me ajudar a resolver o problema.”

A falta de habilidade em falar de si mesma pode indicar baixa percepção de suas competências, baixa auto-estima e intensa ansiedade frente a críticas (Kobak & Sceery, 1988). Considerando-se os dados já analisados, uma das razões que podem ser atribuídas a essas características, no caso de Bruna, é a forma como absorve as ansiedades e estresses de suas relações de apego, culpando-se pelo que lhe aconteceu e protegendo suas figuras de apego. Assim, observa-se inibições em sua personalidade, dada a intensidade de internalizações negativas efetivadas, que são demonstradas através de expressões de baixa auto-estima e dificuldades em se expor.

10. Relações atuais com figura(s) de apego

Questionada sobre a relação atual com os monitores que citou como as pessoas que a cuidaram quando pequena, Bruna falou:

“Com o tio João não mudou nada e ele continua na minha casa, como antes, mas a tia Laura eu nunca mais vi. Ela já veio visitar a gente... e foi bom.”

Perguntada sobre mais detalhes da relação atual com o monitor, Bruna não apresentou mais comentários, disse apenas que era igual a antes. Ao procurar-se saber se ela gostaria de manter o contato com a monitora mencionada, sua resposta foi de que sabia que a monitora estava em outra zona de abrigos e que se quisesse poderia procurá-la, mas não pensa em fazer isso atualmente.

Sobre a sua relação atual com sua mãe, Bruna disse:

“Mudou bastante de quando eu era pequena... que, ah era péssimo, porque ela ficou distante... então eu também me afastei, né? Eu acho que isso aconteceu porque eles diziam que não tinham condições de me cuidar, então... Hoje não tem muita coisa boa na relação com ela, não porque a gente se vê pouco... é muito distante... sei lá, é diferente de antes, agora, não é mais tão afetiva... quanto era antes.”

Comentou ainda:

“Ah, ela não vem mais aqui... acho que porque ela teve mais filhos... menores que eu e que foram adotados daqui, então ela não tem que vir mais... Agora ela esta tritriste por causa disso.”

Em relação ao contato que tem com os familiares Bruna relata que:

“A minha mãe vem quando tem passe livre... a última vez foi há quatro meses. A gente ficou por aqui e não fizemos nada. Ela trouxe a minha irmã mais nova, que não foi adotada.”

Quando perguntada se visitava a família, respondeu:

“Antes eu ia, mas teve uma vez que eu estava me sentindo sozinha e eu fugi pra casa deles, porque os meus irmãos já tinham sido adotados e o que eu me dava mais, que é o que é um pouco mais velho que eu, tinha fugido e sido desligado do abrigo. Depois o pessoal do abrigo foi me buscar e eu voltei. A minha mãe tinha ficado feliz quando me viu em casa, mas aí... voltei pra cá.”

A partir dessas verbalizações, pode-se observar que Bruna considera que o fato de sua mãe ter outros filhos ser uma razão suficiente para não receber mais a atenção dela. Ou seja, Bruna acredita que a culpa por não ter mais as visitas é sua, por ser mais velha. Além disso tudo, parece não achar possível, porque nem cogita esta idéia, que sua mãe sinta tristeza por não a ver, e sim porque os outros foram adotados. De certa forma, os acontecimentos serviram para confirmar a percepção negativa de si mesma, já que não se sente importante para sua mãe e, provavelmente, não

será adotada, pelo fato de já ser crescida. Quando Bruna justifica a ausência dos pais devido à adoção dos irmãos, ou ainda, quando diz necessitar de menos cuidados do que os irmãos menores, observa-se uma tentativa de não se desconectar completamente da família e de lidar com os sentimentos de não ser querida.

11. Expectativas para parentalidade

As expectativas que Bruna verbalizou sobre a parentalidade, em relação ao tipo de educação e ao tipo de genitora que deseja ser, foram:

“Vou querer ser uma boa mãe, uma mãe que cuida... vou botar na escola, dar o que precisa pra crescer!”

Observa-se nesse relato de Bruna que a sua fala foi sucinta, sendo que não apresentou comentários quando foi questionado o que faria para que as suas intenções em relação à maternidade acontecessem realmente. Collins e Sroufe (1999) apontam que as relações significativas da vida adulta têm influências não só das relações primárias de apego, como também de todas as relações íntimas formadas durante o desenvolvimento. A capacidade de formar relações íntimas, por sua vez, é dada pelo *link* dessas relações através do tempo.

A qualidade e a predição das relações futuras podem ser relacionadas com a percepção individual sobre as relações presentes e passadas, que impulsionam a formação de novos laços. No caso de Bruna, suas expectativas para o futuro sobre a parentalidade sugerem que ela almeja fornecer um modelo diferente de mãe do que teve. Contudo, o pouco empenho na sua verbalização deixa vagas as suas intenções, assim como inviabiliza identificar sinais de como ela valoriza a tarefa da maternidade.

3.2.4 Análise Geral do Caso 2

Os motivos que levaram Bruna e seus irmãos a serem abrigados, negligência e exposição a fatores de risco, demonstram que as suas primeiras experiências de vida foram marcadas por uma precária qualidade de cuidado parental. Os dados sobre as condições contextuais em que a família de Bruna se encontrava, antes de seu abrigamento, remetem a uma situação social de risco, no qual os cuidadores pareciam apresentar um modelo de funcionamento indiferente e até rejeitador às necessidades de cuidado e proteção de seus filhos.

Considerando-se que existem diversos fatores, acionados pelo ambiente, que influenciam a qualidade do cuidado parental (Bronfenbrenner, 1979/1996), vale ressaltar as características que marcaram o ambiente familiar de Bruna, nos seus primeiros anos de vida. O tipo de relação marital

de seus pais era conflituoso, com o domínio do desrespeito tanto interpessoal como pessoal, o que pode ser decorrido, em parte, às desordens psiquiátricas de cada um deles. Além disso, as baixas condições econômicas podem ser consideradas como um dos aspectos negativos que favoreceu a exposição aos fatores de risco social em que as crianças se encontravam ao serem abrigadas. Contudo, pode-se dizer que o funcionamento dos cuidadores parece ter sido crucial para a maior exposição aos fatores de risco, no caso de Bruna.

Como Halpern (1990) argumenta, as estratégias para lidar com a realidade são mais importantes que os percalços do mundo real. Nesse sentido, o registro de que a mãe de Bruna não era capaz de avaliar os riscos e a gravidade da situação em que ela e os filhos estavam, indica que o manejo adotado pelos cuidadores aumentava a exposição aos fatores de risco, e que as estratégias adotadas para lidar com a realidade mostravam-se inadequadas. Isso pode ser observado pelo fato de que os pais não se mostraram capazes de alterar suas formas de cuidado, mesmo com a orientação dos conselheiros tutelares. As conseqüências desse funcionamento emocional e dos eventos de vida negativos para Bruna podem ser relacionados, de acordo com os pressupostos teóricos abordados nesse estudo, diretamente com a estabilidade e com a formação de suas relações de apego. A consideração de que a organização do apego e a caracterização do *working model* da criança em desenvolvimento estão ligados à disponibilidade e à responsividade dos cuidadores perante os eventos negativos, sustenta a idéia anterior (Waters & Cummings, 2000).

Também se pode considerar que Bruna sofreu abusos morais e exposições a situações estressantes, inapropriadas para a sua capacidade de assimilação. Koller (2000) salienta que os fatos violentos podem ser definidos de várias formas, mas existe uma linha de base comum a todos eles que são as ações ou omissões que podem cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno dos seres humanos. Como exemplo disso, tem-se a provável exposição de Bruna aos intercursos sexuais de sua mãe, que podem ser considerados como abuso sexual e psicológico ou moral, pois essa exposição precoce pode ser entendida como um ato hostil e de violação à sua integridade e à capacidade de assimilação psíquica. Caminha (2000) ressalta que os abusos sexuais podem ser considerados como os piores em termos de prejuízos psicológicos e que, geralmente, os adultos autores desses atos abusivos tendem a atitudes negligentes na relação com a criança.

Bucy (1994) ressalta que a incidência dos transtornos de internalização, que se manifestam nas desordens depressivas ou por comportamentos inibidos, entre outros, está associada a um cuidado parental caracterizado por práticas educacionais inconsistentes, com danos à integridade da criança por efetivação de abusos morais ou físicos. Os efeitos disso podem ser observados a longo prazo e apontam para sinais de depressão, ansiedade, baixa auto-estima, desajuste social e comportamento tímido ou retraído (*National Center on Child Abuse and Neglect, 1997*). Alguns

desses efeitos podem ser observados na conduta de Bruna.

Caminha (2000) acrescenta que as características depressivas principais, de que a vítima de abuso exhibe, podem ser a falta de esperança com a vida, falta de prazer social, sexual e profissional, na vida adulta, além de significativas tendências ao comportamento infrator e abuso de drogas na juventude. O padrão de apego preocupado/ansioso em adolescentes é o que mais está relacionado a essas características e está intensamente associado à depressão, principalmente, em meninas (Kobak, 1993). Sintomas depressivos leves podem ser considerados normais na adolescência, especialmente em meninas, mas quando são crônicos podem ter efeitos negativos no desenvolvimento (Rutter, 1987).

A incidência da depressão foi associada significativamente, por Bowlby (1979/2001), em indivíduos que tiveram perdas e separações na infância, relacionadas a uma deterioração familiar geral, como morte de um dos pais ou repetidas perdas significativas. No caso de Bruna, observa-se que as vivências de separações abalaram sua autoconfiança e desencadearam, pelo que se observou no momento deste estudo, sintomas depressivos, tais como inibição de sua expressão, ressentimentos, apatia, receios de abandono e rejeição, falta de motivação nas interações e falta de relatos positivos sobre suas experiências e interações. De acordo com Sund (2002), apesar de na adolescência normal ocorrerem sintomas depressivos, tais condições, se persistentes, podem ter sérios efeitos no desenvolvimento do adolescente. É necessário, nestes casos, a realização de acompanhamento terapêutico para aumentar seus repertórios de comunicação, suas habilidades de expressar e identificar emoções positivas e enfrentar os conflitos relacionados ao abandono e à rejeição. Felizmente, Bruna já está engajada em tratamento psicoterápico e pela descrição de seu prontuário, sobre a evolução da psicoterapia, vem apresentando respostas positivas. Assim, a psicoterapia pode ser compreendida como um fator protetivo no desenvolvimento de Bruna que vem incrementando seus processos de resiliência.

Uma das características que mais chamou atenção no relato de Bruna foi que, durante as duas entrevistas realizadas, o seu afeto pareceu não se modular congruentemente aos temas que eram tratados. Sua interação na entrevista transmitia desânimo e falta de disposição para se expressar. Apesar disso, essas características não impediram que ela fosse cooperativa em dar suas declarações, mesmo sendo a maioria de suas respostas monossilábicas ou vagas. De certa forma, ela parecia recear que pudesse não estar sendo apropriada e bem-quista. Muitas vezes, pessoas que exibem um estilo de apego preocupado/ansioso sentem que os outros estão relutantes em aproximar-se delas, assim como elas desejariam, e, por isso, as suas posturas em suas inter-relações pessoais são manifestadas de forma inibida. Há um sentimento de que as pessoas, com as quais interagem, não gostam realmente delas ou não desejam estar em sua companhia, gerando uma

retração na interação (Zimberoff & Hartman, 2002).

A partir disso e de diversos aspectos observados no relato de Bruna, pode-se dizer que ela apresenta características que apontam a presença de elementos referentes ao estilo de apego preocupado/ansioso. Esse estilo de apego em adolescentes (Kobak & Sceery, 1988), é relacionado aos relatos marcados por ansiedade e pouca abertura em relação aos relacionamentos interpessoais e autopercepção. Além disso, Bruna avalia suas próprias atitudes como negativas, enquanto os outros são vistos como mais auto-suficientes e capazes do que ela mesma. Apesar de ela demonstrar desejos de independização e capacidade de perceber alguns dos aspectos negativos do cuidado recebido por seus pais, ela sempre parece retornar a um sentimento de que possui algum tipo de culpa pelo que lhe acontece, como se pode observar no seu relato sobre os contatos atuais com a mãe.

Em diversas situações relatadas por Bruna, pode-se observar que apresenta uma característica que é considerada típica da adolescência, a onipotência (Inhelder & Piaget, 1976). O fato de ela dizer que sua mãe não estava quando os irmãos foram embora, sugere que ela assumiu, naquele momento, a figura de responsável pelas crianças, tanto que achou que poderia fazer algo para impedir a adoção. A partir dos sentimentos de onipotência, de achar que pode controlar todas as situações, surgem sentimentos de culpa e, por consequência, as reações depressivas. É possível deduzir que ela tinha um elo de intenso afeto com os irmãos e que tenta elaborar essa separação com os recursos que tem à sua disposição, mesmo que seja através do “cuidado do gatinho”, como Bruna diz. De qualquer forma, a maneira como ela relata a experiência, denota que ainda está elaborando a adoção dos irmãos de forma extremamente intensa.

A maneira como Bruna está enfrentando o afastamento de seus irmãos demonstra que ela está emocionalmente afetada por essa vivência, embora esteja sendo acompanhada pela equipe do abrigo, que vem lhe oferecendo recursos e apoio para elaborar essas separações. Foi constatado que a equipe de profissionais apresenta uma preocupação real com o bem-estar de Bruna e está disponibilizando recursos, como o tratamento psicoterápico e o acompanhamento mais incisivo da psicóloga responsável por seu abrigo, nesse momento em que ela enfrenta a reativação de seus sentimentos de abandono e rejeição.

A disponibilidade e o envolvimento dos adultos responsáveis pelo cuidado e proteção dos abrigados é importante para a identificação das necessidades da criança/adolescente em desenvolvimento, caracterizando sua principal rede de apoio e de recursos (Ryan & Adams, 1998). Pode-se dizer que o contexto do microssistema institucional, através dos processos proximais que oferece, produzem e sustentam o desenvolvimento dos abrigados com influências importantes em suas representações de apego, por disponibilizar oportunidades de desenvolver relações proximais

mais abrangentes do que se estivessem em suas famílias de origem.

Os sentimentos de abandono ou de rejeição nas relações de apego podem ser considerados como resultantes de experiências de negligência na infância (Perry, 2004). Em relação ao estilo de apego, a expressão desses sentimentos podem ser observadas num comportamento ambivalente em relação às inter-relações pessoais, característico do padrão preocupado/ansioso. Ao mesmo tempo em que há um desejo de formação de relações íntimas, há um receio de que esses relacionamentos possam ser rompidos ou que eles possam ser rejeitados, gerando uma inibição nas interações sociais. Em compensação, quando as relações já estabelecidas são rompidas ou sofrem algum abalo, as vivências são sentidas de forma intensa, sendo que a expressão desses sentimentos pode ser contida ou negada.

Assim, em muitas características do relato de Bruna pode-se observar que a sua autopercepção é repleta de necessidades e carências não supridas pelas figuras de apego, e que os seus sentimentos negativos em relação aos cuidadores não são dirigidos a eles, mas a si mesma. Isso pode ser observado pelo fato de que ela não relata nenhuma característica negativa referente aos pais, apenas conta que eles não tinham condições de criar os filhos. Além disso, Bruna parece atribuir a si mesma um peso insustentável para os pais, quando diz que por ter irmãos menores, eles necessitavam de mais cuidados do que ela. Dessa forma, pode-se dizer que as suas necessidades de relacionar-se com os outros e de ser cuidada foram frustrantes e insatisfatórias, além de se mostrar angustiada e um pouco confusa em relação aos seus relacionamentos.

Quando foi questionado quem considera que lhe cuidou quando pequena, a reação de Bruna foi de perguntar a quem a pergunta se referia, se à família ou às pessoas do abrigo. De alguma maneira, isso indica que Bruna não tem uma referência certa sobre quem era responsável por ela e também sugere que ela não identifica ninguém em especial como seu cuidador principal. A sua resposta foi relutante, mas ela indicou múltiplos cuidadores – as monitoras(res) – com os quais esteve vinculada no abrigo. Depois ela mencionou um em especial, com quem parece ter desenvolvido um vínculo estável e de recebimento de cuidados, desde sua inserção no abrigo. Apontou o nome de outras pessoas, quando questionada, mas as suas descrições pareceram carentes e sem intensidade afetiva.

Mesmo quando lhe foi perguntado sobre suas relações de amizade, que poderiam ter lhe incitado maior entusiasmo na descrição, já que configuram o cerne da fase em que se encontra, Bruna foi extremamente comedida. Ela disse o nome de alguns amigos especiais, com os quais estabelece trocas e apoio em momentos necessários, como quando está triste, por exemplo. Furman e colaboradores (2002) realizaram um estudo que examinou as conexões dos *working models* de adolescentes com seus estilos de relacionamento com os pais, amigos e nas relações românticas. A

percepção sobre as amizades foi relacionada à percepção do relacionamento com os pais/cuidadores. Por outro lado, as relações entre pares são consideradas como mediadoras entre as relações parentais e românticas. Ou seja, a relação entre amigos na adolescência pode fornecer os principais mecanismos que influenciam nas expectativas para a formação das relações românticas futuras ou vividas na adolescência.

No relato de Bruna, pode-se observar que ela possui uma percepção positiva de suas amizades, sendo que busca nos amigos citados apoio e cumplicidade em momentos em que isso se faz necessário. Em relação às relações românticas não foram obtidos dados de Bruna que subsidiassem uma análise disso, mas através da equipe se chegou a informação de que ela tem um namorado, o que ela confirmou na segunda entrevista, de maneira contida e evasiva. Embora, na faixa etária dos 13 aos 15 anos, aproximadamente, as relações românticas não forneçam ainda um processo de apego, as relações de amizade sim, fornecem uma relação de apego, como a desenvolvida com os cuidadores (Furman e cols., 2002).

Assim, o fato de Bruna não demonstrar cooperação ou entusiasmo em falar sobre o seu namorado pode não ser nada além de uma característica típica das relações românticas do momento em que está. Entretanto, Collins e Sroufe (1999) apontam que a importância dada às relações românticas na adolescência tem relação direta com a história global dos relacionamentos vividos, sendo isso um fator influente na maior ou menor saliência dada a um par romântico nessa fase. Também a forma como Bruna descreveu seus amigos pode demonstrar um pouco mais sobre como são suas interações de apego. Apesar de não falar muito sobre a relação com os amigos citados, ela parece ter boas expectativas em relação a essas amizades e isso pode ser uma forma de reformular as omissões em responsividade e confiança que vivenciou com os cuidadores primários.

Em suma, os aspectos analisados dos dados deste caso apontam a predominância de características referentes a um padrão de apego preocupado/ansioso. Como Kobak e Sceery (1988) apontam, os adolescentes desse padrão geralmente recordam experiências difíceis de uma maneira confusa ou incoerente. E, diferentemente do padrão evitativo/desapegado de apego, não parece haver dificuldades em recordar esses momentos, mas sim em fazer associações que elucidem suas ambivalências em relação aos cuidadores principais e às demais figuras de apego de suas vidas.

3.3 Caso 3

3.3.1 Dados Gerais da Participante

Lina é uma adolescente com 14 anos de idade, branca, magra, com cabelos escuros e

compridos, olhos castanhos e estatura média. Aparenta ser mais velha do que realmente é, por ter suas características físicas bem desenvolvidas e acentuadas pela forma como se veste, que ressalta sua feminilidade. De maneira geral, Lina se mostrou bastante comunicativa, colaborativa, e entusiasmada em participar da pesquisa, chegando até a parecer um pouco prolixa. As suas respostas eram longas e repletas de detalhes sobre suas lembranças e sentimentos das experiências que contou.

É a mais velha de uma família composta por seis filhos. Ela é a única filha de pai diferente dos outros irmãos, que possuem as seguintes idades: Miguel, oito anos; Paula, sete anos; Bruno, quatro anos; Julia, três anos e Marina, dois anos, e mais outra menina, de outro pai, a Joseane, que tem um ano. Todas as crianças foram abrigadas por negligência e por serem exploradas para a prática de mendicância.

O pai biológico de Lina – Mauro – viveu com sua mãe – Joana – por dois anos e, em seguida que Lina completou um ano de idade, sua mãe abandonou o companheiro. Inicialmente, não foi registrada por seu pai, tendo sido realizado seu registro somente após o ingresso no abrigo de proteção. Até então, Lina mencionou, e ainda cita, como seu verdadeiro pai o padrasto – Manoel – que é pai dos seus irmãos, vivendo com sua mãe desde a ruptura com Mauro, pai de Lina. O contato com seu pai biológico é, e sempre foi, escasso. Ela possui uma outra irmã por parte de pai, que tem sete anos, com a qual também tem pouco contato.

3.3.2 Dados do Prontuário e da Equipe Técnica

No prontuário de Lina consta que Manuel e Joana, que eram responsáveis pela guarda dos seis filhos, não possuíam condições de cuidarem das crianças, por serem usuários de drogas e por não terem nenhum tipo de vínculo empregatício. Além disso, consta que eles poderiam estar envolvidos com o tráfico de drogas. O cuidado mínimo para promover o bem-estar e educação do grupo não era fornecido e, após inúmeras intervenções de conselheiros tutelares, que acompanhavam a situação da família, as crianças foram abrigadas, por sofrerem negligência e serem exploradas para prática de mendicância. Os pais não ofereciam atendimento e ambiente familiar adequados, tanto em relação à habitação como à higiene.

Segundo registros do prontuário, a mãe de Lina já cumpriu medida sócio-educativa no abrigo feminino de menores. A relação do casal é descrita como comprometida, sendo que ambos cometem agressões um contra o outro, tanto físicas como verbais. O uso de drogas era realizado na presença das crianças e, após o abrigamento, eles chegavam às visitas com cheiro de “loló”, segundo os registros do prontuário.

Logo após o abrigamento das crianças, os pais foram visitados por uma conselheira. De acordo com as anotações do prontuário de Lina, eles foram encontrados muito abatidos, sendo que Joana chorou e disse sentir falta das crianças. Eles mostraram fotografias das crianças em momentos significativos de suas vidas, como no casamento deles e quando moravam em uma chácara, onde ficaram para reabilitação por aproximadamente dois anos. Consta que Joana citou que o seu maior erro foi ter saído da chácara e ter voltado às drogas. Ambos ficaram abalados ao saber que os filhos não estavam no mesmo abrigo. Atualmente, todos os irmãos estão na mesma casa e não estão autorizados a manterem contato com os pais.

Tendo em vista que os pais de Lina não cumpriram as combinações de visitas estabelecidas com a equipe técnica do abrigo e também não cumpriram as recomendações de tratamento para a drogadição, a possibilidade de visitarem seus filhos foi retirada. O impedimento do contato do casal com as crianças foi amplamente discutido pela equipe técnica do abrigo e pelo juizado, já que era constatada a existência de um vínculo afetivo entre eles e esse afastamento poderia não ser positivo para o desenvolvimento das crianças.

Após isso, dado que os pais deixaram de procurar as crianças, o Ministério Público destituiu seu Pátrio Poder sobre as mesmas. Antes da efetivação dessa medida, os pais foram questionados sobre o tempo em que as crianças estavam abrigadas, sobre o que estavam fazendo para remediar essa situação e como estavam se organizando para reaver as crianças. Eles tomaram esses questionamentos de forma distorcida, sem vislumbrarem como isso poderia acontecer, sem apresentarem autocritica e sem aceitarem as observações quanto às suas condutas e à perspectiva de vida. Joana mencionou que pediria ajuda à sua mãe e Manoel teve uma reação agressiva, contestando as questões e chegando a dizer, quando estava se retirando do recinto, que “mataria aquela velha”, demonstrando não estarem em condições de se responsabilizarem pelos filhos.

Lina, logo que foi abrigada, pedia com frequência para visitar os pais e era acompanhada nas visitas, o que acabou sendo proibido, dado que cometeu inúmeras fugas do abrigo. Antes da proibição de contato com as crianças, os pais foram advertidos de que não deveriam ficar dizendo aos filhos que iriam tirá-los do abrigo, pois isso não iria se concretizar e seus filhos acabariam frustrados pelo não cumprimento das promessas feitas às crianças.

Como eles não seguiram a advertência, quando o grupo de irmãos deu-se conta de que a promessa dos pais não se realizaria, eles tiveram reações de externalização dessa frustração, através de brigas, conflitos com os monitores, discussões e intrigas. Lina, especialmente, reagiu deprimindo-se muito, tendo frequentes crises de choro, com atitudes agressivas e de carência afetiva, chegando a cometer fugas do abrigo e apropriação de objetos que não lhe pertenciam.

Apesar do pai biológico de Lina ter dito, segundo registros do prontuário, que teria interesse

em se responsabilizar pelos cuidados da filha, isso não se efetivou. Primeiramente, porque a menina não demonstrou interesse em manter o contato com o pai, que a visitava com certa regularidade. Nos registros consta que ela o descreveu como uma pessoa violenta, vingativa e maltratante. Além disso, atualmente ele encontra-se desempregado e com manifestações da doença do vírus HIV.

As referências ao seu grupo de irmãos são de que se tratam de crianças inteligentes, bem integradas e com bom vínculo entre eles, além de apresentarem bom rendimento escolar. De maneira geral, são descritos como tendo bom desenvolvimento em todas as áreas. Lina é descrita também como inteligente, estudiosa, tranqüila, colaborativa, com senso crítico aguçado e extremamente responsável pelos irmãos.

No momento, Lina realiza psicoterapia individual, uma vez por semana. Conforme os registros de evolução do tratamento psicoterápico, ela é vista com potencial desenvolvimental alto, apesar de demonstrar dificuldade em confiar nos adultos. Tem sido trabalhado o seu sentimento de responsabilidade em relação aos irmãos, já que ela parece ocupar o lugar deixado pela ausência materna.

3.3.3 Dados e Análise da Entrevista do Apego

A seguir são expostos os dados obtidos nas entrevistas realizadas com Lina. A organização dos mesmos realizou-se através do agrupamento nas categorias propostas neste estudo, com o exame de informações pertinentes ao apego.

1. Relação com cuidador principal

Esta categoria refere-se à eleição pela participante de alguém considerado como a pessoa que a cuidou durante sua infância. A pessoa que Lina considerou como quem a cuidou quando ela era pequena foi o seu padrasto, e ela disse isso da seguinte forma:

“Ué, o Manoel! Que é quem eu chamo de pai mesmo. O outro eu não chamo de nada. Chamo de tu... tu não sei o quê... tu isso... só tu.”

Sobre as razões que a levaram a escolher o padrasto como o seu cuidador, Lina disse que se deve ao fato de ter sido ele quem a cuidou. Perguntada sobre as características de sua relação com Manuel, quando era pequena, Lina, apesar de num primeiro momento não ter compreendido bem a questão, falou:

“Não sei... carinho... e a própria infância... porque morava eu, ele e a minha mãe, mais o Joel e a minha tia... mas também pode ser discussão... porque acontecia muito, porque ele

brigava muito com a minha mãe.”

De certa forma, Lina parecia não ter entendido a pergunta, então foi perguntado como Manoel era com ela, tendo respondido:

“Comigo?... Ele só cuidava de mim. Quando a minha mãe saía, ele cuidava... mas ele saía também. Esperava a minha mãe sair primeiro e saía também. Deixava eu sozinha sozinha em casa, eu e a minha tia. Depois a minha tia saía também... Na verdade, eu não ficava muito com ele, né, porque eles brigavam, se separavam e ficavam um em cada canto... ficavam todo o dia brigando, e eu só ficava chorando... nunca pude ficar muito tempo mesmo com ele... e logo depois, eles começaram a usar muitas drogas, todo mundo começou a ver, denunciaram e eu vim parar aqui.”

Perguntada sobre a razão de porquê, inicialmente, havia usado a palavra carinho para descrever a relação com o Manoel, Lina falou:

“É que desde o meu um ano, foi ele quem ficou a maior parte do tempo comigo. Ele cuidava mais de mim do que a minha mãe, porque depois que a minha mãe conheceu a droga, ela só queria saber da droga. E ele não era tão viciado assim.”

Lina falou sobre o cuidado de Manoel, mencionando que sua mãe queria lhe entregar para uma senhora.

“Ele cuidava de mim porque a minha mãe queria ter me dado pra uma senhora lá... que morava lá perto, agora ela é bem velhinha.”

Ao ser questionada se havia outra pessoa que considera ter lhe cuidado quando pequena, Lina mencionou o seu tio Joel:

“Ele já morreu... o tio Joel. Ele tinha 17 anos e me trocava, trocava a fralda, as meinhas... mas eu era muito pequena... ele também usava drogas,mas ele me deu muito carinho e atenção (falou chorando sobre isso), porque quando eu fiz dois anos, a minha mãe começou a sair e nunca mais ficava em casa... eu ficava sozinha lá... às vezes, batiam lá e ninguém atendia, porque só estava eu... e o meu tio fazia eu dormir e depois saía pra cheirar o loló dele na rua, mas depois ele voltava e cuidava de mim.”

Quando lhe foi perguntado a qual dos dois ela sentia-se mais próxima, se do padrasto ou do tio, Lina respondeu:

“Do tio Joel, porque ele ficava mais tempo comigo em casa. Ele só saía quando ia usar a droga dele. Daí ele me deixava trancada ali, pra eu não sair, né... e ficava ali cheirando o loló

dele, depois ele voltava e ficava brincando comigo, fazendo joguinho... pois é.”

Sobre porque ela não sentia a mesma proximidade com o padrasto, ela disse:

“Ah, porque ele não ficava o tempo todo comigo. Ele ficava mais tempo na rua... por isso.”

Através destes relatos de Lina pode-se chegar a conclusão de que, apesar dela prontamente identificar uma figura de apego como seu cuidador na infância, o seu discurso foi marcado por experiências negativas com essa mesma pessoa e por contradições, já que cita outra pessoa como o verdadeiro cuidador e que esteve com ela muito menos tempo do que o primeiro.

De certa forma, o fato de ela citar o tio falecido como a pessoa que se sentia mais próxima e que lhe dava o melhor cuidado, pode ser em decorrência de idealização dessa figura, pois ela mesma relatou que ele também a deixava sozinha para usar drogas. Além disso, as memórias que diz ser dela própria, podem ser distorcidas, dada a sua idade na época desse convívio com o tio.

2. Relacionamento com familiares na infância

Em relação às memórias de Bruna sobre o relacionamento que tinha com seus familiares na infância, Lina contou que:

“Logo que eu nasci, minha mãe e eu fomos pra outra cidade, que era onde estava o meu pai. Depois a gente voltou pra cá e aí morava eu, a mãe, o Manoel, a irmã menor da minha mãe e o Joel, que também era irmão da minha mãe e depois nasceram os meus irmãos. Foi aí que ela começou a usar droga e mudou completamente. Xingava a gente de tudo quando tava drogada e depois vinha como se não tivesse falado nada.”

Sobre como foi o convívio com a mãe, no período em que Lina deixou o abrigo para ficar com ela, Lina disse:

“Ah, eu não gostei, né... Ela queria que eu fosse buscar droga pra ela toda hora e eu não queria, porque eu tinha medo... agora eu não posso mais ver ela, mas eu vou, quando dá eu digo aqui que vou fazer outra coisa e vejo ela ou o meu padrasto.”

Em relação ao seu pai biológico, Lina conta que uma vez foi passar o Natal com ele, mas acabou pedindo para ir embora porque ele não fez nada do que tinham combinado:

“Quando eu cheguei lá, não estava ninguém que ele disse que ia estar, a minha irmã, a mulher dele e o meu tio. Estava só uns homens que eu não conhecia, mas que sabiam o meu nome. Eu não queria ficar lá com aqueles três homens até de noite

que ia ficar tarde pra eu voltar. Aí eu disse que não adiantava ele ficar brabo que eu ia ligar pra Fundação e pedir pra me buscarem... juntei a minha mochila e fui me embora. Ah, eu não ia ficar lá... eu me senti mal, fiquei com medo. Eu uma menina, no meio desses homens aí... nem é o meu pai, nem conheço ele direito... não, não, não... portanto, eu não quis ficar lá... eu nunca mais saí com ele... esses dias me chamaram no telefone e era ele querendo que eu fosse passar o fim de semana lá e eu não, não, não... o juiz começou a perguntar porque e eu disse dessa história do Natal e que não queria mais saber dos telefonemas dele.”

Questionada sobre essa sua reação, ela disse:

“Ah, sei lá... não gosto dele. Eu senti medo da cara dele e de ficar lá naquele dia... eu pensei que não queria ficar lá porque não conhecia aquelas pessoas e não sabia o que ia me acontecer e eu não sou obrigada a ficar lá e ele ficou furioso, não fez nada, mas ficou muito brabo. Por isso, quando ele me pergunta as coisas eu fico quieta, não quero falar com ele.”

Ela conta que ele e a sua irmã a visitavam no abrigo e que uma vez sua irmã lhe contou que o pai quis colocar fogo na casa. Além disso, a irmã contou que ele é louco e que estava com uma doença. Em relação a isso, Lina falou:

“Eu já sabia da doença, porque a minha mãe tinha dito que ele tem AIDS, e ele disse pra assistente social que era pra eu dar mais atenção pra ele, mas eu agora não quero dar. Ele tinha que ter me contado da doença pra mim primeiro! Eu fiquei sabendo no começo desse ano, eu comecei a chorar quando soube... eu já não tinha intimidade com ele e ele nem chegou e falou pra mim o que estava acontecendo, nem tocou no assunto... porque se ele me contasse, eu não teria sido assim... não teria ficado como eu fiquei com ele, emburrada... podia ter ajudado ele mais, falado com ele... mas eu tava magoando ele mais. Mas agora, eu não sou obrigada a querer ver ele... e eu estou me sentindo um pouco melhor agora, porque na verdade eu nunca quis ver ele, nunca. Quando eu era bebê ele nunca me procurou. Minha mãe ia lá comigo e ele nem se quer queria me ver... porque agora que eu cresci ele quer me ver e que eu vá pra casa dele? Não quero e pronto.”

Sobre o contato com o pai biológico, pode-se observar que Lina reage evitando conflitos, ou não expondo os seus sentimentos. De certa forma, a sua atitude pode ser para proteger-se, já que, realmente, seu pai biológico é uma figura que nunca lhe prestou atenção.

Contudo, Edelstein e Shaver (2002) apontam que, frente a formas de tratamento desencadeadoras de estresse em relacionamentos de apego, a reação em que há a adoção de distância física e emocional ou psicológica, é característica das estratégias regulatórias do padrão de

apego evitativo/desapegado. Esse tipo de estratégia é entendido como uma forma de amenizar as vivências anteriores de rejeição ou punição vividas na relação com a figura evitada. No caso de Lina, essa consideração parece coerente, já que seu pai a abandonou e a deixou sob responsabilidade de sua mãe, mesmo estando a par de que ela não tinha condições suficientes de cuidá-la.

Em relação à figura materna, percebe-se que Lina se incomodava com as inconstâncias da mãe. Levy, Blatt e Shaver (1998) consideram que as descrições carregadas de experiências negativas na infância, relacionadas às figuras parentais, não necessariamente às figuras de apego principal, são características do padrão evitativo/desapegado de apego.

3. Separações e perdas

Os relatos sobre a ocorrência de perdas de pessoas significativas, assim como as reações desencadeadas frente a essas perdas e, também, em relação às separações vivenciadas, são descritos e analisados a seguir.

A lembrança que tem sobre a primeira vez que ficou separada de sua mãe foi:

“Eu era bebezinha e ela saiu e me deixou sozinha com a minha tia que acabou me cuidando. A minha mãe deu um remédio lá pra eu dormir e a minha tia achou que era melhor não me dar porque ela nem tinha consultado o médico. Ela pegou e ficou fora um tempo, sem avisar. Foram alguns dias. A minha tia conta que eu chorava muito porque eu mamava na mãe e a tia teve que me dar o peito dela. Depois elas brigaram e a minha tia disse que não ia me devolver e elas se agarraram no pau... os meus primos mais velhos tiveram que me levar de lá e me levaram pra casa das namoradas deles me cuidarem. Só devolveram eu pra minha mãe quando viram que ela não ia criar confusão.”

Sobre a morte do tio Joel, que ela citou como um de seus cuidadores, Lina relatou:

“Morreu com um tiro, por brincadeira. Um cara e ele estavam brincando com uma arma e ele botou a arma assim na boca, achando que não estava carregada, mas estava. O outro também não sabia que estava carregada, porque eles usavam droga e esqueciam. Ele caiu lá no meio da rua... eu ia fazer três anos, foi antes do meu aniversário.”

Sobre o sentimento que tem sobre essa situação, Lina disse:

“Me lembro que eu chorei muito... a minha mãe saiu correndo e começou a chorar, a gritar... foi bem na frente da gente... depois a gente se mudou de lá, porque a minha mãe não queria mais morar lá por causa disso.”

Sobre a separação dos pais Lina não faz comentário algum, apenas falou:

“Eles separaram logo que eu nasci... aí a minha mãe conheceu o Manoel e teve os outros cinco filhos e agora ela teve mais uma, com outro homem, mas eles não estão mais juntos. A minha mãe voltou a morar com o Manoel.”

Depois desse seu relato perguntou-se à Lina se era ela que lembrava desses fatos ou se haviam lhe contado o que tinha ocorrido e Lina disse que ela própria se lembrava, mas que tinham coisas que sua mãe lhe contara e que ela não gostava nem de falar ou pensar sobre o que sua genitora contou porque eram coisas desagradáveis e tristes.

4. Memórias de situação de estresse e reação ativada

A investigação de vivências consideradas como desencadeantes de estresse, a percepção e as estratégias adotadas por Lina para enfrentar essas situações originaram os relatos descritos a seguir.

Ao perguntar-se a Lina a idade em que ingressou no abrigo, inicialmente, ela disse que foi quando tinha nove anos. Porém, após verificar-se que ela referia-se à última vez que regressara depois de ter fugido do abrigo, ela disse que foi para o abrigo com sete anos. A razão do seu abrigo e dos seus irmãos, é, segundo Lina:

“Porque a minha mãe conheceu o pai dos meus outros irmãos e ele usava drogas... porque do meu pai só tem eu... e ela começou a usar também e eles não cuidavam da gente direito. Então, denunciaram pro juiz e o juiz foi lá e tirou a gente de lá. A gente passou por uns cinco abrigos... antes de vir pra esse aqui. A única que não é abrigada é a filha do meu pai, porque ele trabalha... tem a casa dele.”

Sobre o que a deixava chateada quando pequena, Lina falou:

“Ah, o meu tio ter morrido me deixou mais do que chateada e também quando o pai e a mãe brigavam... ou quando ela batia na gente... quando ela estava drogada e ela batia sem nenhum motivo... como na última vez que eu fugi e ela me mandou buscar droga pra ela e eu não quis ir, aí ela fez isso (mostra uma cicatriz no braço) ela me deu com um pedaço de pau que tinha um prego e rasgou aqui.”

Perguntada sobre qual foi sua reação a essa agressão da mãe, Lina contou que:

“Aí eu fugi de casa, porque fiquei com medo dela, fui pra minha tia... a minha tia começou a brigar com ela, porque ela foi atrás de mim, e dizia que ela não podia cuidar de mim e que ia me levar pro juizado... depois o juiz apareceu lá, sem mais nem menos. Mas não foi ela que denunciou. Acho que foi a minha mãe mesmo. Aí depois eu fugi três vezes daqui do abrigo, mas agora eu não fujo mais porque não quero ficar

longe dos meus irmãos.”

Em relação às fugas do abrigo, Lina também conta:

“Foram quatro vezes, na verdade. Na primeira fui pra casa da minha tia e eu tinha fugido com a menina aqui do lado. Ela ficou bem alegre de me ver, mas um pouco braba de eu ter fugido. Disse que era pra eu ter calma e não fugir mais. Aí, o juiz me buscou e eu voltei pra cá. Na segunda, fui pro mesmo lugar, pra casa dela, só que pedi pra ela me levar pra casa dos meus pais... fiquei com eles mais ou menos uma semana e foram lá me buscar de novo. Voltei pra cá, fiquei o final de semana e quando fui pra escola, fugi da escola. Daí, nessa terceira vez, fui pra casa da minha vó, que a minha mãe tinha me ensinado a ir pra lá. E foram lá me buscar de novo. A última vez eu fugi no verão e fui pra casa da minha mãe e, depois de um ano lá, porque o juiz acabou liberando, ela me mandou de volta pra cá... eu não sei o que foi mesmo, só sei que me buscaram lá.”

Perguntada sobre mais detalhes dessa vez em que ficou um ano com a mãe e sobre a razão dela ter lhe mandado de volta para o abrigo, Lina diz não saber qual foi o motivo e que não pergunta à mãe o porquê. Na verdade, essa informação sobre porque voltou para o abrigo, não é clara, mas Lina acha realmente que foi sua mãe que pediu que a buscassem:

“Não sei o que a minha mãe fez, mas foi ela... só pode... porque ela me bateu e eu voltei... não sei se ela falou que não queria mais eu lá ou se alguém denunciou.”

Em relação às lembranças sobre ter estado doente ou ter se machucado, Lina contou:

“Doente eu não estive, mas uma vez eu fiquei com uma dor aqui no peito... que eu tenho um problema no coração... e a mãe não queria me levar no médico, porque achou que era mentira minha. Aí o Manoel levou... depois ela foi atrás da gente e viu que não era bobagem. Até agora, a tia marcou o médico e viram que eu tenho que fazer um tratamento.”

Perguntada sobre porque sua mãe achou que era mentira o que Lina estava sentindo, disse:

“Foi porque ela estava falando um monte de coisas... que não gostava de mim... e eu comecei a chorar e depois a sentir uma dor no peito e ela continuou falando e achando que era mentira minha e eu tava com a dor no peito toda hora e aí o pai viu que estava chorando de verdade e me levou no médico... eu só tinha dito pra ela que não ia limpar a casa porque não era empregada dela e ela começou a dizer que não gostava de mim, a me xingar... e começou a me dar uma fincada aqui no meio do peito... sempre quando eu brigo com alguém eu sinto isso e tenho que ir pro hospital.”

A lembrança de ter se machucado quando pequena foi:

“Eu tinha saído com o pai e a gente encontrou a mãe e ela estava chapada... ela começou a me abraçar e a gente caiu, eu cai por cima dela e cortei a mão com uma lata que eu estava segurando. Ficou essa cicatriz aqui na mão.”

Perguntada sobre a reação dos pais a essa situação, ela contou que:

“... fiquei em casa chorando, chorando... porque eles não queriam me levar pro hospital, nenhum deles levou... não sei porque... sei lá, acho que porque uma vez os médicos disseram que iam denunciar eles pro juizado, porque dava pra sentir o cheiro de cola neles... a minha tia foi quem cuidou do machucado, ela passou um soro e deixou fechado... mas não fechava nunca a ferida. Aí eu peguei e tirei o curativo e começou a fechar.”

Os sentimentos que teve e a sua reação em relação a essa situação foram:

“Eu fiquei braba, com raiva deles... fiquei uns três dias sem falar com os dois, porque eles podiam ter cuidado e não fizeram... eles só ficavam quietos... só usavam drogas... ficavam me olhando pra mim com uma cara... e depois eu vim pra cá.”

A situação em que disse não ter recebido o cuidado que poderia ter tido dos pais, quando se machucou, ressalta que a forma como foi cuidada quando pequena era desprovida de atitudes responsivas pelos cuidadores e permeada pela negligência. De alguma forma, estes relatos de Lina evidenciam um pouco sobre as origens da sua falta de confiança nos adultos que são responsáveis por seu cuidado.

De maneira geral, as descrições de Lina sobre experiências estressantes na sua infância são marcadas por um sentimento de desprovemento de cuidado e de referências às figuras de apego, principalmente a materna, como pessoas punitivas e com quem ela não podia contar. Shaver e Mikulincer (2002) associam a indivíduos com padrões de apego evitativo/desapegado relatos marcados por ocorrências de falta de responsividade dos cuidadores em momentos de estresse, sendo que Levy, Blatt e Shaver (1998) salientaram que as mães de pessoas com apego evitativo/desapegado são representadas de forma bastante ambivalente.

5. Cuidados recebidos na infância

O relato de Lina sobre a forma como foi cuidada quando pequena e o que pensa sobre isso foi:

“Ah, não me cuidaram, fui mal cuidada... sem darem respeito, nem educação. Acho que eles fizeram isso por causa das

drogas, ué... as drogas atrapalham muito!”

A partir desse comentário de Lina, observa-se que ela busca razões para justificar a forma como foi cuidada, culpando o uso de drogas, por exemplo. O fato de seus cuidadores primários serem usuários de drogas, realmente é um fator que é considerado como contribuinte à exposição de riscos no desenvolvimento infantil (Mirjam, 2002). Contudo, outros aspectos relevantes podem ser considerados para se compreender o desprovimento de cuidados a Lina, antes de ela ser abrigada. Pode-se incluir aí as características pessoais de seus cuidadores e a situação social na qual estavam inseridos.

Pelo que consta no prontuário de Lina, seus cuidadores não tinham nenhum trabalho e, provavelmente, estavam envolvidos com o tráfico de drogas. Além disso, ambos agrediam-se fisicamente e também os filhos, o que é mencionado por Lina. Estes aspectos sugerem que o microsistema familiar de Lina era repleto de fatores de risco aos quais foi exposta em períodos críticos para o seu desenvolvimento.

6. Sentimentos de rejeição vividos na infância

A resposta de Lina sobre se alguma vez se sentiu ameaçada ou não-quista de alguma forma, foi:

“Uma vez quando o Manoel brigou com a mãe, ele não deixou ela entrar em casa e a gente ficou chorando um tempão pra ele deixar e ele não fazia nada... eu fiquei com um pouco de raiva dele, porque ele chegou e botou a minha mãe pra rua, que ficou lá na frente, sentada chorando, e eu também chorava dizendo que queria a minha mãe e ele não fazia nada... depois ele deixou ela entrar... também teve vezes que a minha mãe disse que não queria que eu tivesse nascido, que ia tirar eu da barriga dela e que não gostava de mim... ela também disse uma vez que ia me mandar pro meu pai e que nunca mais queria me ver.”

Lina disse não saber a razão da mãe lhe falar essas coisas, mas também revelou que:

“Acho que ela fez isso pra me magoar... ah, pra deixar eu triste... eu não sei se ela tinha consciência de que estava me magoando, porque ela usava drogas, mas teve vezes que ela falou isso e não estava drogada... mas quando ela usa droga ela fala um montão de coisas que depois quando a gente vai cobrar dela ela diz que não tinha falado, que era mentira...”

Seu sentimento em relação a isso é:

“Ah, sentia raiva, ficava triste...”

A partir destes relatos de Lina, observa-se que seus cuidadores primários consistentemente agiram de forma rejeitadora e sem responsividade às necessidades da menina. De acordo com Harris (1995), o fato de falar sobre experiências de rejeição ligadas às figuras de apego, deve ser observado com muita cautela e atenção, pois o locutor pode falar sobre isso de forma a evidenciar um hábito apenas de obediência, para evitar novas rejeições.

Nestes casos, a pessoa não fala sobre suas necessidades que foram negadas e desconsideradas, ligadas à rejeição, mas apenas sobre coisas concretas da experiência em questão. De certa forma, isso pode ser observado no relato de Lina, pois não ficaram claros quais foram seus sentimentos em relação a essas vivências de rejeição. Apesar de falar sobre as experiências, parece procurar não entrar em contato com seus sentimentos correlatos, para evitar conflitos e fala sobre suas figuras de apego de forma ambivalente.

7. Repercussões das vivências da infância

Sobre a influência de suas vivências e do cuidado que teve na infância no seu jeito de ser atualmente, Lina disse:

“Não têm influencia... não influencia... mas às vezes fico pensando nessas coisas que me aconteceram e aí choro... e às vezes finjo que nunca ouvi. Só que a minha mãe até hoje fica ‘Tu se lembra disso?... Tu se lembra daquilo?’ quando eu falo com ela pelo telefone.”

Questionada sobre o uso de drogas de seus pais, ela relatou:

“Olha, o que foi importante pra mim é que, uma vez uma prima minha queria que eu usasse e eu disse que não ia usar. Ela era mais velha que eu e se eu não fazia o que ela queria ela dava em mim, mas dessa vez não... e uma outra vez, a minha mãe estava cheirando cocaína em casa e ela perguntou se eu queria e eu não quis. Quando o Manoel viu que ela estava me dizendo pra usar ele pegou o prato da cocaína e quebrou no chão e disse que não era nunca mais pra ela fazer isso.”

Perguntada sobre o seu sentimento em relação a essa situação, ela disse:

“Eu achei bom o que ele fez, porque ela estava errada. Ele sempre disse que a gente não pode usar droga, se não vai ficar como eles.”

Lina demonstrou que era contrária ao uso de drogas por seus pais, apresentando conscientização sobre os efeitos prejudiciais causados pelas mesmas. O fato de sua mãe lhe oferecer drogas demonstra o quanto Lina estava exposta a comportamentos inadequados por parte de seus cuidadores. De acordo com Nurco (1999), mães drogaditas apresentam um funcionamento materno

menos adaptado e com menor responsividade às necessidades de suas crianças. Este apontamento tem relação com o funcionamento da mãe de Ana, que em nenhum momento de seus relatos contou sobre algum episódio em que a mãe tenha sido mais protetora.

8. Relações com pares, com irmãos e com namorado

Dada a importância das relações de amizade na adolescência, nesta categoria foram expostas as verbalizações de Lina a respeito de suas amizades. Também se examinou aqui a relação que tem com seus irmãos. No caso de Lina, ela foi a única participante que falou sobre namoro.

Em relação à referência de uma amizade em especial, Lina se mostrou bastante entusiasmada:

“Sim, eu tenho uma melhor amiga que é a Julia. Ela é muito legal e a gente se dá muito bem. Claro que como todas as pessoas ela tem os seus defeitos, mas... não é demais... Eu posso contar com ela pra tudo... a gente sai juntas, vai no shopping... nas festa... a gente vai pra escola juntas... Quando eu estou com algum problema eu falo com ela... acho que ela sabe como me ajudar ou vai tentar me ajudar de algum jeito.”

Sobre namorados, Lina contou:

“Tenho, mas a gente está sempre brigando... porque eu sou muito ciumenta... faz uns três anos que eu namoro, mas quando eu fugi deixei de ver ele, ele não queria que eu fugisse, mas eu não ouvi ele... Depois eu fiquei sabendo que ele ficou com uma guria daqui, aí a gente ficou dois meses brigado. Eu também trai ele nesse tempo, mas agora está tudo bem!”

Lina falou sobre a sua relação com seus irmãos da seguinte forma:

“Eu amo todos eles e cuido deles também, porque eu sou a mais velha... a menor, a que estava no meu colo quando tu chegou, sabe? Pois é, ela está sempre comigo, eu cuido dela sempre. Só o maior que a gente às vezes não se dá muito, porque ele fica querendo pegar as minhas coisas... eu ganhei um tênis Nike pelo dinheiro que eu tenho guardado e ele ganhou um outro lá, de marca diferente e aí ele fica querendo pegar o meu, porque como ele é menor que eu o pé dele serve. Ah, a gente já brigou muito, mas eu gosto dele também.”

Pode-se dizer que a forma como Lina descreve suas relações de amizade e com irmãos denota que ela tem uma representação positiva desses relacionamentos. Mesmo que ela relate inconstâncias na sua relação com o namorado, a fase em que ela se encontra e os percalços vividos durante o período desse relacionamento não demarcam uma caracterização sobre a forma de suas interações. Além disso, relações de amizade e pares românticos na adolescência apresentam, por si

só, aspectos positivos para o desenvolvimento, sendo que as relações românticas nessa fase podem ser marcadas por vários estágios e mudanças, influenciados por fatores externos e internos, enquanto as relações de amizade, quando positivas, têm um caráter marcado pela reciprocidade, interesses comuns e apoio mútuo (Simon, Bouchey & Furman, 1998).

Em consideração à amizade, Lina apresenta uma representação de apego segura em relação à sua melhor amiga, demonstrando habilidades de tolerar aspectos negativos da amiga, equilibrando-os com sentimentos de reciprocidade e complementaridade na relação. Isso também foi observado na sua descrição sobre sua relação com irmãos, sendo que aí ficaram explícitos aspectos ligados à adolescência (conflitos leves entre irmãos) e características da situação familiar de Lina, na qual ela, por ser a mais velha, sente-se a mais responsável pelo bem-estar dos irmãos.

9. Atitudes pessoais e autopercepção

A percepção de si mesma, de suas atitudes e sobre o que pensa a respeito de como as pessoas com as quais interage a percebem, foram analisados nesta categoria.

Quanto ao seu sentimento sobre fazer algo que não pode realizar e sobre não ser permitido ver seus pais quando deseja, Lina contou:

“Ah, depende, eu sinto assim... quando eu tenho vontade de ver, é muito a minha mãe, mas aí eu penso que se eu for lá, quando estou com uma vontade imensa de ver ela, ela vai começar a me prender lá e aí eu vou levar um xingão das tias por culpa dela, aí eu penso e não vou, mas às vezes... é que ela não pode vir aqui, porque os outros não podem ver ela... mas agora estão tentando ver uma forma de eu poder me encontrar com ela, aí é melhor.”

O sentimento que Lina acha que sua mãe tem por ela é:

“Às vezes eu penso que ela não sente nada, porque antes parecia que ela amava a gente assim, um monte, um monte, mas... e ela vinha visitar a gente, tinha parado com as drogas, estava trabalhando... aí passou esse tempo e ela caiu nas drogas de novo. Acho que ela pensou ‘... ah, os meus filhos estão bem, não preciso ficar me preocupando... vou continuar cheirando cola...’, acho que é isso.”

Acredita que a sua melhor amiga a percebe como:

“Nós somos parecidas, mas eu acho que ela me acha mais forte que ela... porque ela é mais quieta que eu, mas aí agente se ajuda...”

Os sentimentos positivos que Lina expressa em relação ao que acha sobre como sua melhor amiga a percebe, sugere que ela tem uma experiência positiva nessa amizade. Parece existir

reciprocidade, identificação de características similares entre as duas e, ao mesmo tempo, reconhecimento de diferenças. Gauze (1996) considera que qualidades na amizade como reciprocidade, reconhecimento e respeito de diferenças, confiança e sentimento de que se pode obter conforto na relação com o amigo, são preditores de ajustamento na adolescência, assim como promotores de um senso de autovalor e confiança pessoal.

Já em relação à percepção que Lina acha que sua mãe tem por ela, nota-se que possui ressentimentos e raiva da figura materna. Por outro lado, o comentário que ela forneceu pareceu ligado aos fatos reais e demonstrou que ela possui capacidade de crítica em relação ao comportamento materno. Contudo, ela não parece conectar os seus sentimentos aos pensamentos que tem sobre o funcionamento materno e sobre a falta de cuidado recebido.

10. Relações atuais com figura(s) de apego

Questionada sobre como é a relação atual com suas figuras de apego, o contato com elas e os sentimentos atuais em relação aos que tinha na infância, Lina falou sobre sua mãe:

“Ah, carinho... amor... porque o amor que eu sinto pela minha mãe eu nunca vou perder, por mais que ela faça burradas e uma ‘cagada’ da vida dela. Mas não... na infância eu gostava muito mais dela... às vezes eu acho que não, às vezes que sim e também, às vezes eu penso se devo deixar ela meio de castigo, sem telefonar, não falar muito com ela, pra ver se ela bota a cabeça no lugar. Mas a saudade é tanta que eu tenho que pegar o telefone, senão bah! E eu ligo quase todos os dias, a cobrar... agora ela voltou a trabalhar.”

Foi perguntado a Lina como são as suas relações com os monitores e se existe algum em especial, com quem ela se sinta mais próxima, e ela falou:

“Eles estão sempre mudando e fica cada um num dia diferente e em horas diferentes. São sempre dois por noite e por dia. Eu não gosto quando fica a tia Mercedes que está sempre me controlando e a gente até discutiu e depois dessa discussão eu nem falo mais com ela... nos dias que ela está só falo com o outro que faz dupla com ela. A briga foi porque ela não deixa nunca eu fazer as coisas que eu quero... sair com o pessoal... ela sempre fica mandando eu fazer coisas... limpar o chão... tudo. E sabe o quê? Eu acho que ela faz isso porque tem ciúmes de mim. Mas tem uns que eu gosto muito e que estão aqui faz tempo. Mas a que eu mais gostava mesmo foi pra outro abrigo... por que sempre muda.”

Questionada sobre mais detalhes do seu atrito com a monitora Mercedes e sobre a razão de achar que a monitora tem ciúmes dela, Lina disse:

“Ah, é que ela pega no meu pé sem motivo... acho que é porque eu já fugi daqui, e porque a minha irmã menor fica sempre comigo... não sei.”

Nestes comentários de Lina, observa-se claramente sua ambivalência em relação à sua mãe e à sua capacidade de perceber que o funcionamento dela era inadequado e desprovido de recursos para aplicar no seu próprio bem-estar e, assim, retomar positivamente a relação com os filhos. Também se constatou aqui, que Lina formou relações importantes dentro da instituição e que é capaz de analisá-las numa perspectiva ampla, mesmo que de forma imatura. Ou seja, ela faz referências a características marcantes das instituições de abrigo, como, por exemplo, a rotatividade de funcionários e as diferenças no trato pessoal dos abrigados. Já em relação à monitora, com a qual disse ter uma relação conflituosa, os seus argumentos pareceram característicos da adolescência, em que as formas de controle dos cuidadores são criticadas e alguns fatos interpretados de maneira extremamente egocêntrica ou onipotente.

11. Expectativas para parentalidade

Esta categoria é referente ao relato de Lina sobre as expectativas em relação a parentalidade, ao tipo de manejos que pretende adotar como genitora e o tipo de mãe que deseja ser. Lina disse:

“Vou dar carinho e deixar fazer o que pode. Nunca vou deixar usar drogas, só se eu estiver morta... vou ser uma boa mãe.”

Lina foi sucinta na sua resposta, mas pode-se constatar que a sua experiência passada de presenciar o uso de drogas por seus cuidadores primários provoca efeitos que repercutem não só no seu jeito atual de ser, como também nas expectativas que tem em relação ao seu futuro e à parentalidade.

3.3.4 Análise Geral do Caso 3

Os dados do caso de Lina fornecem informações suficientes para se deduzir que ela vivenciou e estava exposta a diversas situações de risco, antes de ser abrigada. Além disso, em seu relato pode-se observar que ela sofreu mais de uma situação de violência física e de abusos psicológicos, como o submetimento à prática da mendicância ou busca de drogas para os pais, por exemplo. Os efeitos disso podem estar relacionados a algumas características do seu funcionamento atual, mesmo levando-se em conta que ela está em plena adolescência.

De acordo com os achados de Doyle e Moretti (2000), sobre o apego em adolescentes, o padrão do apego que vítimas de maus-tratos desenvolvem em relação a seus pais, pode contribuir

para o surgimento de sintomas de depressão, ansiedade, condutas anti-sociais e de agressividade, como se pode observar no caso de Lina. Apesar de Lina ser descrita como tendo um bom rendimento escolar, uma atitude responsável e colaborativa, pode-se dizer que alguns de seus atos denotam certa contradição a essas qualificações. Por exemplo, o número de fugas do abrigo, as atitudes agressivas quando é contrariada e algumas características mais depressivas, além do fato de ter se apropriado de objetos que não eram seus, denotam um outro sentido ao seu comportamento. Existem referências em seu prontuário de que a forma como reage, quando tem algum tipo de estresse, é deprimindo-se ou tendo reações agressivas.

Mesmo que essas reações possam ser consideradas típicas da fase em que se encontra, os dados das informações obtidas com a equipe técnica e em seu prontuário, sugerem que Lina apresenta uma certa instabilidade de humor quando está sob pressão. Willemsen e Marcel (1995) assinalam que adolescentes com um modelo de apego inseguro apresentam menor ajustamento social e habilidades para equilibrar suas emoções, assim como menor resiliência quando precisam lidar com estresse.

O registro de que em sua psicoterapia Lina demonstra não ter confiança nos adultos possibilita compreender um pouco sobre a forma como se comporta e se refere às figuras às quais é apegada. Isto pode ser observado no relato sobre a falta de cuidados dos seus pais e também na maneira como fala dos cuidadores citados como principais, que foi marcada por contradições e por diversos relatos de situações extremamente estressantes para o psiquismo de uma criança.

Além disso, as vivências infantis mencionadas por Lina remetem a situações traumáticas, que podem ser consideradas como capazes de danificar a representação de apego segura aos cuidadores. Wang (1997) afirma que a negação de necessidades de cuidados, em momentos necessários, caracteriza a infligência de violência contra a criança, assim como a instauração de um conflito relacional capaz de causar danos à formação de apego. Isso também é relacionado a comportamentos desviantes na adolescência (Sund, 2002). Os sentimentos que restam dessas experiências que têm um potencial traumático em relação às figuras de apego, são de raiva e medo, com o possível rompimento da capacidade de compaixão ou de preservação da relação de apego (Wang, 1997). No caso de Lina, pode-se observar que em mais de uma situação os seus sentimentos remeteram-na à raiva ou ao medo, como ficou evidenciado em várias de suas falas.

De certa forma, a maneira como Lina relata suas relações interpessoais deixam evidentes características relativas aos padrões de apego evitativo/desapegado e preocupado/ansioso. Ao mesmo tempo, observa-se que ela demonstra em diversos momentos sinais integrativos e bem elaborados sobre as suas relações, como em sua fala sobre sua melhor amiga. As considerações de Lina em relação à sua melhor amiga demonstram que, apesar das suas vivências com as figuras de

apego primário parecerem não ter propiciado a formação de uma representação mental de apego seguro, ela encontra em suas relações de amizade uma base de apoio que é relacionada ao padrão de apego seguro/autônomo na adolescência (Furman, 2001).

Essa constatação sobre evidências de que apresenta sinais de apego seguro/autônomo em relação à amizade, indica que Lina está em um processo de reformulação de seus modelos internos de apego, de forma a lhe propiciar maior segurança em seus relacionamentos e a melhorar a sua autopercepção. Isso indica que ela busca relações em que se sinta identificada e valorizada, já que, pelo que parece, encontra na relação de amizade uma oportunidade de usar suas qualidades e ser necessária à outra pessoa de forma equilibrada.

Lyons-Ruth, Yellin, Melnick e Atwood (2003) apontam que a representação de apego que denota um estado hostil às figuras de apego, equivalente ao padrão evitativo/desapegado, é marcada por relatos com descrições de experiências negativas com a figura de apego principal. Nesses relatos o entrevistador, segundo os autores citados anteriormente, percebe que não é possível concluir que existe uma figura a qual o entrevistado sentiu-se positivamente apegado em seu desenvolvimento.

Assim, no relato de Lina, pode-se perceber que ela descreveu sua figura de apego principal em termos mais negativos do que positivos. Além disso, demonstrou completa ambivalência em relação à figura de apego principal ao identificar que o primo/tio Joel era a quem se sentia mais apegada e que morreu quando ela tinha apenas dois anos. Essa escolha de Lina sugere que ela não parece ter uma formulação coerente sobre quem a cuidou, pois apesar de mencionar que o padrasto (identificado como figura de apego principal) a cuidava, ela se sentia mais próxima do primo, com o qual, na verdade, teve pouco contato.

Apesar de Lina ter sido exposta a fatores de risco importantes em momentos delicados do seu crescimento, ela demonstra possuir características pessoais que denotam uma intensa capacidade de resiliência, positiva para o seu desenvolvimento. Um dos aspectos que pode ser citado para exemplificar sua condição é o fato de que durante as entrevistas Lina transpareceu um posicionamento contrário ao uso de drogas, demonstrando conscientização sobre os efeitos prejudiciais causados pelas mesmas. De acordo com Nurco (1999), o uso de drogas pelos pais é um dos principais fatores contribuintes para o engajamento dos filhos na drogadição. Acrescenta-se a isso o fato de que mães drogaditas apresentam um funcionamento materno menos adaptado e com menor responsividade às necessidades de suas crianças.

Apesar dos fatores de risco e dos obstáculos que Lina enfrentou durante seu desenvolvimento, pode-se observar, até este momento, que ela parece estar conseguindo apresentar um processo de resiliência, evitando a formação de um ciclo intergeracional de adições (Bauman

& Levine, 1986). Isso pode ter sido incrementado por ter, de alguma forma, encontrado em seu ambiente e em suas relações proximais condições de enfrentar a sua realidade de forma mais positiva do que sua mãe fez. Os fatores de proteção, presentes no contexto no qual Lina está inserida hoje, parecem ter colaborado nesse processo, na medida em que na instituição lhe foi oferecido um ambiente de maior integração, no que se refere às interações interpessoais, possibilitando-lhe a formação de novos vínculos significativos.

Mesmo que Lina cite a ocorrência de atritos com pessoas do abrigo e de ter em mais de uma ocasião fugido, ela parece ter construído boas relações na instituição. Além disso, o fato de seus irmãos estarem na mesma casa que ela é positivo para o seu desenvolvimento e, pelo que se constatou, ela está bem integrada a eles e assume um papel de proteção e de figura de apego a eles, que parece bem diferente do que aquele que recebeu de sua figura materna. Isto indica um sinal positivo no seu desenvolvimento e capacidades de modificar ou ressignificar os padrões de apego mais invasivos e destrutivos, que teve como exemplo. Assim, pode-se atribuir às relações vividas no abrigo o fornecimento de modelos mais integrados, capazes de ressignificar os fortes e importantes apegos primários que Lina vivenciou e que foram negligentes às suas necessidades.

Richters e Waters (1991) salientam que o apego a pais que apresentam comportamento desviante, no caso de Lina o uso de drogas, não significa problemas para o desenvolvimento quando os comportamentos pró-sociais estão preservados na criança. Ou seja, de alguma forma, o apego mantido aos seus pais não causou um desvio no seu funcionamento capaz de prejudicar por completo o seu sistema de apego. Isto pode ser observado através do seu comportamento de cuidado com os irmãos e pares.

Assim, de maneira geral, a maior parte dos dados apontam que a organização de apego atual de Lina está orientada para um padrão de apego evitativo/desapegado. Contudo, várias de suas características, assim como a consideração dos aspectos da própria adolescência, como transformações nas relações e na auto-imagem, indicam que ela se encontra em um processo de transformação e elaboração das experiências relacionais que viveu e está experienciando. Esta consideração relembra que a organização do apego não é uma representação estática e sem flexibilidade, mas sim um complexo dinâmico, influenciado e incrementado pelas relações que se dão ao longo do desenvolvimento, assim como pelo contexto em que as relações acontecem.

Capítulo IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs uma compreensão sobre adolescentes de instituições de abrigo, que tiveram rupturas em vínculos primários acerca de suas representações de apego. O ponto de partida baseou-se nos aspectos teóricos da TA, na questão da institucionalização e nas características da faixa etária investigada. Os dados obtidos com as participantes proporcionaram uma dimensionalização das informações, tanto teóricas como exploratórias, para a reflexão sobre como, porque e de que forma as experiências de apego primárias influenciam nas inter-relações pessoais, nos processos de socialização, na forma como o indivíduo pensa sobre suas relações interpessoais, tanto atuais como já vividas, e no modo como as relações proximais podem ser benéficas ou adversas para o desenvolvimento da pessoa.

Uma das idéias de Bowlby (1969/1990) é que o comportamento humano tem um objetivo corretivo intrínseco, assim como o apego é direcionado para a manutenção de um estado de segurança. Nesse sentido, um dos aspectos de maior relevância dos resultados deste estudo é o fato de que, mesmo que ocorram experiências traumáticas nas relações primárias de apego e separações precoces com os cuidadores primários, o movimento em busca de contato e proteção a uma ou múltiplas figuras que possam fornecer segurança e a eleição de novas figuras de apego são fenômenos que podem ser observados ao longo do desenvolvimento.

De acordo com Doyle, Moretti, Brendgen e Bukowski (2004), considerações a respeito do apego em adolescentes devem levar em conta a natureza das modificações quanto às primeiras relações de apego e ao desenvolvimento ou não de novos vínculos. Assim, seguindo essas considerações, pode-se observar, através dos dados das participantes deste estudo, que, mesmo que as primeiras experiências de apego tenham sido caracterizadas por falta de responsividade e proteção, vivências de situações abusivas, de exposição a riscos e negligência, e com conseqüências que modificaram seus ambientes ecológicos, essas situações vividas nas primeiras relações de apego não impediram a formação de novos apegos significativos.

A análise das histórias anteriores ao abrigo das participantes e dos registros de seus prontuários forneceu informações que sugerem a existência de um relacionamento com os cuidadores primários que se estabeleceu em um contexto permeado por fatores de risco, que podem ter desfavorecido a representação de um apego primário com uma base segura. Após o abrigo nenhuma delas pode manter um vínculo estável com os familiares devido à falta de compromisso ou às condições dos mesmos para perpetuar estes contatos. Assim, ficou evidenciado que essas

rupturas no contato com as figuras de apego primárias caracterizaram um abandono, já que não houve a manutenção do vínculo e o acompanhamento do desenvolvimento das adolescentes, por parte de seus cuidadores primários.

Dada a transição ecológica das adolescentes de suas casas de origem para os abrigos, pode-se constatar que a instituição foi e continua a ser um espaço para a construção de novos relacionamentos afetivos significativos, com dimensões diferentes daqueles experienciados anteriormente à institucionalização. Apesar de todas participantes apresentarem um significativo número de características correspondentes aos padrões de apego do grupo inseguro, pode-se dizer que estas novas relações não parecem apresentar tantas ameaças à integridade física e psíquica das adolescentes quanto aquelas vividas nas suas primeiras relações. Como Doyle, Moretti, Brendgen e Bukowski (2004) argumentaram, na adolescência observa-se que ocorrem muitas modificações em relação à organização do apego, mas apenas alguns componentes são modificados, enquanto outros permanecem estáveis. Por isso, pode-se supor que o fato de elas apresentarem um número maior de características de apegos inseguros pode estar relacionado às primeiras internalizações de apego feitas a partir da relação com os cuidadores primários.

Duas das participantes, Ana e Lina, apresentaram mais características que sugerem uma representação de apego do padrão evitativo/desapegado. Este padrão de apego em adolescentes está relacionado a pouca confiança, combinada com um sentimento de desengajamento das figuras de apego e está também associado a tipos de comportamentos ligados a problemas de externalização (Short & Brokaw, 1994). Como foi discutido, tanto nos dados de Ana como nos de Lina, observou-se a ocorrência de situações em que elas agiram de forma impulsiva e com agressividade. Contudo, Lina demonstrou mais sinais de que as suas relações atuais lhe fornecem apoio e não são descritas de forma tão hostil ou com experiências tão negativas como a descrição feita em relação aos seus cuidadores primários, demonstrando que consegue estabelecer relacionamentos mais ego-resilientes, ou seja, usa suas habilidades pessoais a seu favor, flexivelmente e persistentemente, frente a mudanças (Zimberoff & Hartman, 2002). Além disso, ela demonstrou estar apresentando processos de resiliência em relação à drogadição, evitando a formação de um ciclo intergeracional de adições, dado que seus pais eram usuários de drogas e não a protegiam para evitar que ela se tornasse uma usuária também.

Já Ana, que está no início da adolescência, apresentou constantemente em seus relatos aspectos hostis e de falta de confiança a respeito de suas interações, o que demonstra que ela pode necessitar de ajuda especializada para que sua ansiedade nas inter-relações pessoais não desencadeie maiores problemas para sua saúde mental. Também se constatou que Ana tinha estratégias defensivas, caracterizadas pela dissociação e negação, que são relacionadas aos casos em

que a confiança básica no cuidado recebido e na responsividade dos cuidadores foi prejudicada (Cortina & Marrone, 2003). O processo dissociativo, observado no caso de Ana, pode estar ligado às experiências traumáticas com relação às suas inter-relações nos seus primeiros anos de vida, que, por sua vez, resultaram em um efeito negativo na ativação de suas memórias, na capacidade de desenvolver um pensamento conectado às emoções sentidas, assim como no senso de si mesmo e na compreensão de relacionamentos interpessoais. Quando graves, esses efeitos podem levar a processos dissociativos mais sérios do que o caso de Ana e a um funcionamento psicótico, relacionado ao padrão de apego desorganizado/desorientado.

Os dados analisados do caso de Bruna indicaram que ela tem muitas características relativas ao padrão de apego preocupado/ansioso. Pode-se observar que ela apresenta receios de estabelecer novos relacionamentos, ansiedades de separação e abandono, assim como uma auto-imagem negativa, indicando baixa auto-estima. Como foi constatado em seu prontuário e nos dados obtidos nas entrevistas, ela apresenta características depressivas importantes, que podem estar ligadas às suas vivências de apego primárias, como também associadas à saída de seus irmãos do abrigo, reativando e incrementando seus sentimentos de abandono e rejeição. Felizmente, Bruna está sendo acompanhada pela equipe do abrigo, que está a par de sua situação, e realizando psicoterapia e os resultados disso apontam para melhoras, segundo os registros de seu prontuário. De qualquer forma, o caso de Bruna ilustra o quanto essa adolescente é vulnerável e está sob a influência de experiências passadas de exposição a riscos que a deixa num limite para a incidência ou não de problemas afetivos. Rosenstein e Horowitz (1996) salientam que o padrão preocupado/ansioso é relacionado a maior tendência à ansiedade, à distímia ou a depressão, sendo que estes quadros são agravados ou atenuados, dependendo da presença de fatores de risco ou de proteção do ambiente do qual fazem parte.

Apesar de ser sabido que as relações de apego precoces dão início ao *working model* da criança em desenvolvimento, através do qual ela selecionará e interpretará experiências subsequentes, existem outros fatores que influenciam diretamente nesse desenvolvimento (Richters & Waters, 1991). Nisso incluem-se mudanças na disponibilidade e sensibilidade dos cuidadores, modificações contextuais, entre outros fatores. Estas modificações colocam a criança em uma situação de nova aprendizagem, que, por sua vez, desencadeiam outras orientações pessoais e novos *insights*. Assim, como Sroufe (1997) aponta, embora exista um amplo espaço para a continuidade dos padrões internalizados precocemente, há sempre uma ampla oportunidade para a mudança também na trajetória da socialização e das relações de apego.

O evento da institucionalização é uma transição ecológica que tem importantes influências no processo desenvolvimental dos abrigados (Santana & Koller, 2004). A medida de

institucionalização gera opiniões divergentes em relação a vários aspectos ligados ao desenvolvimento dos abrigados, principalmente, em relação às interações pessoais. De acordo com Weber e Kossobudzki (1996), a institucionalização é um protótipo dos resultados danosos da ausência de vinculações afetivas estáveis e constantes. A aprendizagem que decorre da institucionalização é considerada, pelos mesmos autores, como produtora de um sentimento individual de não pertencimento ao seu meio e de supressão da capacidade de iniciativa e de criatividade, levando o abrigado a uma situação de vulnerabilidade, com dificuldade para conseguir estabelecer confiança em si mesmo e nos outros. No entanto, essa situação pode ser analisada sob outro enfoque, ao levar-se em consideração que o abrigo pode estar oferecendo melhores condições de desenvolvimento para as adolescentes do que se elas permanecessem nos seus lares de origem.

Assim, o que dizer sobre o tipo de autoconfiança e vinculações que o abrigado desenvolveria se ficasse sob a custódia de familiares abusivos ou negligentes? Howes (1999) destacou que crianças abusadas ou negligenciadas em suas infâncias são mais propensas a desenvolverem relacionamentos de apego inseguro a seus pais ou cuidadores primários. Em contrapartida, Howes e Segal (1993) observaram que crianças que são retiradas de seus lares, por motivos de abuso ou negligência e colocadas em abrigos públicos que oferecem qualidade no cuidado, apresentam o desenvolvimento de relações seguras de apego a cuidadores substitutos já nos primeiros meses de abrigamento. No caso em que as crianças abusadas ou negligenciadas passam um período maior nos abrigos, o apego medido por *Attachment Q-sort* é mais seguro do que aquelas que ficaram um curto período abrigadas e voltaram para seus lares de origem.

O que se observou, através da análise dos dados desta pesquisa, é que a transição das adolescentes para a instituição pode ser considerada uma medida que contribuiu para o desenvolvimento das garotas, apesar de ser relacionada a efeitos adversos à individualidade, em função do ambiente não ser o ideal para quem já vivenciou problemas nas relações de vínculo. Geralmente, os motivos que levam à institucionalização por si só têm um efeito traumático no desenvolvimento, por estarem relacionados ao abandono, a abusos físicos ou psicológicos e à exposição a fatores de risco, mas o reconhecimento disso pela instituição vem a caracterizar um fator protetivo para o abrigado.

O fato das instituições de abrigo oferecerem um ambiente mais organizado e melhor relacionado com os demais sistemas ecológicos ligados às crianças e adolescentes institucionalizados, promovendo novas relações proximais, funciona como um fator de proteção, que possibilita um incremento no desenvolvimento global do abrigado. Neste sentido, cabe fazer menção de que tanto o desenvolvimento quanto a saúde individuais resultam de um processo de interação contínua entre a pessoa e o seu contexto (Araújo & Koller, 2004). Isto não implica uma

ênfase nas características da pessoa, nem uma supervalorização dos aspectos ambientais no desenvolvimento e na saúde, mas de uma interação entre esses fatores. Assim, interligados aos aspectos das instituições de abrigo, no caso das participantes deste estudo, estão os recursos pessoais e a força de ego, que podem ter contribuído para a otimização de suas competências e para sua adaptação.

Também foi observado, através dos relatos, o estabelecimento de novas relações afetivas entre pares, sendo que as adolescentes investigadas se referiram às suas amigas como fonte de apoio e de identificação, demonstrando que as habilidades sociais da fase da adolescência vêm sendo ampliadas, como é esperado. Tomazoni e Vieira (2004) observaram que as relações entre pares, em instituições de abrigo, estabelecem-se de forma semelhante às relações de apego primárias, em que há uma busca por conforto e segurança na interação, entre as crianças mais novas e as mais velhas e de cumplicidade e reciprocidade entre os que são maiores e de idades próximas. Além disso, nas relações de afeto e de cuidado, os papéis desempenhados pelos irmãos mais velhos, ou pelos pares, fazem com que eles passem a ser uma figura de apego para as crianças menores (Tomazoni & Vieira, 2004), o que foi observado nos casos deste estudo.

Martins e Szymanski (2004) apontam que interações entre pares, em instituições, oportunizam trocas sociais que favorecem o desenvolvimento sócio-emocional, significando vínculos essenciais entre seres em crescimento que buscam sua inserção na sociedade. Além disso, por terem o potencial de representarem relações de apego, através do cuidado mútuo e de reciprocidade, essas interações assumem um significado importante para o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo dos abrigados.

Portanto, as relações entre pares devem ser estimuladas no contexto institucional, na medida em que colaboram nos processos de adaptação, incrementando a resiliência. Acrescenta-se a isso as considerações de que as relações entre pares e a preservação de grupos de irmãos institucionalizados, como foi observado nos casos deste estudo, oportunizam relacionamentos que promovem um contexto de aprendizagem de reciprocidade, mesmo que as interações ocorram entre idades e maturidades diversas, pois as crianças ou adolescentes maiores podem guiar o comportamento e as ações dos menores. Essas interações de responsividade entre pares e irmãos servem de recursos para o desenvolvimento da empatia, o que, por sua vez, pode facilitar na construção de relacionamentos mais simétricos em fases mais avançadas do ciclo vital (Colins & Sroufe, 1999).

Foi observado que todas as participantes desta pesquisa estavam engajadas em atividades oferecidas nos abrigos, como grupos de adolescentes, festas organizadas pela instituição, aulas de ginástica ou dança, além de freqüentarem a escola regularmente. A abrangência dos

relacionamentos oferecidos pelo microsistema da instituição ultrapassa o seu contexto, proporcionando ao abrigado a formação de vínculos com outras instituições de sua comunidade, assim como uma visão mais ampla da cultura em que está inserido. Dessa maneira, todos esses recursos disponibilizados pela instituição às crianças e aos adolescentes abrigados, funcionam como fatores de proteção que incrementam seus processos de resiliência, favorecendo o desenvolvimento social e psicológico. Mesmo que as adolescentes apresentem resquícios das adversidades que vivenciaram precocemente, os fatores protetivos disponibilizados pelos abrigos, reforçam as características individuais para a ativação de processos de superação e enfrentamento de situações estressantes e/ou traumáticas, através da construção de novas oportunidades que promovem ou beneficiam o estabelecimento e manutenção da auto-estima, da auto-eficácia e de relações de apego. Dessa forma, o estabelecimento de relações microsociais positivas e as possibilidades de atividades construtivas no micro e mesossistema da instituição atuam na promoção de saúde e resiliência.

Pelo que se constatou sobre as percepções das participantes, a instituição tem um significado positivo em suas vidas, por lhes fornecer segurança, caracterizar uma rede de apoio ampla e promover relacionamentos entre pares, além de tentar preservar as relações familiares, tanto com os pais como com irmãos. Nos casos em que os contatos com os familiares estavam impedidos, observou-se que esta medida judicial foi realizada com uma preocupação no que tange ao bem-estar das adolescentes, visto que o contato com os familiares poderia oferecer riscos a elas. Adequada ou não, essa medida reforça que, em se tratando de crianças ou adolescentes abrigados, embora caiba aos juizados da infância e juventude a decisão sobre as medidas adotadas, é de fundamental importância o acompanhamento dessas pessoas pela equipe, de forma que as práticas adotadas na instituição sejam adequadas.

Neste estudo foi observado que todas as participantes indicaram os monitores como cuidadores importantes na sua infância, evidenciando que novas relações de apego foram construídas no ambiente institucional. Neste sentido, a qualidade da assistência fornecida ao abrigado depende diretamente da qualificação da equipe técnica de profissionais dos abrigos, pois são eles que representarão o microsistema dos abrigados. A vivência institucional e as relações estabelecidas nesse ambiente influenciarão o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, bem como a construção da identidade e dos projetos futuros dos abrigados (Yunes, Miranda & Cuello, 2004). A resiliência individual é o produto final da combinação e acúmulo dos fatores de proteção (Yunes & Szymanski, 2001), sendo que as desvantagens e estresse acumulados requerem mais fatores protetivos para contrabalançar os aspectos negativos e aumentar os resultados positivos no desenvolvimento das jovens entrevistadas.

Ao se falar de crianças ou de adolescentes institucionalizados, constata-se que a ocorrência

de um abandono ou medida de proteção com o envio ao abrigo, acarreta uma privação da vida em família, que deve ser considerada pelos que trabalham com os abrigados, no sentido de garantir as condições necessárias para o seu desenvolvimento e a formação de relações de apego substitutas. De acordo com Tomazoni e Vieira (2004), uma relação de apego segura reduz os efeitos das adversidades e auxilia na resiliência. Assim, o abrigado deve encontrar na instituição possibilidades de estabelecer relações duradouras e mútuas, que desencadeiem a reformulação de suas interações de apego primárias, dando base para que a criança ou o adolescente possa usar positivamente sua rede de apoio social (Tomazoni & Vieira, 2004). Quando abrigados encontram em seus novos lares cuidadores que respondem de forma sensível às suas necessidades, eles se tornam aptos a reorganizarem suas representações de apego e de construir relacionamentos novos baseados na suas experiências com seus novos cuidadores (Howes, 1999).

Dessa forma, na instituição também podem se estabelecer relações proximais positivas, através das relações face-a-face entre monitores e abrigados, assim como entre os pares. Nesse sentido, os processos proximais se tornam os principais motivadores do desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998), envolvendo interações progressivamente mais complexas. Destaca-se que essas estruturas interpessoais devem ser alicerçadas sobre três características de interação: a reciprocidade, o equilíbrio de poder e a relação afetiva (Bronfenbrenner, 1979/1996). Na medida em que essas características estiverem presentes nas relações estabelecidas no contexto institucional com a presença de sentimentos positivos entre as pessoas, haverá o favorecimento de processos ativadores do desenvolvimento psicológico saudável e adaptativo, com a presença de processos de resiliência.

Tendo em vista que a capacidade de adaptação do indivíduo frente aos traumas e adversidades está relacionada a características pessoais e ambientais, assim como também é construída através das relações que restabelecem vínculos afetivos e de confiança (Junqueira & Deslandes, 2003), torna-se importante discutir o papel dos adultos que acompanham os abrigados dentro da instituição. Mesmo que as relações de apego se desenvolvam também em relação a figuras que não fornecem um modelo de apego seguro, cabe reforçar o valor indiscutível destes adultos no desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados. Assim, é imprescindível que esses profissionais busquem promover interações que visem ao bem incondicional da criança ou do adolescente institucionalizado (Bronfenbrenner, 1991). Ou seja, é necessária uma capacidade para estabelecer relações de apego mútuo com comprometimento para estar disponível e envolvido com o abrigado, numa relação de confiança e comunicação aberta.

Assim, se a resiliência pode ser desenvolvida através de relações de confiança e de apoio, o foco de atenção desloca-se para o cuidar, isto é, para a necessidade de que crianças e adolescentes

sejam cuidados e acreditados como sujeitos em desenvolvimento. Para Junqueira e Deslandes (2003) as ações institucionais somente serão propiciadoras de resiliência se forem efetivadas através de um vínculo com a criança e o adolescente, por meio de ações personalizadas nas quais as interações se estabeleçam como vínculo de confiança, respeito e apoio, oferecendo um espaço de acolhida e de escuta.

Em se tratando de adolescentes, o sistema de apego nessa fase do desenvolvimento está relacionado diretamente com seu ambiente psico-social, ganhos cognitivos e transformações relacionais, que têm o potencial de modificar o estado mental com respeito às relações de apego passadas e à sua autonomia emocional (Allen, McElhaney, Kuperminc & Jodd, 2004). Dessa forma, os cuidados oferecidos aos adolescentes regulam sua afetividade, no sentido de minimizar situações de estresse e maximizar sentimentos de segurança, através do provimento de um ambiente em que possam explorar suas relações pessoais, desenvolvendo sua autonomia sem esbarrar com formas rígidas de controle ou desrespeitosas à sua individualidade.

As características da configuração das interações entre adultos e abrigados, nas instituições de abrigo, remetem ao fato de que existe uma rotatividade alta em relação a esses adultos, o que pode ser entendido como um fator negativo para se manter uma constância nas relações adultos/adolescentes. No entanto, dado que na adolescência há uma eleição de novos modelos identificatórios que servem para o adolescente guiar suas expectativas para a vida adulta (Steinberg, 1989), esse fato pode ser percebido como um fator positivo para o desenvolvimento, já que as figuras de apego primárias passam por um processo de desidealização. O adolescente recorre a membros de seu ambiente que fazem parte de seu microsistema e mesossistema para formar uma auto-imagem do que gostaria de ser, a partir de processos identificatórios. Tendo-se em vista que o fenômeno da rotatividade nas instituições de abrigo é algo difícil de ser controlado, vale usar esse fato como um recurso a mais do ambiente institucional por favorecer um maior número de pessoas com quem o adolescente pode se identificar e relacionar.

As pesquisas atuais que abordam as características das representações dos modelos internos de apego em adolescentes têm sido realizadas, em sua maioria, através do exame das relações do indivíduo com seus cuidadores durante a infância e os efeitos dessas experiências em seu funcionamento atual. O apego em adolescentes vem sendo examinado nas relações de amizade, na formação de relações românticas e na interação com pais e/ou cuidadores, assim como na investigação de sua função nos processos de formação da identidade, na autopercepção e no desenvolvimento de patologias (Allen, McElhaney, Kupernic & Jodd, 2004). No entanto, ainda são poucos os estudos que enfocam mais especificamente a reformulação dos padrões de apego, principalmente, na adolescência, já que essa é uma fase propícia a modificações nas representações

primárias de apego, tendo em vista as novas aquisições cognitivas e psico-sociais desse período. Dessa forma, é necessário o desenvolvimento de pesquisas que busquem um aprimoramento metodológico para este tipo de investigação.

Sendo assim, cabe fazer menção à validade do instrumento utilizado neste estudo. Seguindo a linha das pesquisas atuais, este estudo da representação do apego em adolescentes, foi realizado através de entrevistas – método de *self report* – sobre as relações precoces dos adolescentes e suas interações atuais, com as figuras de apego. Esta entrevista semidiretiva, que foi elaborada a partir de questões adaptadas de instrumentos contemporâneos de medida e avaliação de aspectos ligados ao apego, possibilitou o exame das percepções das participantes sobre suas relações com os cuidadores principais na infância, a relação atual com essa mesma figura, vivências de separações ou perdas, qualidades atribuídas às relações com as figuras de apego e percepção das experiências da infância sobre sua personalidade na atualidade, entre outros aspectos.

Destaca-se ainda que além das entrevistas com as adolescentes, foram coletados dados junto aos prontuários das participantes e através dos técnicos das instituições, que colaboraram com novas informações. Essa diversidade de fontes de dados possibilitou um significativo entrecruzamento de informações e uma maior compreensão dos casos, incluindo aspectos de seus contextos e de suas histórias pessoais. Como Yin (1994) aponta, o uso de múltiplas fontes de informação possibilita que a investigação ocorra em várias frentes, dando maior apuro às descobertas e às corroborações finais. Também, a utilização da metodologia de estudos de caso múltiplos, neste trabalho, permitiu, como sugerido por Yin (1994), a utilização de diversas fontes de informação para a compreensão da representação do apego das adolescentes investigadas, possibilitando uma apreciação abrangente de diversas unidades de análise, como o contexto institucional e vivências de situação de risco, por exemplo.

Além disso, os estudos de casos múltiplos propiciaram a análise do contexto ecológico dos participantes, dentro de uma perspectiva ecológica do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1979/1996). Nesse sentido, essa foi uma estratégia metodológica que possibilitou a investigação do tema desta pesquisa dentro de seu contexto real. Assim, a análise dos dados seguiu a proposta do modelo bioecológico de Bronfenbrenner (Bronfenbrenner, 2004; Bronfenbrenner & Ceci, 1994), que sugere que o desenvolvimento humano ocorre num processo entre a pessoa, o contexto e o tempo em que está inserida. De acordo com essa teoria, o modelo bioecológico se constitui em um referencial teórico-metodológico apropriado para a realização de pesquisas sobre o desenvolvimento-no-contexto (Cecconello & Koller, 2003).

Seguindo as considerações citadas anteriormente, a realização deste estudo ocorreu sob uma perspectiva que buscou compreender a representação do apego das adolescentes participantes, não

só através de suas histórias e dados coletados nas entrevistas como também a partir da inserção da pesquisadora no ambiente dos abrigos. Assim, a aproximação às participantes realizou-se paulatinamente, através de visitas aos abrigos, anteriores ao seu aceite de participação na pesquisa, permitindo a observação e o contato com a equipe de profissionais para coleta de informações, assim como um maior entendimento da dinâmica de funcionamento dos locais investigados.

Através dos estudos de caso, pode-se observar as características atribuídas aos padrões de apego predominantes em cada adolescente participante, ou seja, preocupado/ansioso (Bruna) e evitativo/desapegado (Ana e Lina). Embora esses padrões tenham se apresentado de forma predominante em cada um dos casos, ressalta-se que não determinam uma classificação rígida das adolescentes, tendo-se em vista que outras características, ligadas a outros padrões de apego, foram observadas em uma mesma adolescente. Acrescenta-se a isso o fato de elas serem adolescentes institucionalizadas e estarem em um período de transição para a idade adulta, caracterizado por transformações na auto-imagem e nas interações pessoais, com possibilidade de modificações nos padrões de apego predominantes.

A identificação de características da representação do apego em adolescentes, através da metodologia utilizada neste estudo, sugere a viabilidade do uso de entrevistas para avaliação da representação mental do apego na adolescência, permitindo uma compreensão sobre as características apresentadas, que neste estudo foram relacionadas com os vínculos afetivos estabelecidos pelas participantes ao longo de seu desenvolvimento, tanto nas suas famílias como na instituição. Além disso, a avaliação de características da representação mental do apego pode contribuir para o entendimento dos processos de resiliência na reintegração de experiências disruptivas anteriores, relacionadas às interações com as figuras de apego primária, assim como nas novas interações. Esta compreensão possibilita um planejamento mais adequado de intervenções junto a adolescentes, no sentido de incrementar ações que os tornem mais resilientes frente aos desafios presentes em suas vidas, assim como o desenvolvimento de programas de prevenção e orientação aos profissionais que lidam com essa população. Destaca-se, de forma mais específica, a importância deste tipo de contribuição para adolescentes em situação de risco, especialmente para aqueles que vivem em instituições de abrigo, tendo-se em vista as peculiaridades que experienciam em seus desenvolvimentos.

REFERÊNCIAS

- Ainsworth, M. (1963). The development of infant-mother interaction among Ganda. Em B. M. Foss, *Determinants of infant behavior* (pp. 67-104). New York: Wiley.
- Ainsworth, M. (1967). *Infancy in Uganda: Infant care and the growth of love*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Ainsworth, M. (1969). Object relations, dependency and attachment: A theoretical review of the infant-mother relationship. *Child Development*, 40, 969-1025.
- Ainsworth, M. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Hillsdale: Erlbaum.
- Ainsworth, M. (1985). Attachments across the lifespan. *Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 67, 792-812.
- Ainsworth, M. (1989). Attachment beyond the infancy. *American Psychologist*, 44, 709-716.
- Ainsworth, M. & Bowlby, J. (1991). An ethological approach to personality development. *American Psychologist*, 46, 333-341.
- Ainsworth, M. & Eichberg, C. (1991). Effects on infant-mother attachment of mother's unresolved loss of an attachment figure or other traumatic experience. Em C. Parkes, J. Stevenson-Hinde & P. Marris (Orgs.), *Attachment across the life cycle* (pp. 160-183). London: Routledge.
- Ainsworth, M. & Wittig, B. A. (1969). Attachment and the exploratory behavior of one-year-olds in a strange situation. Em B. M. Foss (Org.), *Determinants of infant behavior* (pp. 113-136). New York: Wiley.
- Allen, J. & Land, D. (1999). Attachment in adolescence. Em Cassidy & P. Shaver (Orgs.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 319-335). London: The Guildford Press.
- Allen, J., McElhaney, K., Kupermic, G. & Jodd, K. (2004). Stability and change in attachment security across adolescence. *Child Development*, 75, 1792-1814.
- Ammaniti, M., Van-Ijzendoorn, M., Speranza, A. & Tambelli, R. (2000). Internal working models of attachment during late childhood and early adolescence: An exploration of stability and change. *Attachment and Human Development*, 2, 328-346.
- Araujo, N. & Koller, S. (2004). Abordagem ecológica do desenvolvimento humano, psicologia positiva e resiliência: Ênfase na saúde. Em S. Koller (Org.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 91-108). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Armsden, G. & Greenberg, M. (1987). The inventory of parent and peer attachment: Relationships to well-being in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, *16*, 427-454.
- Atkinson, L. (1997). Attachment and psychopathology: From laboratory to clinic. Em L. Atkinson & Z. Kenneth (Orgs.), *Attachment and psychopathology* (pp. 3-16). New York: The Guildford Press.
- Baker, J. (2001). Mourning and the transformation of object relationships: Evidence for the persistence of internal attachment. *Psychoanalytic Psychology*, *18*, 55-73.
- Baldwin, M. (1996). Social-cognitive conceptualization of attachment working models: Availability and accessibility effects. *Journal of Personality and Social Psychology*, *71*, 94-109.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bartholomew, K. & Horowitz, L. (1991). Attachment styles among young adults: A test of a four category model. *Journal of Personality and Social Psychology*, *61*, 226-244.
- Bartholomew, K. & Moretti, M. (2002). The dynamics of measuring attachment. *Attachment and Human Development*, *4*, 162-165.
- Bauman, P.S. & Levine, S.A. (1986). The development of children of drug addicts. *The Internattional Journal of the Addictions*, *21*, 849-863.
- Belsky, J. (1980). Child maltreatment: An ecological integration. *American Psychologist*, *35*, 320-335.
- Belsky, J. (1999). Interactional and contextual determinants of attachment security. Em J. Cassidy & P. Shaver (Orgs.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 249-264). London: The Guildford Press.
- Belsky, J. Gardupe, L. & Harneir, E. (1984). Assessing performance, competence and executive capacity in infant play: Relations to home environment and security of attachment. *Development Psychology*, *20*, 406-417.
- Benson, P. (1997). *All kids are our kids*. Minneapolis: Search Institute.
- Blatz, W. E. (1966). *Human security: Some reflections*. Toronto: University of Toronto Press.
- Blos, P. (1994). *Adolescência: Uma interpretação psicanalítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1940). The influence of early environment in the development of neurosis and neurotic character. *International Journal of Psycho-Analysis*, *21*, 1-25.
- Bowlby, J. (1944). Forty-four juvenile thieves: Their characters and home life. *International Journal of Psycho-Analysis*, *25*, 107-127.
- Bowlby, J. (1958). The nature of the child's tie to its mother. *International Journal of Psycho-Analysis*, *39*, 350-373.
- Bowlby, J. (1960a). Grief and mourning in infancy and early childhood. *Psychoanalytic Study of the*

Child, 15, 9-52.

- Bowlby, J. (1960b). Separation anxiety. *International Journal of Psycho-Analysis, 41*, 1-25.
- Bowlby, J. (1980). *Apego e perda, Vol. 3: Tristeza e depressão*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1984). *Apego e perda, Vol. 2: Separação*. São Paulo: Martins fontes. (Trabalho original publicado em 1973).
- Bowlby, J. (1989). *Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bowlby, J. (1990). *Apego e perda, Vol. 1: Apego - A natureza do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1969).
- Bowlby, J. (2001). *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1979).
- Bowlby, J. (2002). *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1951).
- Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology, 28*, 759-775.
- Bretherton, I. & Munholland, K. (1999). Internal working models in attachment relationships: A construct revisited. Em J. Cassidy & P. Shaver (Orgs.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 89-114). London: The Guildford Press.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist, 32*, 513-531.
- Bronfenbrenner, U. (1991). The nurture of nature. *Journal of Behavioral and Brain Sciences, 14*, 390-91.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas (Original publicado em 1979).
- Bronfenbrenner, U. (2004). *Making human beings human*. London: Sage Publications.
- Bronfenbrenner, U. & Ceci, S. (1994). Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: A bioecological model. *Psychological Review, 101*, 568-586.
- Bronfenbrenner, U. & Evans, G. (2000). Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development, 9*, 115-125.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. Em W. Damon (Org.), *Handbook of child psychology* (pp. 993-1927). New York: John Wiley & Sons.
- Brown, L. & Wright, J. (2001). Attachment theory in adolescence and its relevance to developmental psychopathology. *Clinical Psychology and Psychotherapy, 8*, 15-32.

- Bucy, F. (1994). Internalizing affective disorders. Em S. Carnahan (Org.), *Preventing school failure and dropout* (pp. 219-238). London: Paul Brookes Publishing.
- Caminha, R. (2000). A violência e seus danos à criança e ao adolescente. Em Amencar (Org.), *Violência Doméstica* (pp. 43-60). Brasília: UNICEF.
- Carranza, L. (2000). Links between perceived parent characteristics and attachment variables for young women from intact families. *Adolescence*. Retirado em 10/10/2003 do *World Wide Web*: <http://www.findarticles.com>
- Carvalho, A. M. (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: Possibilidades e desafios. Em E. Lordelo, A. M. A. Carvalho & S. Koller (Orgs.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp.19-44). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cassidy, J. (1999). The nature of child's ties. Em J. Cassidy & P. Shaver (Orgs.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 3-20). New York: The Guilford Press.
- Cecconello, A. & Koller, S. (2003). Inserção ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 16, 368-389.
- Cobb, N. (1992). *Adolescence: Continuity, change and diversity*. Londres: Mayfield Publishing Company.
- Collier, P. (2004). Secure attachments important to teen communication. Retirado em 06/06/2003 do *World Wide Web*: <http://www.udel.edu>
- Collins, N. (1996). Working models of attachment: Implications for explanation, emotion and behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 810-832.
- Collins, N. & Read, S. (1990). Adult attachment, working models and relationship quality in dating couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 644-663.
- Collins, N. & Read, S. (1994). Cognitive representations of attachment: The structure and function of working models. Em D. Perlman & K. Bartholomew (Orgs.), *Advances in personal relationships*, v. 5: Attachment processes in adulthood (pp. 53-90). London: Jessica Kingsley Publishers Ltd.
- Collins, W. & Sroufe, L. A. (1999). Capacity for intimate relationships: A developmental construction. Em B. Furman, B. Brown, B. Bradford & C. Feiring (Orgs.), *The development of romantic relationships in adolescence* (pp. 125-147). New York: Cambridge University Press.
- Conger, J. & Petersen, A. (1984). *Adolescence and youth: Psychological development in a changing world*. New York: Harper & Row.
- Cortina, M. & Marrone, M. (2003). *Attachment theory and the psychoanalytic process*. London:

Whurr Publishers.

- Crittenden, P. (2001). *Transformations in attachment relationships in adolescence: Adaptation versus need for psychotherapy*. Retirado em 11/10/2003 do World Wide Web: <http://www.soton.ac.uk/~fri/pat3.html>.
- Crittenden, P. (2003) *The organization of attachment relationships: Maturation, culture, and context*. New York: Cambridge University Press.
- Crowell, J. (1990). *Current relationship interview*. Retirado em 23/09/2003 do World Wide Web: http://www.psychology.sunysb.edu/attachment/measures/content/cr_manual.pdf.
- Crowell, J. Fraley, C. & Shaver, P. (1999). Measurement of individual differences in adolescent and adult attachment. Em J. Cassidy & P. Shaver (Orgs.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 434-468). New York: The Guilford Press.
- Crowell, J. & Treboux, D. (1995). A review of adult attachment measures: Implications for theory and research. *Social Development*, 4, 294-327.
- Crowell, J., Waters, E., Treboux, D., O'Connor, E., Colon-Downs, C., Feider, O., Golby & Posada, G. (1996). Discriminant validity of the adult attachment interview. *Child Development*, 67, 2584-2599.
- Cunliffe, M., Lee, C., Bashe, A. & Elliott, M. (1999). "Thanks, mom!" or "Mom? No thanks": *Emotion regulation and attachment in adolescence*. Poster presented at the Biennial Meeting of the Society for Research in Child Development, Albuquerque. Retirado em 07/10/2003 do World Wide Web: [http://A:Bowlby%20\(1969,%201973\)%argued%...](http://A:Bowlby%20(1969,%201973)%argued%...)
- Davila, J., Burge, D. & Hammen, C. (1997). Why does attachment style change? *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 826-838.
- De Antoni, C. & Koller, S. (2000). A visão da família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*, 5, 347-381.
- Diamond, N. (2003). Attachment, trauma and the body. Em M. Cortina & M. Marrone, *Attachment theory and the psychoanalytic process* (pp. 409-429). London: Whurr Publishers.
- Diener, E. (2000). Subjective well-being. *American Psychologist*, 55, 34-43.
- Doyle, A. & Moretti, M. (2000). *Attachment to parents and adjustment in adolescence: Literature review and policy implications*. Childhood and Youth Division Health Canada, Ottawa: Concordia University.
- Doyle, A., Moretti, M., Brendgen, M. & Bukowiski, W. (2004). *Parent-child relationships and adjustment in adolescence: Findings from the HBSC Cycle 3 and NLSCY Cycle 2 Studies*. Retirado em 05/12/2005 do World Wide Web: <http://www.hc-sc.gc.ca/dca-dea/publications>
- Edelstein, R. & Shaver, P. (2002). Avoidant attachment: Exploration of an Oxymoron. Em D.

- Mashek & A. Aron (Orgs.), *Handbook of Closeness and Intimacy* (pp.3-12). New Jersey: Erlbaum.
- Ferigolo, M. (2004). Prevalência do consumo de drogas na FEBEM/Porto Alegre. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 26, 10- 16.
- Fonagy, P. (1999). Transgenerational consistencies of attachment: A new theory. *Revista de Psicoanálisis*, 3. Retirado em 26/09/2002 do World Wide Web: <http://psychematters.com/papers/fonagy2.htm>.
- Fonagy, P. & Target, M. (1997). Attachment and reflective function: Their role in self-organization. *Development and Psychopathology*, 9, 679-700.
- Freud, A. & Burlingham, D. (1960). *Meninos sem lar*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Furman, W. (2001). Working models of friendships. *Journal of Social and Personal Relationships*, 18, 583-602.
- Furman, W., Simon, V., Shaffer, L. & Bouchey, H. (2002). Adolescent's working models and styles for relationships with parents, friends and romantic partners. *Child Development*, 73, 241-255.
- Gause, C. (1996). Interactions between family environment and friendship and association with self-perceived well-being during early adolescence. *Child Development*, 67, 2201-2216.
- Garnezy, N. (1991). Resiliency and vulnerability to adverse developmental outcomes associated with poverty. *American Behavioral Scientist*, 34, 416-430.
- George, C., Kaplan, N. & Main, M. (1985). *The adult attachment interview*. Unpublished manuscript, University of California at Berkley.
- Golse, B. (1998). *O desenvolvimento afetivo e intelectual da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Green, J. & Ruth, G. (2002). Attachment disorganisation and psychopathology: New findings in attachment research and their potential implications for developmental psychopathology in childhood. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43, 835-848.
- Grossmann, K., Grossmann, K. & Zimmermann, P. (1999). A wider view of attachment and exploration: Stability and change during the years of immaturity. Em J. Cassidy & P. Shaver (Orgs.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 760-786). New York: The Guilford Press.
- Grotevant, H. (1998). Adolescent development in family contexts. Em W. Damon & N. Eisenberg (Orgs.), *Handbook of child psychology: Social, emotional and personality development* (pp. 1097-1150). New York: John Wiley & Sons.
- Grusec, J. & Lytton, J. (1988). Threats to secure attachment. Em J. Grusec & L. Lytton (Orgs.), *Social development: History, theory and research* (pp.433-460). New York: Springer-Verlag.
- Gutiérrez, J. & Delgado, J. (1994). *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias*

sociales. Madri: Editorial Síntesis.

- Halpern, R. (1990). Poverty and early childhood parenting: Toward a framework for intervention. *American Journal of Orthopsychiatry*, 60, 6-18.
- Harris, J. (1995). Where is the child's environment? A group socialization theory of development. *Psychological Review*, 102, 458-489.
- Harvey, M. (2000). Relationships between adolescents's attachment styles and family functioning. *Adolescence*. Retirado em 10/10/2003 do *World Wide Web*: <http://www.findarticles.com>.
- Hazan, C. & Shaver, P. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 511-524.
- Hazan, C. & Shaver, P. (1990). Love and work: An attachment-theoretical perspective. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 270-280.
- Hill, J. P., & Lynch, M. E. (1983). The intensification of gender-related role expectations during early adolescence. Em J. Brooks-Gunn & A. C. Petersen (Eds), *Girls at puberty: Biological and psychosocial perspectives*. (pp. 201-228). New York: Plenum.
- Hinde, R. (1988). *Animal behaviour: A synthesis of ethology and comparative psychology*. New York: McGraw-hill.
- Howard, S. & Johnson, B. (2004). Young adolescents displaying resilience and non-resilience behaviour: Insights form a qualitative study. Retirado em 04/06/2003 do *World Wide Web*: <http://www.aare.edu.au>
- Howes, C. (1999). Attachment relationships in the context of multiple caregivers. Em J. Cassidy & P. Shaver (Orgs.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 671-687). New York: The Guilford Press.
- Howes, C. & Segal, J. (1993). Children's relationships with alternatives caregivers: The especial case of maltreated children removed from their homes. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 17, 71-81.
- Hughes, J., Hardy, G., & Kendrick, D. (2000). Assessing adult attachment status with clinically-orientated interviews: a brief report. *British Journal of Medical Psychology*, 73, 279-283.
- Inhelder, B. & Piaget, J. (1976). *Da lógica da criança à lógica do adolescente*. São Paulo: Editora Pioneira.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Economica Aplicada. (2003). *Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes*. Governo Federal, Brasília.
- Jacobvitz, D., Curran, M. & Moller, N. (2002). Measurement of adult attachment: The place of self-report and interview methodologies. *Attachment and Human Development*, 4, 207-215.
- Junqueira, M. F. P. & Deslandes, S. F. (2003). Resiliência e maus tratos à criança. *Cadernos de*

Saúde Pública, 19, 227-335.

- Klaus, M., Kennel, J. & Klaus, P. (2000). *Vínculo: Construindo as bases para um apego seguro e para a independência*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Kobak, R. (1993). Attachment and emotion regulation during mother-teen problem solving: A control theory analysis. *Child Development*, 64, 231-245.
- Kobak, R. & Cole, H. (1994). Attachment and metamonitoring: Implications for adolescents autonomy and psychopathology. Em D. Cicchetti & S. Toth (Orgs.), *Disorders and dysfunctions of the self* (pp.267-297). Rochester Symposium on Developmental Psychopathology. New York: University of Rochester Press.
- Kobak, R. & Duemmler, S. (1994). Attachment and conversation: Toward a discourse analysis of adolescent and adult security. Em K. Bartholomew & D. Perlman (Orgs.), *Advances in personal relationships: Volume 5. Attachment process in adulthood* (pp. 121-149). London: Jessica Kingsley.
- Kobak, R. & Sceery, A. (1988). Attachment in late adolescence: Working models, affect regulation and representations of self and others. *Child Development*, 59, 135-146.
- Koller, S. (2000). Violência doméstica: Uma visão ecológica. Em Amencar (Org.), *Violência Doméstica* (pp.32-42). Brasília: UNICEF.
- Levisky, D. (1998). *Adolescência: Reflexões psicanalíticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Levy, K. & Blatt, S. (2000). Attachment theory, psychoanalysis, personality development and psychopathology. Em D. Diamond & S. Blatt (Org.), *Clinical aspects of attachment theory* (pp. 2-29). New Jersey: Analytic Press.
- Levy, K., Shaver, P. & Blatt, S. (1998). Attachment styles and parental representations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 407-419.
- Lewis, J. (2000). Repairing the bond in important relationships: A dynamic for Personality maturation. *American Journal of Psychiatry*, 157, 1375-1378.
- Lindstrom, B. (2001). O significado da resiliência. *Adolescência Latino-americana*, 2, 133-137.
- Lopes, R. & Piccinini, C. (1992). Procedimentos metodológicos da pesquisa em ligação afetiva: Problemas e perspectivas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 44, 160-174.
- Lyons-Ruth, K., Yellin, C., Melnick, S. & Atwood, G. (2003). Childhood experiences of trauma and loss have different relations to maternal unresolved and hostile-helpless states of mind on the A.A.I. *Attachment and Human Development*, 5, 330-352.
- Main, M. (1991). Metacognitive knowledge, metacognitive monitoring and singular (coherent) vs. multiple (incoherent) model of attachment: Findings and directions for future research. Em C. Parkes, J. Stevenson-Hinde & P. Marris (Orgs.), *Attachment across the life cycle* (pp.127-159).

London: Routledge.

- Main, M. (1996). Introduction to the especial section on attachment and psychopathology: Overview of the field of attachment. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64, 237-243.
- Main, M. (1999). Attachment theory: Eighteen points with suggestions for future studies. Em J. Cassidy & P. Shaver (Orgs.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 845-888). New York: The Guilford Press.
- Main, M. (2001). Las categorías organizadas del apego en el infante, en el niño, y en el adulto: Atención flexible versus inflexible bajo estrés relacionado con el apego. *Revista de Psicoanálisis*. Retirado em 15/04/02 do *World Wide Web*: <http://www.aperturas.org>.
- Main, M. & Hesse, E. (1990). Parent's unresolved traumatic experiences are related to infant disorganized attachment status: Is frightened and/or frightening parental behavior the linking mechanism? Em M. Greenberg, D. Cicchetti & M. Cummings (Orgs.), *Attachment in the preschool years: Theory, research and intervention* (pp. 161-182). Chicago: University Press.
- Main, M., Kaplan, N. & Cassidy, J. (1985). Security of infancy, childhood and adulthood: A move to the level of representation. Em I. Bretherton & E. Waters (Orgs.), *Growing points of attachment theory and research* (pp. 66-106). Chicago: University of Chicago Press.
- Main, M. & Weston, D. R. (1981). The quality of the toddler's relationship to mother and to father: Related to conflict behaviour and the readiness to establish new relationships. *Child Development*, 52, 932-940.
- Makarenko, A. (1986). *Poema pedagógico*. São Paulo: Brasiliense.
- Martins, E. & Szymanski, H. (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Estudos de Psicologia*, 9, 177-187.
- McLoyd, V. (1998). Children in poverty: development public policy and practice. Em W. Damon, I. Sigel & A. Renninger (Orgs.), *Handbook of child psychology: Child psychology in practice* (pp. 135-210). New York: John Wiley & Sons.
- Mirjam, K. (2002). Risk and protective factors affecting the development of children in foster care. *Save the Children*, Finland IFCO Conference. Tampere, Finland.
- Murch, L. & Watson, S. (2003). Attachment issues in the early lives of adults in treatment for substance abuse. Trabalho apresentado na International Conference on Drug and Young Personality. Wellington, New Zealand. Retirado em 04/06/2004 do *World Wide Web*: <http://www.adf.org.au/pdf/dyp/attachmentissues>
- Muss, R. (1996). *Theories of adolescence*. New York: McGraw-Hill.
- National Center on Child Abuse and Neglect*. (1997). Treatment for abused and neglect children:

- Infancy to age18. The user manual series. Washington: Clearinghouse on Child Abuse and Neglect information, U. S. Department of Health and Human Services, EUA.
- Nurco, D. (1999). Early deviance and related risk factors in the children of narcotic addicts. *American Journal of Drug and Alcohol Abuse*. Retirado em 14/02/2005 do *World Wide Web*: <http://www.findarticles.com>
- Olabuenaga, J. & Ispizua, M. (1989). *La descodificación de la vida cotidiana: Metodos de investigación cualitativa*. Bilbao: Publicaciones de la Universidad de Deusto.
- Ozella, S. (2002). Adolescência: Uma perspectiva crítica. Em M. Contini, S. Koller & M. Barros (Orgs.), *Adolescência e psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas* (pp.16-24). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia.
- Perry, B. (2004). Bonding and attachment in maltreated children. Consequences of emotional neglect in childhood. Retirado em 10/06/2004 do *World Wide Web*: <http://www.teacher.scholastic.com>
- Pesce, R., Assis, S., Santos, N. & Oliveira, R. (2004). Risco e proteção: Um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 20, 135-143.
- Pianta, R., Sroufe, L. & Egeland, B. (1990). Continuity and discontinuity in maternal sensitivity at 6, 24 and 42 months in a high risk sample. *Child Development*, 60, 481-487.
- Pietromonaco, P., Barrett, L. & Feldman, L. (1997). Working models of attachment and daily social interactions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 1409-1423.
- Projeto de Resolução nº 9/2004. Comissão Especial da Criança e do Adolescente em Situação de Risco. Retirado em 09/09/2004 do *World Wide Web*: <http://www.al.rs.gov.br>
- Ramires, V. (2003). Cognição social e teoria do apego: Possíveis articulações. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(2), 403-410.
- Resolução CFP Nº 016/2000, de 20 de dezembro de 2000. *Caderno especial de resoluções do Conselho Federal de Psicologia*. Brasília, DF.
- Richardson, G. (2002). The metatheory of resilience and resiliency. *Journal of Clinical Psychology*, 58, 307-321.
- Richters, J. & Watters, E. (1991). Attachment and socialization: The positive side of social influence. Em M. Lewis & S. Feinman (Org.), *Social influences and socialization in infancy* (pp. 185-214). New York: Plenum Press.
- Rodrigues, L., Wais, D., Zevallos, A. & Rodrigues, R. (2001). Attachment scripts across cultures: evidence for a universal script. Poster presented at SRCO 2001, Minneapolis, Minnesota.
- Rosenstein, D. & Horowitz, H. (1996). Adolescent attachment and psychopathology. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64, 244-253.

- Rothbard, J. C. & Shaver, P. R. (1994). Continuity of attachment across the life span. Em M. B. Sperling & N. H. Berman (Eds.), *Attachment in adults: Clinical and developmental perspectives* (pp. 32-40). New York: Guilford.
- Roudinesco, E. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Rutter, M. (1972). *Maternal deprivation*. Baltimore: Penguin Books.
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorders. *British Journal of Psychiatry*, 147, 598-611.
- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatric*, 57, 316-331.
- Ryan, B. A. & Adams, G. R. (1999). How do families affect children's success in school? *Education Quarterly Review*, 6, 30-43.
- Ryan, R. & Deci, E. (2000). Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development and well-being. *American Psychologist*, 55, 68-78.
- Ryan, R. & Lynch, J. (1989). Emotional autonomy versus detachment: Revisiting the vicissitudes of adolescence and young adulthood. *Child Development*, 60, 430-456.
- Salzman, P. (1997). Ambivalent attachment in female adolescents: association with affective instability and eating disorders. *International Journal of Eating Disorders*, 21, 251-269.
- Santana, J. & Koller, S. (2004). Introdução à abordagem ecológica do desenvolvimento humano nos estudos com crianças e adolescentes em situação de rua. Em S. Koller (Org.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 109-120). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul. (2004). Fundação de Proteção Especial. Retirado em 09/09/2004 do *World Wide Web*: <http://www.stcas.rs.gov.br>
- Shapiro, D. & Levendosky, A. (1999). Adolescent survivors of childhood sexual abuse: The mediating role of attachment style and coping in psychological and interpersonal function. *Child Abuse and Neglect*, 23, 1175-1191.
- Shaver, P. & Mikulincer, M. (2002). Attachment related psychodynamics. *Attachment and Human Development*, 4, 133-161.
- Short, R. & Brokaw, R. (1994). Externalizing behaviour disorders. Em S. Carnahan (Org.), *Preventing school failure and propriety* (pp. 203-218). London: Paul Brookes Publishing.
- Simeonsson, R. (1994). Risk, resilience and prevention: Promoting the well-being of all children. Em S. Carnahan (Org.), *Preventing school failure and propout* (pp. 103-124). London: Paul Brookes Publishing.
- Simon, V., Bouchey, H. & Furman, W. (1998). The social construction of adolescents'

representation of romantic relationships. Em S. Larosse & G. Tarabulsky (Orgs.), *Attachment and Development*. Québec: Les Presses de l'Université du Québec.

Simpson, J., Rholes, W., Oriña, M. & Grich, J. (2002). Working models of attachment, support giving and support seeking in a stressful situation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 28, 598-608.

Sperling, M. & Berman, W. (1994). *Attachments in adults: Clinical and development perspectives*. New York: The Guilford Press.

Sroufe, J. (2003). Applications of attachment theory to the treatment of latency age children. Em M. Cortina & M. Marrone (Orgs.), *Attachment theory and the psychoanalytic process* (pp. 204-226). London: Whurr Publishers.

Sroufe, L. (1983). Infant-caregiver attachment and patterns of adaptation in preschool: The roots of maladaptation and competence. Em M. Pelmutter (Org.), *Development and policy concerning children with special needs: The Minnesota Symposia on Child Psychology* (Vol. 16, pp. 41-83). Hillsdale: Erlbaum.

Sroufe, L. (1985). Attachment classification from the perspective of infant-caregiver relationships and infant temperament. *Child Development*, 56, 1-14.

Sroufe, L. (1997). Psychopathology as an outcome of development. *Development and Psychopathology*, 9, 215-268.

Sroufe, L., Carlson, E., Levy, A. & Egland, B. (1999). Implications of attachment for developmental psychopathology. *Development and Psychopathology*, 11, 1-13.

Sroufe, L. & Fleeson, J. (1986). Attachment and the construction of relationships. Em W. Hartup & Z. Rubin (Orgs.), *Relationships and development* (pp. 239-252). Hillsdale: Erlbaum.

Steele, H., Steele, M. & Fonagy, P. (1996). Associations among attachment classifications of mothers, fathers and their infants. *Child Development*, 67, 541-555.

Stein, M. (1997). Goodnight moon: Repetition and the mastery of separation. *Psychoanalytic Review*, 84, 925-940.

Steinberg, L. (1989). *Adolescence*. New York: Alfred Knopf.

Sund, A. (2002). Insecure attachment as a risk factor for future depressive symptoms in early adolescence. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*. Retirado em 11/10/2004 do *World Wide Web*: <http://www.findarticles.com>

Target, M. & Fonagy, P. (1996). Playing with reality II: The development of psychic reality from a theoretical perspective. *International Journal of Psycho-Analysis*, 77, 459-478.

Thompson, R. (1999). Early attachment and later development. Em J. Cassidy & P. Shaver (Orgs.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 265-286). New

York: The Guilford Press.

- Tomazoni, D. & Vieira, M. (2004). Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. *Psicologia em Estudo*, 9, 207-217.
- Wang, S. (1997). Traumatic stress and attachment. *Acta Physiologica Scandinavica*, 161, 164-169.
- Waters, E. & Cummings, E. M. (2000). A secure base from which to explore close relationships. *Child Development* (in press), *Special Millenium Issue*.
- Waters, E., Kondo-Ikemura, K., Posada, G. & Richters, J. (1991). Learning to love: Milestones and mechanisms. Em M. Gunner & A. Sroufe (Orgs.), *The Minnesota Symposia on Child Psychology*, 23, *Self process and development* (pp. 217-255). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Waters, E., Merrick, S., Treboux, D., Crowell, J. & Albersheim, L. (1995). Attachment security from infancy to early childhood: A 20-year longitudinal study. Paper presented at the biennial meeting of the *Society for Research in Child Development*.
- Waters, H., Hamilton, C. & Weinfield, N. (2000). The stability of attachment security from infancy to adolescence and early adulthood: General introduction. *Child Development*, 71, 678-683.
- Weber, L. & Kossobudzki, L. (1996). *Filhos da solidão: Institucionalização e adoção*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná.
- Weinfield, N., Sroufe, L., Egeland, B. & Carlson, E. (1999). The nature of individual differences in infant-caregiver attachment. Em J. Cassidy & P. Shaver (Orgs.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 68-88). New York: The Guilford Press.
- Weinfield, N., Sroufe, L., & Egeland, B. (2000). Attachment from infancy to early adulthood in a high-risk sample: Continuity, discontinuity and their correlates. *Child Development*, 71, 695-702.
- Weiss, R. (1991). The attachment bond in childhood and adulthood. Em: C. Parkes, J. Stevenson-Hinde & P. Marris (Orgs.), *Attachment across the life cycle* (pp. 66-76). London: Routledge.
- West, M., Adam, K., Spreng, S. & Rose, S. (2001). Attachment disorganization and dissociative symptoms in clinically treated adolescents. *Canadian Journal of Psychiatry*, 46, 627-631.
- West, M., Rose, S., Spreng, S., Sheldon-Keller, A. & Adam, K. (1998). Adolescent attachment questionnaire: A brief assessment of attachment in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 27, 661-673.
- Willemsen, E., & Marcel, K. (1995). Attachment 101 for attorneys: Implications for placement decisions. Retirado em 13/07/2004 do *World Wide Web*: <http://www.psychology.sunysb.edu/attachment/online/attachment101.pdf>.
- Yin, R. (1994). *Case study research: Design and methods*. London: Sage.

- Yunes, M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: O foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8, 75-84.
- Yunes, M., Miranda, A. & Cuello, S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. Em S. Koller (Org.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp.197-218). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Yunes, M. & Szymanski, H. (2001). Resiliência: Noção, conceitos afins e considerações críticas. Em J. Tavares (Org.), *Resiliência e educação* (pp. 13-42). São Paulo: Cortez.
- Zagury, T. (1996). *O adolescente por ele mesmo: orientação para pais e educadores, como o jovem brasileiro vê a família, a escola, o lazer, a política, a profissão, o sexo, as drogas e a religião*. São Paulo: Record.
- Zamberlan, M., Camargo, F. & Biasoli-Alves, Z. (1997). Interações na família: Revisões empíricas. Em M. A. T. Zamberlan & Z. M. M. Biasoli-Alves (Orgs.), *Interações familiares: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção* (pp. 39-57). Londrina: UEL.
- Zimberoff, M. & Hartman, D. (2002). Attachment, deattachment, nonattachment: Achieving synthesis. *Journal of Heart-Centered Therapies*, 5, 3-94.

ANEXOS

ANEXO A

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento

Entrevista do Apego para Adolescentes

Data da Entrevista: _____

Nome do Entrevistado: _____

Idade: _____ Data de Nascimento: _____

Série: _____ Sexo: () masculino () feminino

Nome	Parentesco	Idade	Escolaridade	Profissão

* Marcar as pessoas que residiam com o adolescente antes da institucionalização ou os que ele mantém contato periodicamente, atualmente.

Idade que foi para a Instituição: _____

Motivo: _____

Tem contato com alguém da família? Quem? _____

Frequência do contato: _____

Introdução: Eu gostaria que tu me contasses sobre a tua vida, desde quando tu eras pequeno. A gente vai falar sobre as tuas experiências da infância e como estas experiências podem ter contribuído para o teu jeito de ser atualmente. Então, eu gostaria de te perguntar sobre a tua infância, e mais tarde sobre o que esta acontecendo neste momento na tua vida. Esta entrevista normalmente dura uma hora, mas pode durar entre quarenta e cinco minutos e uma hora e meia. O que a gente conversar ficará entre nós. Vou usar o gravador para que, agora, eu possa prestar atenção em tudo o que tu disseres, sem precisar anotar enquanto tu falas, ok?

1. Tu poderias começar me contando sobre a tua situação familiar da infância, aonde tu viveu? Se tu puderes me contar aonde tu nasceu, com quem morava, se vocês se mudaram muito. Quem tu considera que te criou? (foca nesta pessoa)
2. Eu gostaria que tu tentasses descrever o teu relacionamento com esta pessoa quando tu eras uma criança pequena... se tu puderes, inicie com as lembranças mais antigas que tu poderes lembrar...?
3. Agora, eu gostaria que tu me disesses 3 palavras que descrevam o teu relacionamento com a pessoa que te cuidou quando tu eras pequeno, tenta pensar na lembrança mais antiga da tua infância que tu puderes, mas entre as idades de cinco e onze anos está bem. Eu sei que isto pode levar um pouco de tempo, pode pensar. Explique o porque dessas palavras.
4. Além dessa pessoa que tu me falaste, existe outra que tu consideras que também te criou e/ou que foi importante para a tua vida, quando tu eras pequeno? Quem é ela e porque tu achas isso?
5. Diga-me três palavras que descrevam o teu relacionamento com essa pessoa quando tu eras criança. De novo, tenta pensar nas lembranças mais antigas da tua infância, o mais remoto que tu puderes, mas entre os cinco e onze está bem. Explique as palavras que escolheu.
6. Agora, eu gostaria de saber se tu poderias me dizer a qual destas pessoas tu te sentias mais próximo?
Por que este sentimento não é o mesmo com o/a?

7. Quando tu ficavas chateado quando criança o que tu fazias?
O participante deve ser estimulado a pensar sobre sua própria interpretação sobre chateado.
Tu lembras por quais motivos tu ficavas chateado? Tu te lembras o que acontecia? Como tu te sentias? Tu podes te lembrar de um momento específico em que isto tenha acontecido?
Tu lembras de algum acontecimento em que tu te machucaste ou ficou doente?
O que os cuidadores faziam quando tu estavas chateado, machucado ou doente?
8. Qual foi a primeira vez que tu lembras de estar separado dos teus cuidadores?
Como tu reagiste? Tu te lembras como eles reagiram ?
9. Aconteceu de tu te sentir não aceito quando criança?
Se não houver resposta:
O que eu estou querendo saber, com esta pergunta, é se tu te lembra de, alguma vez, ter te sentido esquecido ou deixado de lado quando criança?
Por que tu pensas que o/a fez isso - tu achas que ele/ela tinha consciência que estava te fazendo sentir assim?
10. Como os teus cuidadores te cuidavam quando tu eras criança?
Alguma vez eles te ameaçaram de alguma forma ou de alguma maneira - talvez por disciplina ou até em brincadeiras?
11. Tu achas que as experiências que tu tivestes com os teus cuidadores, na tua infância, influenciam o teu jeito de ser hoje? Quais? Porque?
12. O que tu pensas sobre o jeito que os teus cuidadores te educaram?
Por que tu achas que eles te educaram deste jeito?
13. Tu perdeste algum dos pais ou outra pessoa amada quando tu eras uma criança pequena - por exemplo, irmãos ou outra pessoa da família? Conta-me como foi isso, como tu reagiste?
14. Teve alguma outra experiência difícil, além das que tu descreveste, que tu considera que foi ruim na tua infância?
15. O que foi mais importante para ti das tuas experiências da infância?
16. O que é mais importante na tua vida atualmente?
17. Agora eu gostaria de te pedir para que tu me contes, hoje em dia, quem tu consideras que te cuida? Como é hoje a tua relação com os teus cuidadores? Como é o contato com eles, atualmente? (frequência, ocasião, atividades que fazem juntos ...)
Aconteceram mudanças de quando tu eras criança para o que tu és agora?
Conta-me se tem alguma coisa ruim na tua relação com os teus cuidadores hoje? Porque?
E me conta se tem alguma coisa boa na tua relação com os teus cuidadores hoje? Porque?
18. E com os teus irmãos como é o relacionamento? Com o pessoal da tua casa? Tu tens algum amigo (a) em especial? Como é a relação de vocês? Como tu achas que essa pessoa te percebe?
19. Se tu tivesses um problema pessoal pra resolver, o que tu farias?
20. E quanto ao futuro, quando tu tiveres um filho, que tipo de pai/mãe tu gostarias de ser?
Que tipo de educação tu gostarias de dar para o teu filho?

ANEXO B

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o Adolescente

A pesquisadora Psicóloga Juliana Dalbem, da UFRGS, está realizando um estudo, nos Abrigos de Proteção, sobre a história de vida de adolescentes. Para isso necessitamos da sua colaboração. A participação dos adolescentes será feita através de entrevistas, que serão realizadas nos próprios abrigos, e que serão gravadas.

Assim sendo,

Eu _____ fui informado (a) que o objetivo desta pesquisa é conhecer as características da história de vida e das relações dos adolescentes que vivem em abrigo de proteção. Sei que serão realizadas entrevistas e que será preservado o anonimato e sigilo do entrevistado e de seus dados, e que, se desejar, poderei interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento.

Assinatura

Porto Alegre, _____ de _____ de 2004.

ANEXO C

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento

Termo de Concordância da Instituição

À Diretoria de Proteção Especial
Secretaria de Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul

Através do Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da UFRGS estamos realizando uma pesquisa com o objetivo de investigar a organização do apego em adolescentes. Pretendemos coletar dados com adolescentes institucionalizados, para investigar, embora indiretamente, o possível efeito de rupturas na relação com a figura materna, nos primeiros cinco anos de vida, na representação do apego. Tal trabalho, com objetivos acadêmicos, tem por finalidade possibilitar um maior conhecimento sobre o tema proposto, contribuindo para a melhoria do trabalho de intervenção junto a adolescentes.

No presente estudo os dados serão coletados através de uma entrevista estruturada para adolescentes, que investiga as relações com os seus cuidadores, desde a infância. As entrevistas serão realizadas nas próprias instituições das quais os adolescentes fazem parte, em horários previamente combinados e em salas específicas, evitando prejuízos para as atividades cotidianas dos participantes.

As entrevistas serão gravadas, mas será solicitada autorização de cada participante, sendo tomados todos os cuidados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes, bem como das instituições envolvidas. Os participantes envolvidos serão claramente informados de que sua contribuição ao estudo é voluntária e pode ser interrompida em qualquer etapa. A qualquer momento, tanto os participantes quanto os locais de referência dos participantes poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo. Dados individuais dos participantes coletados no processo de pesquisa não serão informados às instituições envolvidas ou aos familiares. Haverá uma devolução dos resultados, de forma coletiva, para as instituições envolvidas na pesquisa.

A pesquisadora Juliana Dalbem, mestranda em Psicologia do Desenvolvimento, e a pesquisadora orientadora responsável por este projeto de pesquisa, Prof^a. Dr^a. Débora Dalbosco Dell'Aglio, colocam-se à disposição para maiores informações pelo telefone 3316-5253.

Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade acadêmica e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Juliana Xavier Dalbem
CRP 07/09843

Frente ao que foi acima exposto, expresso meu consentimento em relação à execução da pesquisa.

Assinatura do responsável

_____, _____ de _____ de 2004.